

BC
CIDE

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

LUZIA ALICE GUEDES PINTO

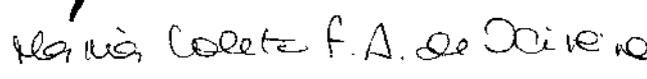
CAMPINAS E SEUS RURAIS

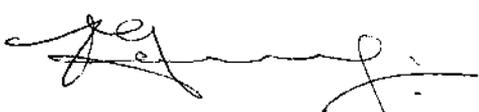
TESE DE DOUTORADO apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan .

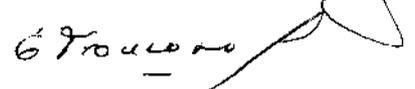
Este exemplar corresponde a versão final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 20/06/2006.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan (Orientador) 

Profª Drª Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira 

Profª Drª Rosana Aparecida Baeninger 

Profª Drª Eugenia Troncoso Leone 

Profª Drª Angela Antonia Kageyama 

Suplente:

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

Prof. Dr. Antonio César Ortega

Junho/2006

UNIDADE BC
Nº CHAMADA 10/10212
2550
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 69415
PROC 1642306
C _____ D X
PREÇO 4,80
DATA 27/07/06
Nº CPD 8111353419

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

P 658 c Pinto, Luzia A. Conejo G.
Campinas e seus rurais / Luzia A. Conejo G. Pinto. -
Campinas, SP : [s. n.], 2006.

Orientador: Daniel Joseph Hogan.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. População rural. 2. Vida rural. 3. Desenvolvimento rural.
I. Hogan, Daniel Joseph. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(mfbm/ifch)

Palavras chaves em inglês (keywords): Rural population
Rural life
Rural development

Área de Concentração: Demografia

Titulação: Doutorado em Demografia

Banca examinadora: Daniel Joseph Hogan (orientador)
Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira
Rosana Aparecida Baeninger
Angela Antonia Kageyama
Eugenia Troncoso Leone

Data da defesa: 20 de Junho de 2006.

ERRATA

FOLHA	LINHA/ILUSTRAÇÃO	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
XI	15	para realização	para a realização
15	19	ele	eles
24	6	m	um
32	19	seguiu epidemias	seguiu às epidemias
44	23	é identificar	é possível identificar
54	19	rurai	rurais
56	8	23.813.643 milhões	2.381.364
57	14	bem como e	bem como
60	9	realiza-se atender	realiza-se em função de atender
80	3	mas locais em	nos locais em
80	4	atividade	esta atividade
84	13	(no item	(No item
85	14	Monde	Monte
96	18	Ipatinga	Itatinga
109	3	se dar através	se faz através
112	5	não-agrícolas	não agrícolas
112	15	várias	vários
112	21	nele	nela
125	8	repercutir (interferi) no	repercutir no
126	7	29.940	24.845
131	11	Voltou a crescer	Voltou a subir
131	12	1.363.	1.363 (BAENINGER, 1996).
137	2	urbana e foi	urbana – e foi
138	2	... "e	... "e
144	2	por de pequenos	por pequenos
152	14	aproximou bastante	aproximou-se bastante
159	5	posição, mas secundárias	posição, secundária
162	4	encontra-se	encontrava-se
163	3	não	nos
173	15	mostra-se mais significativa	mostra-se significativa

126 Tabela 4.1 – Evolução da população e da densidade demográfica
Município de Campinas
1940 a 2000

Onde se lê:									
1960	207066	24845	12,0	182221	88,0	258,8	62,1	455,6	
Leia-se:									
1960	204496	22878	11,2	181618	88,8	255,6	57,2	454,0	

Pinto, Luzia A. Conejo G. **Campinas e seus rurais**. Campinas, 2006. 234 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

RESUMO

Face à dissociação entre o meio rural e a agropecuária e aos desdobramentos do processo de urbanização do campo procura-se analisar as transformações do uso e ocupação do solo rural e da sua população. A área escolhida pertence ao município de Campinas-SP, região com avançado grau de desenvolvimento, em que se supõe processos avançados.

Busca-se conhecer a configuração socioespacial desse rural contemporâneo, ao mesmo tempo em que se verifica o perfil demográfico da população, aspectos de sua condição de vida, assim como os arranjos domiciliares adotados pelas famílias para garantir a sua reprodução social. Classificou-se os domicílios em agrícolas, não agrícolas e pluriativos, de acordo com a ocupação principal dos membros economicamente ativos. Constatou-se uma diversidade de arranjos em todas as situações, que dependem de diversos elementos como o ciclo vital da família, as ocupações e o local de trabalho (cidade ou campo) etc.

Contrapõe-se também algumas características das populações residentes no campo e na cidade, de modo a verificar se as transformações recentes apontam para uma convergência de seu perfil, sugerindo uma homogeneização da população do município. Isto é, pretende-se saber se as mudanças estão interferindo no perfil e nas condições de vida dessas populações, a ponto de torná-las indistintas.

Outro aspecto abordado é a importância que o território rural pode desempenhar para as alternativas futuras de desenvolvimento. Simultaneamente, dado o processo de urbanização crescente, indaga-se se o rural desaparecerá ou não, neste município.

Através dos dados oficiais e de forma empírica constata-se as limitações e dificuldades para identificar o *rural* e o *urbano*, assim como a superação da dicotomia rural/urbano enquanto categoria analítica.

ABSTRACT

The present study seeks to analyze the transformation of land use and of population and the impact of this transformation on the urbanization of rural areas, considering the lack of association between rurality and agriculture. The research focuses on Campinas, in São Paulo, a particularly well-developed region, where the urban process is more advanced.

The research seeks to understand the social and spatial configuration of this contemporary rurality and, at the same time, to examine the demographic profile of its population, aspects of its living conditions, as well as the domestic arrangements adopted by the families to achieve their social livelihood. The households were defined as agricultural, non-agricultural, and pluriactive, according to the main occupation of its economically active members. A diversity of arrangements was found in all situations, which were caused by a variety of factors such as family life cycle, occupation and place of work (town or country), and so on.

A comparison is made between characteristics of the population resident in rural and urban areas, to verify whether the recent transformation points to a convergence of these profiles, which might suggest a homogenization of the population of Campinas. In

another words, the study aims to investigate whether the changes are interfering in the profile and in the living conditions of this population, to the point of becoming indistinct.

Another aspect studied is the importance of the rural territory as an alternative for development in the future. Simultaneously, considering the growing process of urbanization, the question is, Will the rural environment disappear or not in this region? According to official data, and also through empirical observation, there are limits and difficulties in the traditional classifications of rural and urban, as well as in the rural/urban dichotomy itself, as an analytical category.

“O advogado sai do Fórum e compra o jornal na banca. Nos 25 minutos que ele tem para o almoço, no restaurante da esquina, pretende ler o jornal, fazer três telefonemas e pensar na discussão que teve na noite passada com a filha sobre as taxas cobradas pela universidade para os cursos intensivos de verão. Ninguém duvida de que essa cena aconteceu no meio do corre-corre de uma cidade (urbano).

O galo canta, hora de apagar o lampião de querosene e colocar alguma lenha no fogo. Arreiar a tropa, campear o gado, ver quantas vacas estão prestes a parir. Apartar para marcar e vacinar. Se der tempo, consertar a cerca, arrebetada na última tempestade. Lembrar de estar no escritório às 12h45, hora de passar o rádio para o escritório na capital. Ninguém duvida de que essa cena aconteceu na fazenda (rural).

Contudo, a divisão que separa os municípios brasileiros em uma parte urbana e outra rural, por uma linha definida como perímetro urbano, só tem validade nos pontos extremos, como critério objetivo de divisão territorial” (Sparovek; Leonelli; Barretto, 2004).

AGRADECIMENTO

É sempre um prazer agradecer. E por quê?

Acredito que seja por ser algo que começa e termina no coração, em um sentimento que é gratuito, espontâneo, sem obrigatoriedade. Surge como uma resposta a algo que marca fundo embora se expresse, na maioria das vezes, com um simples “muito obrigada!”.

Escrevi este trabalho enfrentando sérios desafios imprevistos e finalmente cheguei ao fim. Como diz a Raquel, o meu “anjo da guarda”, aconteceu “de tudo” durante a elaboração desta tese. Do que foi de domínio público, tive um inesperado e sério problema de saúde e também perdi minha mãe.

Começo, portanto, agradecendo primeiramente aos que me socorreram naquela manhã em que executava meu trabalho de campo, no rural de Campinas.

Ao Anselmo, meu irmão, agradeço pela solidariedade fraterna, ressaltada principalmente nos imprevistos ocorridos quando cuidávamos de nossa mãe, garantindo-me o fôlego que muitas vezes precisei.

Ao Daniel Joseph Hogan, meu orientador, pelo apoio no decorrer da pesquisa, confirmando os caminhos que eu ia escolhendo e sinalizando os degraus para que esta tese chegasse ao cume que ele julgava necessário. Mas, mais do que isso, por me ensinar que ao mesmo tempo pode-se “viver mais leve”.

Aos membros da banca de qualificação, Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira e Angela Kageyama, pelas valiosas sugestões as quais foram por mim incorporadas ao texto preliminar.

Aos coordenadores do NEPO, por propiciar, durante esta trajetória, as condições para a dedicação ao trabalho, incluindo a utilização da infra-estrutura deste Núcleo. Meus agradecimentos aos colegas do NEPO, que, cada um a seu modo e em sua função, muito me ajudaram nesta caminhada. Agradeço especialmente Adriana e Rodrigo, que foram incansáveis em preparar as referências bibliográficas. E também Rosana, Roberto e Bel pelo companheirismo sempre presente.

À Maria Sílvia, que me acompanhou neste período difícil, quando muitas vezes esmoreci, desde o começo da pós-graduação, por ouvir meus desabafos, dando-me ânimo e sugestões.

Meus agradecimentos estendem-se também ao Grupo de Desenvolvimento Rural da Prefeitura Municipal de Campinas, do qual destaco Sônia, Nestor, Nelson, Déia e Carlos. Não só me forneceram dados e informações, como me “abriram as portas” do trabalho que desenvolviam junto aos moradores do campo.

Muitos outros funcionários da administração municipal – técnicos, administradores regionais e subprefeitos – contribuíram para a realização deste trabalho. Na CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) e no IAC (Instituto Agrônomo de Campinas) recebi colaboração preciosa de vários profissionais, dentre os quais destaco o João Brunelli Jr., o Roberto Antonio Tomaziello e o Milton Geraldo Fuzatto.

Em especial, agradeço ao médico veterinário José Geraldo Rodrigues, que com grande disponibilidade acompanhou-me nas visitas de reconhecimento do espaço rural. Ao mesmo tempo, pacientemente, conduziu-me às propriedades onde realizei as entrevistas.

À Angela Kageyama, agradeço por suas palavras no encontro da ABEP, que me asseguraram em relação à pertinência das minhas inquietações sobre o tema escolhido. Desde então, sempre prontamente, conduziu-me nas áreas em que meu conhecimento era insuficiente.

Agradeço aos moradores do meio rural que, apesar de muito atarefados, sempre puderam dispor de um tempo para me atender, e que me faziam, muitas vezes, voltar para casa carregada com os frutos de seu trabalho.

Aos meus filhos Ana Lúcia, Luís Fernando e Luciana, agradeço por me darem o alento para não esmorecer, nos vários momentos em que pensei em desistir desta empreitada, mas também a liberdade para escolher sem me sentir derrotada.

Enfim a todos, que muito contribuíram para realização do meu trabalho, o meu muito obrigada.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1	
As ambigüidades do rural, fontes utilizadas e procedimentos metodológicos	9
Capítulo 2	
As origens rurais de Campinas	23
2.1 - Enfoque Adotado	23
2.2 - A origem rural da cidade grande	29
Capítulo 3	
Campinas: o rural contemporâneo	63
3.1 - O espaço rural contemporâneo	64
3.1.2 - Principais Atividades	75
3.2 - A heterogeneidade do rural	90
3.2.1 - Os diversos rurais	92
Capítulo 4	
A população rural	125
4.1 - A evolução da população de Campinas de 1940 a 2000	125
4.2 - Características da população rural	147
4.2.1 - Composição da população por sexo e idade	147
4.2.2 - Escolaridade	152
4.2.3 - Condição de atividade	156
4.2.4 - Renda	161
4.2.5 - Migração	163
4.2.6 - Condições dos domicílios	169

Capítulo 5	
Os arranjos domiciliares	181
Considerações finais	201
Referências Bibliográficas	207
Anexo I: Questionários das entrevistas realizadas	213
Anexo II: Localização da APA e macrozoneamento do município de Campinas	
.....	216
Anexo III: Folhetos e curiosidades.....	217
Anexo IV: Tabelas.....	229

Lista de Tabelas

Tabela 2.1: Evolução da mancha urbana do Município de Campinas, 1940-1989	50
Tabela 2.2: Total de loteamentos aprovados por década	
Município de Campinas, 1920-1990	51
Tabela 2.3: Somatório das áreas vagas	
Município de Campinas, 1995.....	56
Tabela 2.4: Ampliação do perímetro urbano legal	
Município de Campinas, 1952-2000	58
Tabela 2.5: Desmembramentos do município de Campinas, 1924-1964	59
Tabela 3.1: Estrutura Fundiária do município de Campinas	74
Tabela 3.2: Participação da VAF na Região Metropolitana de Campinas	
Município de Campinas	77
Tabela 4.1: Evolução da população e da densidade demográfica	
Município de Campinas, 1940 a 2000	126
Tabela 4.2: Distribuição da população rural e urbana entre os distritos	
Município de Campinas, 1940.....	127
Tabela 4.3: Distribuição da população rural e urbana entre os distritos	
Município de Campinas, 1950.....	127
Tabela 4.4: Distribuição da população rural e urbano nos distritos	
Município de Campinas, 1960.....	128
Tabela 4.5: Distribuição da população rural e urbana por distritos	
Município de Campinas, 1940.....	130
Tabela 4.6: Distribuição da população rural e urbana por distritos	
Município de Campinas, 1950.....	131
Tabela 4.7: Taxas Anuais de Crescimento da População Rural e Urbana	
Município de Campinas, 1940 a 2000.....	132
Tabela 4.8: Distribuição da população rural por distritos	
Município de Campinas, 1980, 1991 e 2000.....	142
Tabela 4.9: Distribuição relativa da população por grupos etários	
Município de Campinas, 1980, 1991 e 2000.....	148

Tabela 4.10: Razão de Dependência	
Município de Campinas, 1980,1991 e 2000.....	148
Tabela 4.11: Porcentagens de analfabetos da população rural e urbana	
Município de Campinas, 1980, 1991 e 2000.....	152
Tabela 4.12: Porcentagens de analfabetos e alfabetizados	
Município de Campinas - Rural, 1980,1991 e 2000.....	152
Tabela 4.13: Chefes de domicílios rurais e urbanos,com mais de10 anos, alfabetizados e analfabetos (%)	
Município de Campinas, 1980,1991 e 2000.....	154
Tabela 4.14: População rural e urbana de 7 a 14 anos que não frequenta a escola (%)	
Município de Campinas, 1980,1991 e 2000.....	154
Tabela 4.15: Distribuição da população rural e urbana com mais de 10 anos segundo anos de estudo	
Município de Campinas, 1980,1991 e 2000.....	155
Tabela 4.16: Situação da população rural e urbana com mais de 10 anos em relação à condição de atividade	
Município de Campinas, 1980, 1991 e 2000.....	157
Tabela 4.17: Posição na condição da população rural ocupada em relação a atividade	
Município de Campinas, 1980, 1991 e 2000.....	158
Tabela 4.18: Setor de atividade da população ocupada rural e urbana (%)	
Município de Campinas, 1980,1991 e 2000.....	159
Tabela 4.19: População rural que estuda e/ou trabalha em outros municípios	
Município de Campinas, 2000	160
Tabela 4.20: Distribuição da renda do chefe de domicílio	
Município de Campinas - Rural,1980, 1991 e 2000.....	161
Tabela 4.21: Distribuição da RPC domiciliar da população rural e urbana (%)	
Município de Campinas, 1980,1991 e 2000.....	162
Tabela 4.22: Distribuição da população rural e urbana por origem	
Município de Campinas, 1980, 1991 e 2000.....	164
Tabela 4.23: Migrantes do município segundo UF de residência anterior	
Município de Campinas, 1980	165

Tabela 4.24: Migrantes do município segundo UF de residência anterior	
Município de Campinas, 1991	165
Tabela 4.25: Migrantes do município segundo UF de residência anterior	
Município de Campinas, 2000	166
Tabela 4.26: Migrantes segundo estado de procedência e situação do domicílio anterior	
Município de Campinas - Rural, 1980.....	166
Tabela 4.27: Migrantes segundo estado de procedência e situação do domicílio anterior em 1986	
Município de Campinas - Rural, 1991.....	167
Tabela 4.28: Migrantes segundo estado de procedência e situação do domicílio anterior	
Município de Campinas - Rural, 1991.....	167
Tabela 4.29: Migrantes segundo estado de procedência e situação do domicílio anterior em 31/07/1995	
Município de Campinas - Rural, 2000.....	167
Tabela 4.30: Migrantes de retorno segundo região de residência anterior	
Município de Campinas - Rural, 1980.....	168
Tabela 4.31: Condição dos Domicílios quanto à sua ocupação	
Município de Campinas, 1980,1991 e 2000.....	171
Tabela 4.32: Condição dos Domicílios quanto ao abastecimento de água canalizada	
Município de Campinas, 1980,1991 e 2000.....	172
Tabela 4.33: Condição dos domicílios quanto ao esgotamento sanitário	
Município de Campinas, 1980,1991 e 2000.....	172
Tabela 4.34: Domicílios rurais e urbanos com ou sem banheiro (%)	
Município de Campinas, 1980, 1991 e 2000.....	173
Tabela 4.35: Condição dos domicílios rurais e urbanos quanto destino do lixo (%)	
Município de Campinas, 1991 e 2000	174
Tabela 4.36: Condição dos Domicílios quanto ao acesso a serviços e bens de consumo	
Município de Campinas - Rural, 1980,1991 e 2000.....	175
Tabela 4.37: Número médio de pessoas por domicílio	
Município de Campinas, 1980	176

Tabela 4.38: Total de domicílios segundo número de cômodos	
Município de Campinas, 1980,1991 e 2000.....	176
Tabela 4.39: Número de cômodos servindo com dormitório	
Município de Campinas, 1980,1991 e 2000.....	177
Tabela 5.1: Tipos de domicílio rural e urbano	
Município de Campinas, 1980,1991 e 2000.....	182
Tabela 5.2: PEA agrícola segundo o tipo de domicílio rural e urbano	
Município de Campinas, 1980	182
Tabela 5.3: PEA agrícola segundo o tipo de domicílio rural e urbano	
Município de Campinas, 1991	183
Tabela 5.4: PEA agrícola segundo o tipo de domicílio rural e urbano	
Município de Campinas, 2000	183
Tabela 5.5: Renda média do trabalho principal em salários mínimos deflacionada para janeiro 2002 segundo o tipo de domicílio	
Município de Campinas, 2000	186
Tabela 5.6: Amostras de pessoas economicamente ativas antes e depois da expansão pelos pesos, para os diversos tipos de domicílios pesquisados	
Município de Campinas, 2000	187
Tabela 5.7: PEA agrícola domicílio pluriativo rural	
Município de Campinas, 2000	188
Tabela 5.8: PEA não agrícola - domicílio pluriativo - rural	
Município de Campinas, 2000	189
Tabela 5.9: PEA agrícola - domicílio pluriativo - urbano	
Município de Campinas, 2000	190
Tabela 5.10: PEA agrícola - domicílio pluriativo - urbano	
Município de Campinas, 2000	191
Tabela 5.11: Média dos anos de estudo dos moradores, segundo o tipo de domicílio	
Município de Campinas - Rural, 2000.....	192

Lista de Gráficos

Gráfico 3.1: Análise Comparativa: Área X Valor de Produção	
Município de Campinas	80
Gráfico 3.2: Circuito das frutas - área em hectares	81
Gráfico 3.3: Circuito das frutas - produtividade de frutas (ton/ha).....	82
Gráfico 3.4: Circuito das frutas - produção de frutas (toneladas)	82
Gráfico 3.5: Circuito das frutas - valor bruto da produção de frutas em R\$	83
Gráfico 4.1: Estrutura etária da população urbano e rural	
Município de Campinas, 1980,1991 e 2000.....	149
Gráfico 4.2: Razão de Sexo	
Município de Campinas - Rural, 1980,1991 e 2000	150
Gráfico 4.3: Razão de Sexo	
Município de Campinas - Urbano, 1980,1991 e 2000.....	150

Lista de Mapas

Mapa 2.1: Localização do município de Campinas no estado de São Paulo e na Região Metropolitana de Campinas	25
Mapa 2.2: Município de Campinas: rural e urbano, 2000	25
Mapa 2.3: Ocupação do Solo Município de Campinas, 2002.....	26
Mapa 2.4: Território original do município de Campinas inserido na Região Metropolitana de Campinas	36
Mapa 3.1: Situação rural urbana dos setores censitários Município de Campinas, 2000.....	67
Mapa 3.2: Situação rural/urbana dos setores censitário com o número dos mesmos Município de Campinas, 2000.....	68
Mapa 3.3: População rural por setor censitário e população urbana de alguns setores censitários urbanos Município de Campinas, 2000.....	69
Mapa 3.4: Os rurais de Campinas Município de Campinas, 2000.....	91
Mapa 4.1: População rural por setores censitários Município de Campinas, 2000.....	144

Lista de Fotos

Foto 3.1: Agricultura urbana e a sede da antiga Fazenda Santa Genebra - jan.2006 ..	72
Foto 3.2: Propriedade com pequena exploração agrícola moderna utilizando filme plástico para cobertura do solo - jan. 2006	79
Foto 3.3: Portão de entrada da Fábrica Tozan - região APA - jan. 2006	85
Foto 3.4: Pesque-pague Colônia Tozan - jan. 2006	85
Foto 3.5: Loteamento Colinas do Atibaia - jan. 2006	103
Foto 3.6: Mata do Ribeirão Cachoeira, circundada pelo loteamento Colinas do Atibaia - jan. 2006	104
Foto 3.7: Propriedade do Loteamento Colinas do Atibaia - jan. 2006	104
Foto 3.8: Propriedade do Loteamento Colinas do Atibaia - jan. 2006	104
Foto 3.9: APA Norte - Núcleo Carlos Gomes - jan. 2006	110
Foto 3.10: Fazenda Monte D'Este - jan. 2006	115
Foto 3.11: Vista da região norte de Barão Geraldo. Ao longe avista-se Jaguariúna - jan. 2006	116
Foto 3.12: Núcleo de domicílios da Colônia Tozan. Atividade Agrícola inexpressiva - jan 2006	118
Foto 3.13: Colônia Tozan nas proximidades do caminho Village - jan. 2006	118
Foto 3.14: Cocheiras do haras - Colônia Tozan - jan. 2006	120
Foto 3.15: Picadeiro do haras - Colônia Tozan - jan. 2006	120
Foto 4.1: Casa de empregado do haras - Colônia Tozan - jan. 2006	170
Foto 4.2: Casa do caseiro - loteamento Colinas do Atibaia - jan. 2006	177

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o meio rural do município de Campinas, estado de São Paulo, procurando acompanhar as suas transformações mais recentes, tendo como foco a sua população residente e os usos e ocupações de seu território.

Busca-se conhecer a configuração socioespacial do meio rural contemporâneo campineiro, ao mesmo tempo em que se verifica o perfil demográfico de sua população, aspectos de sua condição de vida, assim como os arranjos domiciliares adotados para garantir a sua reprodução social. Em 2000 esse meio possuía 16.178 habitantes, o que correspondia a 1,7% da população do município.

Ao mesmo tempo, contrapõe-se algumas características das populações residentes no campo e na cidade de Campinas, para verificar se as mudanças recentes apontam para uma convergência do perfil das mesmas, de modo a sugerir uma homogeneização da população do município. Isto é, pretende-se investigar se essas transformações podem estar interferindo no perfil e nas condições de vida dessas populações, a ponto de torná-las indistintas.

Outro aspecto que também se considera é a função e a importância que o território rural desempenha no município. Na medida em que o processo de urbanização é crescente, indaga-se se o rural desaparecerá ou não, em Campinas.

Na verdade as questões colocadas são:

- que rural é esse?
- quem reside neste rural?
- o rural tende a desaparecer em Campinas?

Para tratar das questões acima colocadas, este trabalho está estruturado em cinco capítulos.

O primeiro, apresenta a problemática da identidade do rural, os conceitos e as definições utilizadas. São os procedimentos metodológicos utilizados assim como as fontes dos dados.

O segundo capítulo investiga as origens rurais de Campinas e como este município evoluiu de sua condição predominantemente rural e agrícola para urbana e industrial. A questão motivadora do trabalho refere à importância e às funções que o espaço rural ainda poderá ter para o município ou se desaparecerá face a um inexorável processo de urbanização.

O terceiro capítulo procura realizar uma caracterização do rural de Campinas em sua fase mais recente, enquanto espaço físico-territorial, com seus usos e ocupações. Revela-se uma heterogeneidade, que conduz a questões como:

- caminha-se para uma configuração socioespacial original, nova?
- ou atravessa-se apenas uma transição, rumo à completa urbanização?

O quarto capítulo apresenta um perfil demográfico da população residente neste espaço em questão e se verificam os aspectos das suas condições de vida. Procura-se constatar se os perfis das populações rural e urbana têm sentido convergente ou não.

Sendo primeiramente adotada uma classificação para os diversos arranjos domiciliares, em função da ocupação principal de seus membros economicamente ativos, são analisadas no quinto capítulo as suas semelhanças e diferenças quanto à renda, à participação das aposentadorias e pensões, e aos anos de estudo. Apresenta-

se também a diversidade de situações encontradas entre os arranjos domiciliares, que variam em função de diversos elementos, como a etapa do ciclo vital de seus membros, a sua escolaridade, a propriedade da terra, etc.

Encerra-se com as considerações finais, onde são feitas ponderações sobre alguns resultados deste trabalho, alguns por sua importância e outros porque extrapolaram as expectativas.

JUSTIFICATIVA

Conforme já foi dito na introdução, este trabalho está focado na população rural residente e nos usos e ocupações de seu território. Esta escolha decorre de um interesse que vem de longa data em conhecer mais de perto, e com olhar mais abrangente, o habitante do campo de um grande centro urbano de região desenvolvida.

Para realizar tal estudo, buscou-se uma grande cidade que apresentasse parte de sua população residente no espaço rural em que as suas transformações mais recentes estivessem mais evidentes. Decidiu-se então que a área selecionada para este estudo seria o município de Campinas, localizado no estado de São Paulo, por contemplar tais condições.

O período de 1980 a 2000, que compreende duas décadas, foi definido como período a ser estudado, considerando-se que por ser esta região, uma das mais desenvolvidas do país, este processo poderia ter se iniciado antes de 1990.

Uma vez definido o objeto e a área de estudo, e a série temporal veio a pergunta: mas por que a demografia?

A demografia possibilita uma fotografia de cada morador, embora instantânea e sem retoques, mas de corpo inteiro. Através dela, consegue-se observar o cidadão em suas dimensões fundamentais num dado momento, como idade, sexo, local de nascimento e residência, escolaridade, ocupação, renda, posição na família. E o pano de fundo desta foto, que revela o momento histórico da época, e com os seus processos socioeconômicos, culturais e políticos, permitem que a imagem instantânea original do personagem incorpore retoques e colorido. Pode-se então chegar a um retrato de corpo inteiro, melhor acabado, inserido numa moldura que não só revela a totalidade do ser, mas sua inserção no espaço, no seu contexto histórico, com toda a riqueza e abrangência que ele permite. Assim, partindo apenas de um conjunto de dados parciais e numéricos, mas depois relacionando-os às outras disciplinas do conhecimento, como a sociologia, a economia, a história, a política, etc, atinge-se as possibilidades mais amplas do que se entende por demografia.

ÁREA SELECIONADA

Sucintamente, caracteriza-se o município de Campinas, que foi a área selecionada para este estudo pelas razões anteriormente apresentadas.

Campinas localiza-se no leste do Estado de São Paulo, numa das regiões mais desenvolvidas do país. É um pólo tecnológico avançado, educacional, entroncamento (rodoviário e aéreo) do sistema de transportes, e também integrante da terceira mais importante meso-região agropecuária do Estado de São Paulo, em termos do valor da produção e da ocupação de mão de obra (GRAZIANO DA SILVA, 2000). É também o maior município em extensão da RMC (cerca de 800 km²), ocupando 21,8% de sua

área territorial. Além disso, mantém perto de 50% de seu espaço físico como área rural. Desde julho de 2000, através da Lei Complementar Estadual nº. 870/2000, é a sede da RMC (Região Metropolitana de Campinas).

Campinas sedia uma região metropolitana diferenciada. É composta por municípios com características diversificadas, com economias centradas em diferentes setores, o que favorece possibilidades de maior integração e complementaridade. Assim, têm-se os municípios de Hortolândia e Sumaré como municípios dormitórios, com moradores que trabalham em cidades vizinhas. Já Holambra, Engenheiro Coelho e Itatiba possuem elevada parcela de população rural (45%, 30% e 19%, respectivamente). Americana e Paulínia caracterizam-se como cidades centradas em um único tipo de indústria têxtil e petroquímica respectivamente (MIRANDA, 2002). Há cidades de tamanho variado e, dentre essas, quatro estão entre as dez mais ricas do Estado de São Paulo, segundo a classificação do Índice de Desenvolvimento Econômico Equilibrado - IDEE¹ elaborado pelo Instituto de Estudos Metropolitanos. São elas: Paulínia, IDEE 66,44; Vinhedo, IDEE 51,13; Campinas, IDEE 50,52 e Valinhos, IDEE 44,85 (GASQUES e OLIVEIRA, 2004).

“Os vários municípios da região têm uma base econômica importante e dinâmica, tanto industrial quanto agrícola, não se configurando, portanto, nesta região, uma rede urbana caracterizada pela presença de um único município rico cercado de “municípios-dormitório” pobres. Trata-se de uma região bastante heterogênea, apresentando municípios em diferentes graus de desenvolvimento e urbanização, e com diferentes vocações econômica” (MIRANDA, 2002, p.28).

¹ IDEE – Índice elaborado para 75 cidades do Estado de São Paulo, que respondem por mais de 70% do PIB do Estado. Indica a maior retenção e geração de riqueza do município, em comparação com o número de habitantes. A primeira colocada no ranking foi São Caetano do Sul.

Campinas, além de sua riqueza industrial, é um pólo distribuidor de serviços para o interior do Estado. Como pólo regional, apresenta elevado grau de urbanização e onde a competição entre os espaços urbano e rural não é pequena (BERNARDO, 2002). Mas, apesar da crescente incorporação do rural pelo urbano, o futuro da configuração espacial destes territórios ainda está em aberto, assim como o conflito estabelecido entre os interesses dos segmentos sociais que disputam as definições desta configuração.

Pelos Decretos Municipais nº. 11.172/93 e 11.272/93, depois regulamentado pela Lei Estadual nº. 7.438/91, parte significativa do rural campineiro (27%) passou a fazer parte da Área de Proteção Ambiental (APA), que corresponde à região de Joaquim Egídio, Sousas e do interflúvio dos rios Atibaia e Jaguari. Esta APA já possui um plano de gestão que prevê um uso controlado e monitorado desta área (Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental da Região de Sousas e Joaquim Egídio APA Municipal -1996).

Campinas ainda conta com um leque aberto de alternativas para o seu desenvolvimento e para a sua população, por possuir uma área rural extensa, alguns grupos de pequenos produtores, vazios urbanos, uma economia dinâmica e por se inserir numa região privilegiada do ponto de vista socioeconômico. A caracterização do perfil demográfico da população, de suas condições de vida e a sua relação com as mudanças que vêm ocorrendo poderão contribuir para o entendimento dessas alterações, fornecendo também subsídios que poderão ser úteis para a tomada de decisões sobre o desenvolvimento do município. Esta contribuição poderá ocorrer não

só para a definição de políticas públicas, mas também para a escolha de estratégias de gestão do uso e ocupação do solo rural.

A identificação dos elementos componentes dos distintos rurais contribuirá para um melhor entendimento das características do meio rural contemporâneo, não mais uma realidade homogênea. E a análise das ocupações e das atividades desenvolvidas por essa população dará indicações das formas que estão predominando nos arranjos domiciliares para responder às mudanças em curso.

CAPÍTULO 1

As ambigüidades do rural, fontes utilizadas e procedimentos metodológicos

As limitações da dicotomia rural/urbano para explicar as transformações mais recentes ocorridas no campo, associadas à degradação das condições de vida nos grandes centros urbanos, ao aumento da violência e às preocupações ambientais, reintroduziram o rural como tema atual e importante.

Atualmente não é tarefa fácil definir o que é o meio rural, na medida em que este dissociou-se da agropecuária. O meio rural já não pode mais ser identificado exclusivamente pela atividade agropecuária. A consequência mais relevante é a diversificação do uso e da ocupação do seu território, que passa a se vincular também aos demais setores da economia. Assim, outras dinâmicas interagem com a dinâmica agrícola. E o papel da agricultura das áreas rurais passou a ser redefinido como base econômica e social. Novos segmentos sociais surgiram para participar deste reordenamento do território rural (MARSDEN, 1995).

Já não se pode mais caracterizar o meio rural brasileiro, então, como estritamente agrário. Nessa conjuntura, constata-se o aparecimento e crescimento de um certo número de atividades não agrícolas, demonstrando que o meio rural adquiriu novas funções e tipos de ocupações (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

As atividades não agrícolas incluem uma gama variada de atividades ligadas à moradia, ao lazer, à prestação de serviços e à indústria e que vem crescendo de forma surpreendente. Esse crescimento está diretamente ligado a dinâmicas urbanas e representa a denominada "urbanização do campo" (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Parte destas atividades não agrícolas resultaram da redescoberta do rural por novos segmentos sociais urbanos na busca de uma segunda moradia, lazer, turismo, etc. Outros segmentos apresentam-se aí, relacionados às preocupações com a preservação da natureza, da paisagem e do meio ambiente.

Para a população rural, as atividades não agrícolas representam a oportunidade de obtenção de renda fora da agropecuária, onde o emprego tem tendência declinante. Dentre os reordenamentos do território rural e os novos arranjos da população envolvida nestes processos destaca-se a presença da família pluriativa (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Não há um consenso sobre o conceito de pluriatividade, mas adota-se aqui o apresentado na exaustiva revisão realizada por Kageyama (1998).

... “pluriatividade refere-se à combinação de atividades por indivíduos ou famílias – em diferentes setores, portanto diferentes mercados, da economia; para o que nos interessa, no entanto, restringiremos o ‘conceito’ para o caso em que um desses setores seja a agricultura” (KAGEYAMA, 1998, p.524).

A pluriatividade foi uma das formas encontradas pelas famílias agrícolas para aumentar as suas rendas sem abandonar a propriedade rural e/ou a sua atividade original.

Para os segmentos sociais participantes deste reordenamento do rural surgiram condições facilitadoras. Com o desenvolvimento das comunicações e meios de transporte a relação rural/urbano intensificou-se e as distâncias e o tempo passaram a ter significados diferentes. As possibilidades de deslocamento das pessoas se alteraram, verificando-se uma frequência muitas vezes diária, que resulta, às vezes, no conhecido “commuting” ou migração pendular. Há uma intensificação da circulação das pessoas. Nesses processos de interação, as trocas entre rural e urbano vem se

alterando. Embora este fenômeno pareça ocorrer em todo o país, ele é mais visível nos espaços próximos a uma economia mais dinâmica e a um mercado de trabalho com maiores opções.

As redefinições que vêm acontecendo no rural já permitem constatar duas novas características: ele é multisetorial e multifuncional. Multisetorial por estar incorporando em seu território, além da tradicional agropecuária, diversas atividades como os serviços, o turismo, a indústria. Multifuncional na medida em que vem adquirindo novas funções como local de residência e de preservação da natureza, além de manter a de produção, que o identificou originalmente. O rural se diversificou e ficou mais complexo.

Dadas às transformações pelas quais vem passando, o meio rural brasileiro foi denominado por Graziano da Silva (1999) de “novo rural”.

“Na realidade, o que se caracteriza efetivamente como “novo” no meio rural brasileiro são as novas atividades agrícolas e as dinâmicas não agrícolas originadas de famílias urbanas que passaram a freqüentar regularmente o campo para fins de lazer (chácaras de recreação) e/ou como segunda residência, e dos bens e serviços relacionados ao turismo e lazer no meio rural” (GRAZIANO DA SILVA, 2000, p.24).

Dado que o rural é um objeto conceitual, abstrato, embora construído sobre uma base material, necessita ser contextualizado no tempo e no espaço, com suas características.

O meio rural apresentou diferentes formas nos diversos momentos de seu processo de desenvolvimento histórico. Este não é um conceito e uma realidade a-históricos, eis porque precisa ser revisto e analisado em cada momento e realidade concreta. Na medida em que se está, evidentemente, passando por um período de

grandes transformações de toda a sociedade, é complexa a tarefa de identificar o rural enquanto objeto de estudo.

Tanto é difícil definir rural e urbano, face às transformações que vem ocorrendo nas relações cidade/campo, quanto entender a diversificação dos grupos sociais que passaram a atuar no espaço rural, seja direta ou indiretamente. Novos atores surgiram, conflitos se estabeleceram e diferentes representações se construíram sobre determinada base físico-territorial, com outros usos e atividades. Neste trabalho, o rural será abordado enquanto espaço territorial que se diversificou quanto a suas atividades e cuja população interage mais diretamente com economias e mercado de trabalho urbano mais próximo.

*... “parece clara a idéia de que o rural é uma categoria **espacial** que independe, para sua definição, da exclusividade ou predominância da atividade agrícola, embora quase sempre esta ainda represente a maior parte de seu produto e de seus empregos” (KAGEYAMA, 1998, p.529).*

Entre os demógrafos, reconhece-se que a abordagem tradicional para classificar e estudar as tendências da urbanização a partir da dicotomia rural/urbano perdeu a sua relevância. As transformações dos assentamentos humanos produziram muitas diferenciações que vão muito além do recorte rural/urbano.

O espaço ganha dimensão especial. Segundo eles, é cada vez mais importante considerar o contexto espacial mais amplo no qual se insere a população estudada, o local em que vive e trabalha. Portanto, o entorno de sua realidade existencial tem cada vez maior significado. Sugere-se um esforço de buscar novas formas para captar e entender esses processos.

Alertam também para o fato de que o rural não pode ser tomado de forma indiferenciada. Considera-se que há variações entre áreas, mesmo quando pertencentes a uma mesma categoria. Reconhecem, no entanto, que o território rural ainda é considerado residual nos sistemas censitários.

“It is on this basis that urban-rural distinctions have become a fundamental part of census systems across the world. At one time if not currently, virtually all countries have designed urban areas, treating the remainder of their territory as a rural residual” (CHAMPION e HUGO, 2004, p.9).

A proposta é de que as classificações dos assentamentos utilizados pelas agências estatísticas e as pesquisas demográficas sejam revistas.

Outra questão relativa ao rural e ao tema deste trabalho é o seu despovoamento. Até 1960, o Brasil era um país com predomínio de população rural (54,6%). Mas foi em 1970 que a população rural brasileira chegou a seu valor máximo com 41 milhões de habitantes, apesar de já representar apenas 44,1% da população do país (Anexo IV). Desde então, essa população vem declinando em termos relativos e absolutos (CAMARANO, 1999).

Em 2000, o Brasil possuía 31.845.211 habitantes na zona rural, o que correspondiam a 21% do total da população. Esse esvaziamento ocorreu através dos intensos movimentos migratórios que redundaram na configuração de um país predominantemente urbano.

A urbanização resultante deste processo foi uma das conseqüências mais visíveis do modelo de desenvolvimento adotado pelo país. Essa urbanização caracterizou-se pela concentração da maioria da população ao longo da costa

brasileira distribuída em grandes cidades, aglomerados populacionais metropolitanos e nas capitais dos Estados.

Ao mesmo tempo formou-se um número significativo de pequenas cidades e núcleos urbanos que, juntos, representaram uma parcela ainda importante da população.

Alguns estudiosos têm-se dedicado a olhar melhor este outro conjunto de população e tem argumentado que o Brasil pode não ser assim tão urbano, quanto se apregoa. Isto porque esses pequenos núcleos, que se distribuem por quase todo o país, – mas se encontram em maior número em certas regiões como nordeste, norte e centro oeste –, têm uma população regida muito mais pela dinâmica rural. Um dos argumentos mais fortes dessa vertente é a de que a classificação das áreas em urbanas ou rurais baseia-se em critérios meramente político-administrativos e pode estar distorcendo a realidade (WANDERLEY, 2000 e VEIGA, 2003). O importante a se considerar é que não se está questionando a consolidação da configuração urbano-industrial do país, mas apenas repensando a sua magnitude. O mundo rural e sua população talvez não sejam uma realidade tão residual, em extinção.

Além disso, Camarano (1999) também constatou que o êxodo rural reduziu-se significativamente no sudeste e no sul na década de 90. Graziano da Silva (2000) confirmou esse declínio e chegou a afirmar que “a população rural brasileira voltou a crescer, o que não ocorria desde 1970” (GRAZIANO DA SILVA, 2000, p.2).

Como esses processos referem-se apenas a algumas regiões, não se tem elementos para presumir que os mesmos poderão se estender ao restante do país.

De qualquer forma, tinha-se, em 2000, um contingente de 31.845.211 habitantes na zona rural. Representava um volume significativo de brasileiros, semelhante à população do estado mais populoso do país, São Paulo.

Em artigo preparado em função da Conferência Mundial sobre Assentos Humanos (Habitat II), Abramovay e Sachs discutem a contribuição que o mundo rural poderia ter para atenuar o agravamento dos problemas das cidades. Preocupados em não ser mal interpretados, procuram deixar claro que não propõem nem uma “volta ao campo” nem uma “fixação do homem ao campo”, alternativa que consideram conservadora. Mas ressaltam que a saída do campo não garante, automaticamente, o acesso às condições mínimas tidas como inerentes à vida urbana. Chamam a atenção

... “para a existência de uma urbanização espúria que, cada vez menos, mostra-se capaz de assegurar àqueles que são atraídos por ela as condições mínimas do que representa a vida civilizada. É neste contexto que, sem ter a pretensão de resolver os imensos problemas urbanos, o meio rural pode contribuir de maneira importante para atenuar a tendência evidente a seu agravamento” (ABRAMOVAY e SACHS, 1995, p.13).

Ainda segundo ele, valorizar o campo não significa, necessariamente, rejeitar as possibilidades dinamizadoras das cidades. O que propõem são novas configurações das relações entre a cidade e o campo. E somente assim é que ... “o meio rural poderá representar mais que um reservatório onde ficam os que ainda não tiveram a oportunidade de realizar a aventura da vida urbana” (ABRAMOVAY e SACHS, 1995, p.11).

A adoção da perspectiva de que uma das alternativas para um desenvolvimento mais equilibrado e equitativo passa pela revisão das relações entre a cidade e o campo representa um avanço na forma tradicional de pensar o rural e o urbano.

“Por outro lado, as cidades têm de ser colocadas no espaço rural a que pertencem. Desta maneira, seria correto falar em espaço local que em espaço urbano. Empolgado com sua recente urbanização, o ser humano esquece a que ponto está vinculado ao campo que cerca as cidades e que um elemento essencial do desenvolvimento urbano será a reconstrução da relação cidade-campo, não mais a partir do campo, na visão clássica da reforma agrária, mas a partir da própria cidade.” (DOWBOR, 1995, p.8).

A questão resultante é saber se esta abertura do campo à cidade e o estreitamento dos laços entre ambos se darão de forma construtiva e interativa ou se acarretarão na desagregação completa do universo rural. Em outras palavras: no futuro seremos todos cidadãos urbanos?

Fontes Utilizadas

As fontes básicas de dados para população foram os censos demográficos do IBGE. Para este Instituto, urbano e rural são definidos pela situação do domicílio. Segundo a localização do domicílio, a situação pode ser urbana ou rural, de acordo com uma legislação municipal.

Na situação urbana, consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios, recenseados em toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.

É, portanto, a lei municipal que estabelece o perímetro urbano e o critério adotado para a classificação das áreas e da população em urbano e rural. Nem sempre esse critério corresponde ao processo de ocupação do solo.

A partir de 1991, o IBGE continuou utilizando os limites político-administrativos municipais para os seus censos, mas criou subdivisões próprias, que continuaram no censo de 2000. As áreas municipais estão assim classificadas:

“1-área urbanizada de vila ou cidade

Setor urbano situado em áreas legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas à expansão urbana;

2-área não urbanizada de vila ou cidade

Setor urbano situado em áreas localizadas dentro do perímetro de cidades e vilas reservadas à expansão urbana ou em processo de urbanização; áreas legalmente definidas como urbanas, mas caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural;

3-área urbanizada isolada

Setor urbano situado em áreas definidas por lei municipal e separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal;

4-rural-extensão urbana

Setor rural situado em assentamentos situados em área externa ao perímetro urbano legal, mas desenvolvidos a partir de uma cidade ou vila, ou por elas englobados em sua extensão;

5-rural povoado

Setor rural situado em aglomerado rural isolado, sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas no próprio aglomerado ou fora dele. Caracteriza-se pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atendimento aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas;

6-rural-núcleo

Setor rural situado em aglomerado rural isolado, vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc), privado ou

empresarial dispendo ou não dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados;

7-rural-outros aglomerados

Setor rural situado em outros tipos de aglomerados rurais, que não dispõem, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados, e que não estão vinculados a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc);

8-rural-exclusive os aglomerados rurais

Setor rural situado em área externa ao perímetro urbano, exclusive as áreas de aglomerado rural” (IBGE, 2002, p.56-57).

Para a caracterização geral do espaço rural contemporâneo de Campinas, a principal fonte utilizada foi o LUPA (Levantamento Censitário de Unidade de Produção Agropecuária) executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo para o período 1995/1996.

O LUPA apresenta os resultados do levantamento censitário das unidades de produção agrícola, realizado com a finalidade de obter dados sobre a área cultivada dos municípios. A unidade básica desse levantamento é a unidade de produção agropecuária (UPA). Para fins desse levantamento essa unidade é o imóvel rural.

Partindo das unidades produtivas, fornece informações sobre o uso e ocupação do solo, as benfeitorias e equipamentos e a mão de obra utilizada. Quase todas as informações adicionais sobre os usos e a produção do rural provém desta Secretaria de Estado, o que possibilitou um conjunto de dados coerentes.

Procedimentos Metodológicos

Neste trabalho o rural é abordado como categoria espacial, conforme definido anteriormente, considerando-se este uma parte integrante do todo maior que é o

município. O campo e a cidade são os seus componentes interdependentes, em constante interação. No entanto, a análise é sempre realizada de uma perspectiva do meio rural.

Apesar deste trabalho pertencer a uma escala micro, na medida em que é um estudo de caso, procura-se integrar a análise às escalas mais amplas em que este município está inserido. É sempre contextualizado nos processos socioeconômicos, políticos e culturais desenvolvidos nos níveis estadual, regional, nacional e mundial.

O estudo parte, porém, de dados obtidos através dos critérios do IBGE. Isto é, toma-se como rural a área externa ao perímetro urbano, considera-se como população rural aquela que reside neste território. E tem início pelo levantamento bibliográfico referente ao assunto investigado. Dentre este material, destacaram-se, pela importância das informações que tinham sobre o município de Campinas, as teses de Ricardo de Souza Campos Badaró, Rosana Guimarães Bernardo, Zoraide Amarante Itapura de Miranda e o livro “Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista” de Rosana Baeninger. Eles foram a base principal das informações utilizadas para o capítulo 2.

Em seguida, foram selecionadas as principais variáveis que estavam contidas nas duas principais fontes: os censos demográficos do IBGE e o LUPA. Realizou-se, no período inicial, uma observação exploratória do objeto (o meio rural e sua população), através de visitas ao campo, presença em reuniões de produtores, festas, confraternizações, eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Campinas através do Grupo de Desenvolvimento Rural (GDR).

Como observadora participante desses eventos, foram realizados contatos e entrevistas informais que forneceram subsídios para as novas etapas.

Na volta aos dados secundários, já mais elaborados, novas questões foram se colocando, ampliando-se assim o conhecimento sobre o objeto de estudo.

Realizou-se também grande número de entrevistas, formais e informais, com técnicos do GDR, funcionários dos órgãos municipais, e alguns proprietários rurais.

E, finalmente, novas visitas ao campo, possibilitaram explorar melhor as informações e dados já obtidos nas etapas anteriores. Diversas visitas foram realizadas em companhia dos responsáveis pelas Administrações Regionais da Prefeitura Municipal, de técnicos da Prefeitura e da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Quando o conjunto de dados estava mais consistente, novas entrevistas, foram ainda realizadas tanto com gerentes ou administradores de diversas propriedades como com técnicos que trabalhavam nas áreas estudadas. Durante todo o período de elaboração deste trabalho participou-se de quase todas as reuniões e eventos promovidos pelo GDR, o que garantia um regular contato com a população rural do município.

Por diversas vezes foi necessário selecionar novas variáveis dos censos para complementar e ampliar o conhecimento que se pretendia. Nos capítulos deste texto são registrados os principais procedimentos adotados para o tratamento e análise dos dados.

Em um segundo momento, de posse já de um conhecimento mais consolidado sobre o objeto deste estudo, evidenciou-se a necessidade de elementos qualitativos, que pudessem enriquecer o conhecimento obtido através dos dados secundários e dos dados empíricos. Optou-se então pela realização de entrevistas com as famílias dos três tipos de domicílios, a partir de um roteiro e questionário previamente testados. Neste momento, a unidade de análise era a família rural residente nos domicílios, classificada segundo a ocupação principal de seus membros economicamente ativos.

Seguiu-se a análise das entrevistas que ilustraram a variedade dos arranjos domiciliares, nos diversos rurais de Campinas. Finalmente, novos contatos com profissionais que já haviam trabalhado na Prefeitura de Campinas complementaram as informações que se fizeram necessárias.

Foram também entrevistados dois pesquisadores do Instituto Agrônomo de Campinas: um especialista em café e outro em algodão.

À medida em que o trabalho se desenvolvia, foi-se adicionando nova bibliografia, com a qual se buscava embasamento para a análise que se fazia necessária.

Para estruturar e consolidar os capítulos 3, 4 e 5, mostrou-se necessário associar os dados secundários do IBGE e do LUPA às informações obtidas no trabalho de campo e às entrevistas realizadas com as famílias dos domicílios rurais. Foi, portanto, através da análise conjunta de variáveis quantitativas e do levantamento qualitativo que se efetivou esta parte do trabalho.

CAPÍTULO 2

As origens rurais de Campinas

Neste capítulo vai-se apresentar as origens rurais do município de Campinas. Considerado como uma unidade, verifica-se aqui de que modo os espaços rural e urbano são interligados e um foi determinando o outro. O espaço rural, que era predominante em extensão e em importância econômica para o município, foi se reduzindo nestas duas dimensões. Ao longo deste processo constata-se como o rural, enquanto espaço de produção, foi tendo alterações de suas funções. De forma sintética verifica-se como o município de Campinas evoluiu de sua condição predominantemente rural para urbana. Indaga-se ainda sobre a importância e as funções que este rural tem atualmente para o município.

2.1 – Enfoque Adotado

Do ponto de vista espacial, o rural e o urbano são territórios contíguos cujos limites muitas vezes se evidenciam pela alteração da paisagem. Nem sempre os limites político-administrativos coincidem exatamente com os limites físico-territoriais, mas ficam por conta das exceções e pelo retardo do poder público em acompanhar as alterações do uso de seu solo. Além de contíguos, são espaços extremamente inter-relacionados e interdependentes, seja do ponto de vista econômico, social, cultural e/ou político. Embora essa ligação remonte às suas origens, ela se intensifica na medida em que os avanços dos meios de comunicação e transporte se acentuam e são disponibilizados para camadas crescentes da população. E, particularmente no caso do

rural, é cada vez mais importante dar atenção às situações de acessibilidade ou distanciamento dos centros urbanos. Essa acessibilidade refere-se não somente ao mercado de trabalho, mas aos demais serviços como saúde, educação, etc. Reconhece-se cada vez mais a importância do contexto espacial dos territórios e de seu entorno na vida e no comportamento da população (CHAMPION e HUGO 2004).

Embora do ponto de vista conceitual estejamos em um momento de mais dúvidas que certezas sobre o que é o rural, e como se dão as suas relações com o urbano, ele ainda se impõe enquanto objeto singular para fins desta análise. E, apesar de em muitas situações o meio rural e o meio urbano parecerem embaralhados, o recorte rural/urbano mantém-se pertinente e necessário, particularmente dada a natureza deste trabalho, voltado a um universo bem determinado e escala micro. Se para a finalidade analítica, o recorte rural/urbano revela-se muitas vezes insuficiente, e até ultrapassado, ele ainda se faz necessário para diversas situações. É o caso, por exemplo, das questões político-administrativas e também das tributárias.

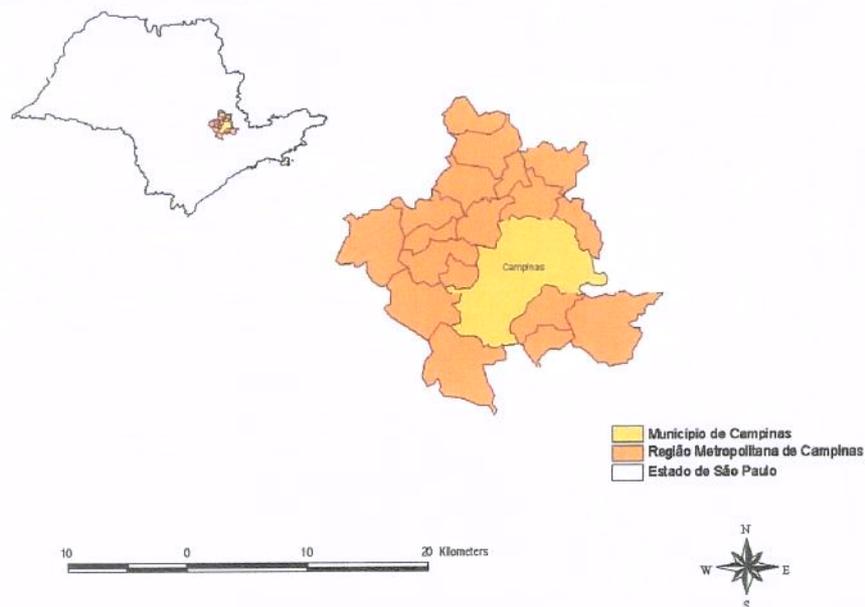
Antes de iniciar este tópico, que versa sobre o rural de Campinas e sua população, é importante deixar claro de que forma ele será tratado.

No Mapa 2.2 de Campinas, o espaço rural concerne à do perímetro urbano, limítrofe com os municípios vizinhos. No Mapa 2.3, que representa a ocupação do solo, o rural pode ser a parte verde, com áreas cultivadas ou não, como um grande espaço aparentemente disponível para a ocupação urbana quando isto se tornar oportuno e/ou necessário. Enfim, o rural parece ser o que sobra, o que está à disposição do inevitável crescimento e/ou avanço da cidade. Assim é também nas definições geralmente adotadas para a classificação dos dados estatísticos. O rural define-se pela negação,

pelo que não é urbano. Ou, como dizem outros, ele é residual (SARACENO, 1996 e CHAMPION e HUGO, 2004).

Mapa 2.1:

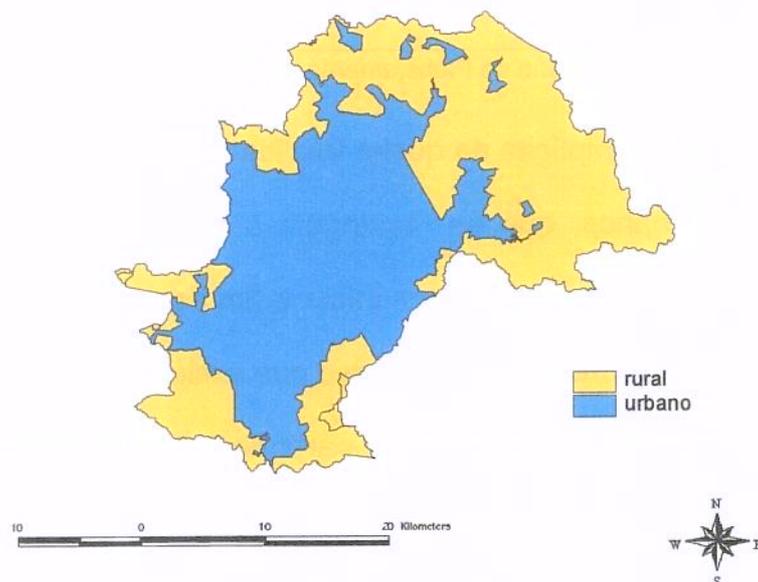
Localização do município de Campinas no estado de São Paulo e na Região Metropolitana de Campinas



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

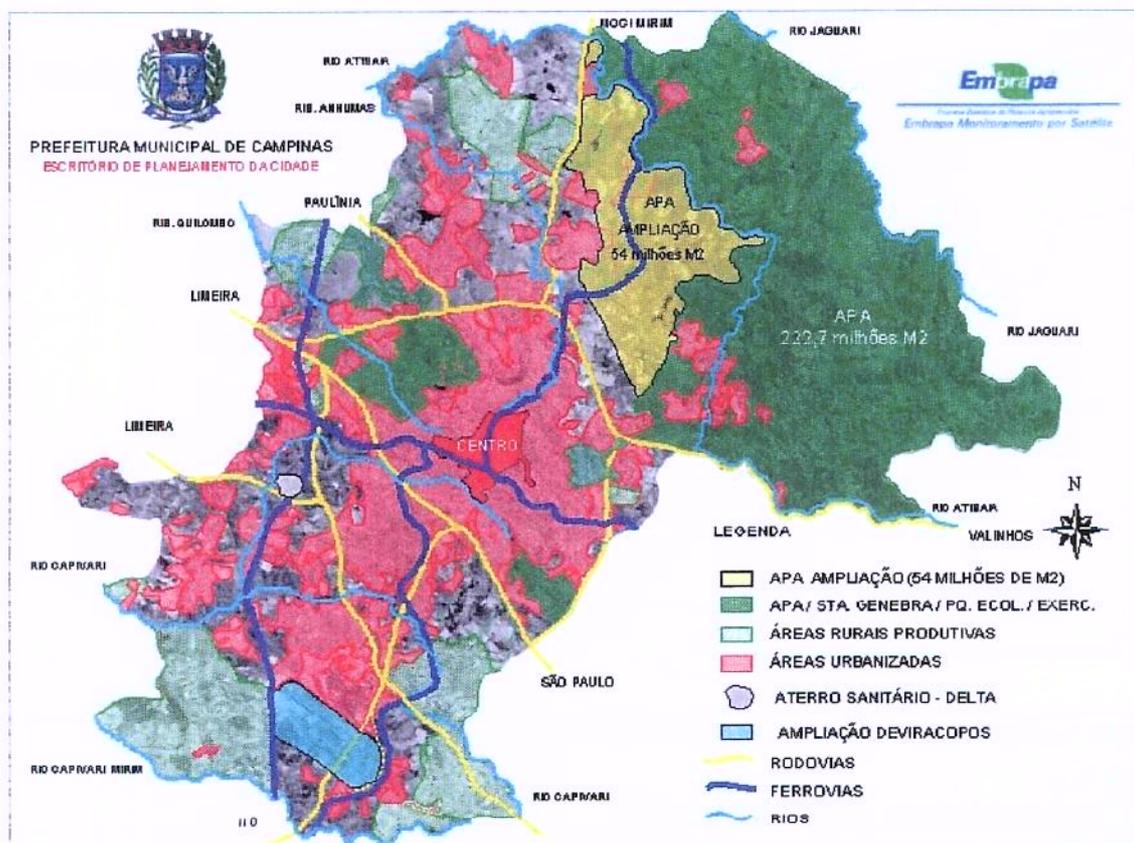
Mapa 2.2:

Município de Campinas: rural e urbano, 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Mapa 2.3:
Ocupação do Solo
Município de Campinas, 2002



Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas. Escritório de Planejamento da Cidade, 2002.

Esta é também a percepção implícita da quase totalidade dos textos que versam sobre as cidades ou temas urbanos, que se restringem à realidade da cidade, do urbano, como se ele se auto explicasse tendo um início e fim dentro de si mesmo. O rural e o urbano costumam aparecer relacionados quase que exclusivamente nos textos históricos, quando se fala da formação da cidade. A partir de então, a cidade passa a consumir todas as atenções, e costuma-se dar as costas para o rural que ficou para trás. O que se quer dizer com isto é que é muito comum perder-se a visão de um todo, que é um conjunto extremamente inter-relacionado. Até para se desenvolver e praticar

a visão do todo maior que é o regional, o nacional, e hoje o global, não se pode perder de vista a célula menor que é a localidade, o município. Porque o município não é só a cidade, o urbano. É o conjunto de rural e urbano, entrelaçados, interdependentes.

O enfoque unilateral acima comentado é adotado também na prática administrativa e legislativa, até mesmo quando se trata do quesito planejamento.

... “o planejamento municipal se confunde com os limites da área urbana, deixando de fora uma área vasta e importante e que não necessariamente está preparada para receber o processo de mudança que decorre da urbanização” (MIRANDA, 2002, p.176).

Em evento promovido pela Prefeitura de Campinas, em janeiro de 2004, três vereadores declararam que até recentemente desconheciam a existência de um rural neste município.

Vários fatores contribuem para esta ausência de uma visão efetivamente municipal, que contempla todo o seu espaço. É importante registrar que falta clareza na definição de atribuições e responsabilidades das diversas esferas e órgãos do poder público, o que dificulta a atuação dos mesmos, e facilita a omissão ou a ação dos que desejam se aproveitar das indefinições.

“Há uma fragmentação político-institucional representada pela duplicidade de programas, projetos, ações e orçamentos para o rural e para o urbano. As diferentes instâncias federais, estaduais e municipais com competência para gerir, tributar ou planejar o rural são pouco integradas, gerando vazios políticos e pouco impacto sobre o território como um todo” (SANTORO, COSTA, PINHEIRO, 2004, p.10).

Diversos fatores como o enfoque unilateral dos estudos, o desconhecimento de políticos e administradores e o conflito ou indefinições de competência do poder

público sobre a realidade rural contribuem para a dificuldade de uma abordagem integrada do território municipal.

Com a aprovação em 2001 da Lei Federal nº. 10.257/01, conhecida como o Estatuto da Cidade, surgiu um novo instrumento legal que, apesar de destinado à cidade, pode contribuir para alguma mudança da postura dos poderes públicos municipais sobre o seu rural. O Estatuto estabelece diretrizes gerais sobre a política urbana dos municípios, que devem elaborar seus Planos Diretores. Embora mantenha o enfoque dominante, já comentado anteriormente, abre uma brecha para o espaço rural. O seu artigo 40, parágrafo 2, estabelece que “o Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e deverá englobar o território do município **como um todo**” (grifo nosso). Como o plano deverá englobar o município como um todo e destina-se a **todos** os seus habitantes, o rural está aí necessariamente incluído.

“Desse modo, para o município promover a política de desenvolvimento urbano, o Plano Diretor deve ser entendido como um instrumento de desenvolvimento sustentável com normas voltadas a abranger a totalidade do seu território, compreendendo a área urbana e rural” (SAULE Jr., 2004, p.47).

Entre os que estão assumindo essa posição, prevalece também o entendimento do rural e do urbano como realidades interligadas e complementares.

Essa lei tem mobilizado algumas administrações municipais para a elaboração de seus planos, e aquelas que entenderam por incluir o rural nos mesmos depararam-se com diversas dificuldades, muitas delas decorrentes dessa visão tradicional do rural.

Além das indefinições sobre o rural, dificuldades com dados, informações, etc, permanece a ambigüidade quanto às atribuições das diversas instâncias envolvidas, níveis de competência, etc. Isto tudo tem levado a um grande esforço das equipes encarregadas da elaboração dos planos, e envolvidas com estes desafios, no sentido de esclarecer as dificuldades encontradas. Este esforço pode levar a um avanço no entendimento das novas questões rurais assim como a alguma mudança de postura em relação às mesmas.

Neste trabalho, uma das questões centrais continua sendo a busca da nova identidade do rural e o entendimento das transformações recentes.

2.2 – A origem rural da cidade grande

Para o melhor entendimento do rural de hoje vai-se em seguida fazer um rápido retrospecto de como se deu à apropriação do rural pelo urbano e que resultou na cidade atual. Quais os aspectos mais significativos dessa apropriação que acabou definindo a configuração contemporânea tanto do espaço urbano como do rural?

Campinas originou-se a partir de um acampamento na rota de mineradores, que se dirigiam a Guaianases, no século XVIII. Foi elevada à condição de freguesia do município de Jundiaí pela portaria de 27 de maio de 1774. Como parte de uma estratégia geopolítica do Marques de Pombal para o desenvolvimento da então capitania de São Vicente, Francisco Barreto Leme foi o encarregado desta missão por

designação de Morgado de Mateus. Recebeu uma sesmaria² e doou uma área em formato de quadrilátero, denominada de rossio³, para o desenvolvimento da cidade. A atividade agrícola voltou-se para a cultura de cana e a produção de açúcar.

Iniciava-se assim o atual município que pela Lei n.º 5 ou 181 de 05 de fevereiro de 1842 recebeu foros de cidade com a denominação de Campinas. Em suas origens era um imenso rural, cada vez mais produtivo e gerador de riqueza, com um pequeno núcleo localizado no rossio onde começou a se desenvolver a cidade.

A cultura da cana e a produção de açúcar renderam-lhe a posição, entre 1790 e aproximadamente 1850, de maior centro produtor de açúcar do estado. Em 1834 quase um terço da produção do estado provinha de Campinas. Em 1836 havia 93 engenhos e produzia-se 160 mil arrobas de açúcar e aguardente.

Esta atividade baseava-se na mão de obra escrava. Campinas chegou a ser o maior centro escravocrata da Província de São Paulo. Em 1836, mais da metade da população do município era composta de escravos (BAENINGER, 1996).

Após o declínio do ciclo do açúcar, a cultura do café foi inicialmente desenvolvida com finalidade comercial no estado do Rio de Janeiro. Posteriormente chegou ao estado de São Paulo e a produção do café veio dar continuidade à promissora Campinas.

² Após 1534, com a divisão do Brasil em capitanias hereditárias, vigorou o regime de sesmarias. Este consistiu na concessão de terras, por parte da Coroa Portuguesa, para os particulares que se dispusessem a ocupá-las. A lei das sesmarias foi revogada com a independência do Brasil, em 1822.

³ Rossio: Praça larga. Terreno que antigamente o povo roçava e usufruía em comum (Dicionário Aurélio).

Além de suas terras férteis possuía uma localização geográfica estratégica que foi a razão de sua origem. O município prosperou rapidamente, com sua base econômica estruturada em torno da produção do café e da mão de obra escrava. Desenvolvia-se assim o setor agroexportador sobre o qual se assentava a economia do país. O vigor dessa economia era tal que a cidade passou por grande desenvolvimento e crescimento populacional (BADARÓ, 1996), o qual será apresentado em item específico. Apenas para se dar uma idéia da magnitude desse crescimento, a população de Campinas, na década de 1860, chegou a ser maior que a da cidade de São Paulo (CAIADO et al., 2002, p.101).

Em 1872, Campinas contava com 33 mil habitantes sendo que 13 mil eram brancos e 20 mil negros e mulatos. Na sede do município havia 14.202 moradores.

Em 1888, a população era de 50 mil habitantes sendo que 20 mil residiam na área urbana. Com a abolição da escravatura houve um crescimento da população urbana, devido à emigração rural/urbana de ex-escravos (BADARÓ, 1996).

“De fato, a prosperidade econômica e o grande aumento populacional no município de Campinas permitiram-lhe disputar, no final dos anos 80 do século XIX, a primazia com a capital (CAMARGO, 1981), o que lhe conferiu o título de Princesa D’Oeste” (BAENINGER, 1996, p.30).

A cidade contava com diversos serviços e instituições que a colocavam como pólo regional e em posição de destaque entre as cidades da época. Possuía três hospitais, o Circolo Italiani Uniti, de 1884, atual Casa de Saúde Campinas; a Beneficência Portuguesa, de 1879; e a Santa Casa Irmãos Penteado, de 1879; possuía instituições como a Escola Alemã (1871), o Colégio Internacional (1872), o Colégio Culto à Ciência (1874), o Instituto Agrônômico de Campinas - IAC (1887), o Hipódromo

Campineiro (1887) e sua Catedral (1883). Possuía serviço postal e telégrafo. A Companhia Paulista de Estradas de Ferro, ligando Campinas a Jundiaí, foi inaugurada em 1868 e construída com capital dos cafeicultores. A partir de então integrou-se à Estrada de Ferro Santos-Jundiaí o que possibilitava o acesso ao porto de Santos. Após a construção das estradas de ferro Mogiana e Sorocabana, Campinas passou a ser o maior entroncamento ferroviário do Império (CAIADO, 2002).

O importante a se ressaltar é que em suas origens, e por longo período, embora a cidade apresentasse um extraordinário desenvolvimento, a sua dinâmica e seu dinamismo provinham do meio rural, isto é, da agricultura e da sua importância econômica.

O desenvolvimento urbano acontecia em função da cafeicultura, desenvolvida no espaço rural. Campinas tinha grande riqueza vinda da produção agrícola, e ao mesmo tempo firmava-se como um grande centro urbano, em virtude dos serviços que possuía, como um grande centro comercial, financeiro, educacional, cultural e científico. Constituíam-se também, principalmente no final do século XIX e início do século XX, como centro de liderança econômica e política nacional. Campinas ilustra de forma exemplar tanto a relação existente entre o rural e o urbano, assim como a importância da atuação dos grupos locais. Isto vai se confirmar também em outros momentos da evolução do município, como durante a recuperação que se seguiu epidemias de febre amarela, ainda no final do século XIX, bem como durante a implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos, elaborado por Prestes Maia em 1938.

De 1889 a 1897 Campinas foi vítima de três epidemias consecutivas de febre amarela, o que dizimou sua população e afetou profundamente o desenvolvimento do

município. Muitos dos que tinham possibilidades abandonaram a cidade. Sua população caiu de mais de 50 mil para 500 habitantes. Somente a partir de 1897 começou a voltar à normalidade. Drásticas medidas de saneamento básico e de controle das condições de higiene da população foram tomadas, com o objetivo de possibilitar que a população pudesse retornar e retomar o desenvolvimento de suas atividades. Em 1900 já possuía 19 mil habitantes na área urbana, quase o mesmo de 1888 (BADARÓ, 1996).

No início do século XX, Campinas já havia retomado seu desenvolvimento. Continuava o cultivo do café, mas como o mercado não estava tão favorável, estimulou-se a cultura do algodão. Implementou-se a policultura junto com o café. A produção de alimentos destinava-se ao mercado interno, que se ampliou com o rápido aumento populacional representado pelo crescimento urbano e pela chegada dos imigrantes.

Alterações da estrutura fundiária de Campinas, no período 1905/1920, refletem a redução do cultivo do café neste município, que já se deslocava em direção ao oeste paulista. O número de pequenas propriedades (com até 41 ha) aumentou em 55%, as médias (mais de 41 ha a 200 ha) reduziram-se em 32%, enquanto o número das grandes propriedades (200 a mil ha) caiu em 3%, e em 27% as com mais de mil ha (MIRANDA, 2002).

Outros fatores que também contribuíram para a redução da cultura do café, em Campinas, foram a forte geada de 1918 e a praga conhecida como “broca do café” que surgiu em torno de 1920.

“Durante a ocupação do Oeste Pioneiro, os proprietários das velhas zonas de produção vendiam suas terras para comprar outras novas; isso possibilitou o fracionamento das terras velhas, permitindo a

diversificação de culturas fora da propriedade cafeeira, mas inseridas numa economia de mercado” (TARTAGLIA e OLIVEIRA, 1988, p.9).

Grande parte dessa diversificação ocorria pela participação das atividades dos imigrantes europeus. No município, a imigração começou com a vinda de colonos alemães. Em 1856, chegaram 112 pessoas de origem germânica que foram trabalhar na Fazenda Sete Quedas. Nesta década, nas fazendas, formaram-se colônias de alemães, belgas, suíços e tirolezes. Na década seguinte houve uma pequena migração francesa (BADARÓ, 1996). Mas foi a partir de 1886, quando se iniciou a imigração subsidiada para o Brasil, que este fluxo aumentou. E a partir dessa época a maior parte dessa imigração era familiar.

Além do desenvolvimento que ocorria no núcleo urbano inicial deste município, outros povoados passaram a se destacar em outros pontos de seu território. À medida que se consolidaram, foram sendo transformados em distritos. A Lei n.º 83 de 28 de maio de 1896 criou o de Valinhos. A Lei n.º 16 de 24 de julho de 1896 criou o de Arraial de Souza, que teve em 1938 sua denominação alterada para Sosas. O antigo povoado de Santo Antônio de Vila Americana, através da Lei n.º 916 de 30 de julho de 1904, tornou-se distrito com a denominação de Vila Americana. Cosmópolis foi o seu quarto distrito, criado pela Lei n.º 1.024 de 27 de novembro de 1906. O antigo povoado de Rebouças foi transformado em distrito pela Lei n.º 187, em 16 de dezembro de 1909. Pelo Decreto-Lei n.º 14.334, de 30 de novembro de 1944, recebeu a denominação de Sumaré. Também em 30 de novembro de 1944, o antigo povoado de José Paulino foi transformado no distrito de Paulínia pelo Decreto-Lei n.º 14.334. Finalmente, com a Lei n.º 5.285, de 18 de fevereiro de 1959, o desmembramento do território de Sosas originou o distrito de Joaquim Egídio, que existe até hoje (São Paulo, 1995b). Como se

pode observar, pelas tabelas 4.4 a 4.6 do capítulo 4 esses distritos possuíam pequenos núcleos urbanos e o predomínio de população rural. Da data de sua criação, até a sua emancipação como municípios, a sua população foi sempre predominantemente rural. Percebe-se também que no passado o município de Campinas também apresentou uma configuração espacialmente desconexa. Com um núcleo inicial urbano, que foi se consolidando cada vez mais nas dimensões territorial, populacional e econômica, desenvolveu também outros pequenos núcleos urbanos distantes, principalmente nas direções noroeste, e sudeste. Estes pequenos núcleos, ao se desenvolverem, foram se desmembrando de Campinas como novos municípios. Fizeram parte do território campineiro os atuais municípios de Cosmópolis, Americana, Nova Odessa, Paulínia, Sumaré, Hortolândia e Valinhos.

Através do Mapa 2.4, pode-se observar a extensão territorial do município de Campinas do período acima referido, a sua extensão atual, assim como a dos municípios que dele se originaram e a sua localização na Região Metropolitana de Campinas (RMC).

A configuração territorial desconexa que aconteceu no período acima descrito da evolução do município foi totalmente distinta da que vem ocorrendo no período mais recente, tanto pelo contexto histórico, como pelos processos que a produziram. Mostrava-se, naquele momento, mais ligada à ocupação de um território ainda virgem, e às dificuldades de conquista das matas naturais, que os habitantes tinham de enfrentar.

Este período está ligado ao desbravamento do território para o desenvolvimento da agricultura, que se caracterizava como uma atividade predatória, exitosa

principalmente em função da fertilidade dos solos. Os métodos utilizados levavam ao desflorestamento, à erosão e ao empobrecimento do solo.

No ciclo do açúcar, e depois em parte do ciclo do café, o acesso à terra deu-se através da lei das sesmarias, revogada em 1822, e a agricultura baseou-se na mão-de-obra escrava e na grande propriedade.

Mapa 2.4:

Território original do município de Campinas inserido na Região Metropolitana de Campinas



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

A partir de 18 de setembro de 1850, quando a Lei de Terras foi aprovada, o governo imperial passou a ter um instrumento jurídico que regulamentava o acesso à terra. Portanto é só a partir dessa data que se inicia a compra e venda de terras e os sesmeiros podem se tornar proprietários. Em 1891, a Lei de Terras foi revogada e foram transferidos aos governos estaduais a propriedade e a competência para a regulamentação das terras devolutas. No estado de São Paulo promulgaram-se várias leis regulando as relações entre fazendeiros e colonos, muitas delas incentivando a formação de pequenas propriedades, como complemento ao latifúndio (MIRANDA, 2002). O que se observou no caso de Campinas foi que os povoados, que resultaram nesses núcleos tão distantes e desconexos, desenvolveram-se no período posterior à promulgação das leis de acesso à terra. Tiveram origens diversas e características próprias.

A região do atual município de Valinhos começou a ser povoada a partir de 1800. Mas foi após a inauguração, em 11 de agosto de 1872, do trecho da Companhia Paulista de Estrada de Ferro que ligava Campinas à Jundiaí que o povoado se desenvolveu. Devido à fertilidade do solo, expandiu-se a cultura do café na qual tiveram participação importante os imigrantes italianos. Quando esta cultura perdeu importância econômica, este distrito especializou-se na fruticultura, principalmente com o figo roxo e a uva. Estas atividades existem até hoje em Valinhos, que se desmembrou de Campinas em 30 de dezembro de 1953. Apesar de apresentar algumas áreas urbanas conurbadas ao seu município de origem, têm também parte de seus limites em áreas rurais contíguas, como é o caso do Bairro Reforma Agrária, antiga fazenda Capivari.

O arraial de Sousas, criado em 1896, foi um desses povoados desconectados do núcleo central do município, que se desenvolveu em torno da cultura do café. Os

imigrantes europeus que aí se instalaram foram predominantemente de origem italiana. Grande parte de seus descendentes ainda comemoram, em algumas festas populares, celebrações de seus antepassados.

Existe até hoje, em Sousas, a ponte metálica sobre o Rio Atibaia, por onde passava uma linha de trem que chegava onde atualmente fica Joaquim Egidio, para o transporte da produção agrícola até o centro de Campinas.

É nesta parte do território rural de Campinas, hoje Área de Proteção Ambiental (APA), que se encontram grande parte das grandes sedes das fazendas de café. Como se verá no capítulo seguinte, esta é uma das regiões menos atingidas pela urbanização ocorrida no município.

Foi no período cafeeiro que surgiram as iniciativas para o aprimoramento das práticas agrícolas. A criação do Instituto Agrônomo de Campinas em 1887 representou a institucionalização das mesmas. Em 1901 era criada a Escola Superior de Agricultura “Luís de Queirós” em Piracicaba, a terceira escola de agronomia do país. Desenvolvia-se assim a busca do aprimoramento de variedades dos produtos, assim como novas técnicas de plantio e tratamento de pragas e doenças.

Neste período, parte dos empreendedores paulistas, sintonizados com o desenvolvimento capitalista europeu, colocavam-se como precursores das novas formas das relações de trabalho no país. Defendiam a necessidade de relações de trabalho livres, assalariadas. Ao mesmo tempo o “branqueamento da raça” colocava-se como um elemento ideológico que vinha de encontro às possibilidades da vinda de imigrantes europeus.

Esse movimento desembocou, em 1888, na abolição da escravatura e, em 1889, na Proclamação da República. Estes fatos repercutiram diretamente na estrutura produtiva do município.

O assalariamento, que já se iniciara com a vinda dos imigrantes, no regime de colonato⁴, generalizou-se. Constituiu-se, a partir de então, no meio rural de Campinas, uma agricultura que, embora ainda predatória e sem preocupações ambientais, procurava orientar-se pelo conhecimento técnico e assentava-se sobre a mão de obra livre.

O distrito de Vila Americana, criado em 1904, foi um dos mais distantes núcleos populacionais do município de Campinas e teve como sua atividade agrícola principal o algodão. Essa cultura permitiu um grande desenvolvimento para o distrito, que em seguida, abrigara uma indústria têxtil. A região recebeu importante migração norte-americana e foi a primeira a se desmembrar, como município, em 1924.

A partir de 1865 imigrantes norte-americanos, oriundos do sul dos Estados Unidos, instalaram-se na região e contribuíram para o aprimoramento da cultura do algodão e também iniciaram a produção da melancia do tipo “Cascavel da Geórgia”. Foram os introdutores do arado, até então desconhecido na região, assim como desenvolveram atividades médicas e odontológicas. Compraram mais terras na direção do atual município de Santa Bárbara.

⁴ Foi com a chegada dos imigrantes europeus que se introduziu o sistema de colonato. O colonato tem sido definido como sistema de organização do trabalho em bases familiares que combinava distintas formas de produção. O colono e sua família executavam todas as operações referentes à produção do café: trato e colheita. Eram responsáveis pela produção direta de sua própria subsistência e ainda deviam prestar serviços, remunerados ou não, à fazenda (BASSANEZI, 1999, p.168).

Antes da chegada dos imigrantes norte-americanos, o algodão já era cultivado em Campinas, mas não como atividade comercial. Existia para o consumo doméstico, para tecer e para o óleo, retirado de seu caroço. Mas não tinha importância econômica.

A extensão da Companhia Paulista de Estrada de Ferro até a estação de Santa Bárbara, inaugurada em 27 de agosto de 1875, por D. Pedro II, garantiu o escoamento da produção deste distante núcleo do território do município de Campinas. Neste mesmo ano foi fundada a Fábrica de Tecidos Carioba, que se localizava a apenas 3 km desta estação. Esta fábrica, uma das três primeiras tecelagens do estado, marcou o início da industrialização de Americana, que se especializou no setor têxtil. Em 1884, Carioba foi comprada por outros imigrantes europeus. Ampliaram a fábrica para produzir casemiras de alta qualidade, mas faliram em 1884.

Os imigrantes italianos chegaram a partir de 1887. Contribuíram para o desenvolvimento da lavoura e, mais tarde, na indústria têxtil. Construíram a primeira igreja de Americana, em meados de 1896. Também tiveram importante participação no desenvolvimento desta região os imigrantes alemães que, com sua mão-de-obra especializada, implementaram a indústria têxtil. Em 1901, três imigrantes alemães adquiriram, em leilão, a falida fábrica Carioba. Houve um período de grande desenvolvimento no núcleo de Americana.

Em 1907 os proprietários da Carioba compraram a Fazenda Salto Grande, a mais antiga e importante da região. O plantio do algodão voltado para a fábrica transformou a fazenda num laboratório genético do algodão, que passou a produzir sementes selecionadas. No salto do Rio Atibaia, construíram uma hidroelétrica que, a partir de 1911, forneceu energia elétrica para Americana, Sumaré, Monte Mor, Nova Odessa e Carioba. Os proprietários alemães transferiram para Americana concepções

da urbanização alemã encontrada nas edificações das fábricas, residências, escolas, etc.

A atividade agrícola associada à industrial consolidou o núcleo de Americana. Até 1924, época de seu desmembramento de Campinas, sediava empresas pioneiras no país como a fábrica de arados de Neils Nielsen, a destilaria de álcool de Jorge Redher, a Companhia Telefônica e um dinâmico comércio (ACIC, 1999).

O distrito de Cosmópolis, criado em 1906, surgiu na segunda onda canavieira que ocorreria no estado de São Paulo. Sua origem está ligada à iniciativa de um grupo familiar de Campinas que adquiriu em 2 de março de 1898 as terras e um engenho existentes na região conhecida como Funil, que produzia apenas aguardente. Era uma grande propriedade com cerca de 5 mil ha. Até 1900, a quase totalidade da área consistia de matas virgens e capoeirões, que se estendia nas proximidades de uma cachoeira do Rio Jaguari, onde o rio apresentava a forma de um funil.

O desenvolvimento das atividades que se efetuaram nesta propriedade e seus arredores resultaram no município de Cosmópolis, que se desmembrou de Campinas em 1944. Esta região ficava muito distante do núcleo urbano de Campinas (ver Mapa 2.4) e suas terras eram incultas, dada a dificuldade de transporte.

Por iniciativa dos novos proprietários destas terras, foi construída uma linha férrea, com 43 km de extensão, contados a partir da estação Guanabara. Foi inaugurada em setembro de 1899. A Companhia Carril Agrícola Funilense resultou de uma incorporação de empresários locais, mas também recebeu subvenção estadual. Percorria terreno pouco acidentado, tinha pontes sobre os rios Atibaia e Jaguari, sendo a última de ferro suspensa. A municipalidade cedeu terrenos às margens da linha para a construção de estações, armazéns, etc.

A partir da construção da ferrovia, desenvolveu-se o projeto de ocupação da área do Funil. Havia um modelo de Usina/Indústria que se diferenciava do tradicional Engenho/Usina, de meados do século XIX. Esse modelo resultou na Usina Esther, introdutora de novas tecnologias tanto no processo de produção do açúcar, quanto nas relações empresariais (SILVA, 1998). Está funcionando até hoje e produz açúcar e álcool. Como se verá no capítulo 3, em diversas glebas de Campinas, algumas urbanas, outras rurais, ainda se cultiva cana-de-açúcar para esta Usina.

A produção da cana-de-açúcar esteve sempre articulada ao Instituto Agrônomo de Campinas, que desenvolvia e introduzia novas espécies e tecnologias na agricultura e no processo de fabricação do açúcar.

Nos primeiros anos de funcionamento da Usina Esther, o trabalho de colheita da cana era essencialmente feminino. Os homens trabalhavam na usina, nas lavouras e na fabricação do açúcar.

Suas atividades estiveram também diretamente ligadas ao Núcleo Colonial Campos Sales, uma iniciativa do político campineiro Campos Sales, quando governador do estado de São Paulo. Esse núcleo tinha por objetivo servir de modelo para outros assentamentos, que abrigariam imigrantes europeus em pequenas propriedades nas quais pudessem desenvolver agricultura. Ao mesmo tempo, estes imigrantes comporiam a mão de obra necessária para o trabalho nas fazendas próximas. Este núcleo não evoluiu como se previa e não alcançou o sucesso desejado.

À medida em que as atividades da Usina foram se consolidando, o núcleo de imigrantes desta área ampliou-se e acabou resultando no município de Cosmópolis, em 1944.

Seu desenvolvimento assentou-se na cultura da cana-de-açúcar e na agroindústria sucroalcooleira, em moldes modernos e centrados em mão-de-obra assalariada (SILVA, 1998).

Americana e Cosmópolis foram os núcleos agrícolas de Campinas mais distantes de seu centro urbano. Exemplificam a forma desconexa na ocupação territorial, do município, mas por razões e em contexto totalmente distintos do que se verificou no período mais recente.

O distrito de Paulínia, criado em 1944, teve suas origens em 1885, quando a Fazenda São Bento foi adquirida por um empresário de Campinas para produzir café. Neste período, a região possuía flora e fauna exuberantes, sendo um sertão inculto e habitado por indígenas. Compunham esta região diversas fazendas como a Morro Alto, a São Luis, a Fortaleza e a São Francisco, que fizeram parte da Sesmaria Morro Azul, concedida em 1807 pelo reino de Portugal.

A conclusão da Cia. Carril Agrícola Funilense foi de fundamental importância para o desenvolvimento desta região, dadas as dificuldades para o transporte até ao núcleo central. Quando de sua inauguração, entraram em funcionamento todas as suas oito estações. Eram elas: Campinas (atual Mercado Municipal); Santa Genebra; Barão Geraldo de Rezende (Atual distrito de Barão Geraldo); Deserto; José Paulino (atual Paulínia); Engenho; João Aranha; e, por último, Usina Esther e Funil. Dada a distância entre estes povoados, e o núcleo central do município, a ferrovia era essencial para o desenvolvimento destas áreas, sem a qual não seria possível escoar a sua produção agrícola. Algumas estações receberam nomes de diretores e membros da Companhia. Surgiu assim a Vila José Paulino.

Foi por volta de 1887, durante a construção da estrada, que se intensificaram os projetos de imigração. A maioria dos que se dirigiram a Paulínia, eram de origem italiana.

Em 30 de novembro de 1944, através do Decreto-lei nº. 4.334, a vila “José Paulino” foi elevada à condição de distrito com o nome de Paulínia.

Em 1921, foi criada a primeira escola oficial, que antes era de um particular. Em 1928, a luz elétrica chegou ao vilarejo e em 1942 a Cia. Química Rhodia Brasileira comprou terras no bairro de José Paulino e aí instalou uma unidade. Em 1944, a Rhodia produziu os primeiros litros de álcool, com cana-de-açúcar da própria fazenda. A empresa alterou a economia do distrito, que aumentou a arrecadação de impostos para Campinas. A cana-de-açúcar ocupou o lugar do café.

Após o plebiscito de 1963, com a vitória do desejo de emancipação, oficializou-se, em 1964, o último desmembramento do município de Campinas (CORREIO POPULAR, 2005).

Os casos acima apresentados ilustraram como ocorreu o processo de desenvolvimento do município de Campinas e de sua agricultura desde as suas origens, no século XVIII, até o início do século XX. Ele foi territorialmente amplo e disperso, originando pequenos núcleos populacionais, estruturados em torno da agricultura, com mão-de-obra escrava e assalariada. Houve uma especialização, de cada em deles em torno de um produto principal. Assim, o café dominou na atual região de Sousas-Joaquim Egídio, o algodão em Americana, a cana-de-açúcar em Cosmópolis, o café e a cana em Paulínia e o café seguido da fruticultura, em Valinhos.

Desse modo, é identificar diferentes momentos da evolução da agricultura. Inicialmente com caráter mais tradicional, no ciclo do açúcar. No ciclo do café, verificou-

se uma busca pelo conhecimento técnico e científico, uma das razões centrais da criação do Instituto Agrônomo de Campinas e do Instituto Biológico⁵. E no segundo ciclo da cana-de-açúcar esta preocupação ficou também evidente.

Destacou-se também a participação intensiva da mão-de-obra, onde os escravos e os imigrantes tiveram participação fundamental.

Essa ocupação e essas atividades ocorreram também num contexto em que o domínio da natureza pelo homem era o pressuposto corrente e as preocupações ambientais e preservacionistas eram inexpressivas. ... “o ambiente físico era tratado geralmente como algo estático, como um recurso a ser explorado ou um obstáculo a ser superado” (HOGAN, 2005). Percorreu-se, dessa forma, um processo iniciado com o desbravamento da natureza e que desembocou numa agricultura moderna.

Verificou-se também a pujança das atividades econômicas, que permitiram o desenvolvimento urbano-industrial do município.

Até aproximadamente 1925, o município de Campinas mantinha o eixo de sua economia centrado no meio rural e na atividade agrícola, com a presença ainda predominante da cultura do café que já vinha sendo substituída pela do algodão. Mas já apresentava uma incipiente industrialização. Assim, em 1902 a fábrica Carioba, localizada no futuro distrito de Americana, foi reativada; em 1908 instalou-se a Cervejaria Colúmbia e, em 1910, a Cia. Curtidora de Campinas.

Apesar da febre amarela, a infra-estrutura instalada na cidade foi mantida, o que facilitou a retomada do crescimento anterior. Além dos serviços e instituições já citados, a cidade era um entroncamento ferroviário e contava com expressivo setor financeiro

⁵ O Instituto Biológico foi criado em 1927 para combater a praga conhecida como “broca do café”.

instalado como o Banco Colonial do Estado de São Paulo (1878), Banco Mercantil de Santos (1873), Banco União de São Paulo e Banco dos Lavradores (1883). Contava também com a Cia. de Iluminação a Gás e, em 1905, houve a instalação de energia elétrica, o que facilitou a instalação de indústrias. Era também um grande centro comercial. A municipalidade investiu nos arruamentos, na pavimentação das ruas, no abastecimento de água, caracterizando-a como cidade limpa e salubre.

A cultura do café reduzida pela geada de 1918 e pela "broca do café" deslocou-se para o interior do Estado e a agricultura voltou-se, principalmente a partir de 1918, para o algodão. O algodão estimulou a indústria têxtil que contribuiu para a recuperação econômica. Este fato fez com que Campinas não tenha sido tão seriamente atingida com a crise do café de 1929.

A industrialização do município, inicialmente, resultava das necessidades das atividades agrícolas, ou se destinava ao tratamento e beneficiamento de seus produtos. Ainda se tinha uma industrialização voltada à agricultura, como as unidades para a produção de máquinas e implementos agrícolas, produção de fios, tecidos, roupas, couro, peles, laticínios e produtos químicos para a produção do café de São Paulo e do Paraná. Outros ramos também foram surgindo como o dos chapéus e fogões. Predominavam grupos nacionais, sendo que alguns permanecem até hoje, como a Leco (empresa de laticínio), os Chapéus Cury e os fogões Dako, este último incorporado pela General Electric há alguns anos. O momento referido coincide com o da Primeira Guerra Mundial, quando são paralisadas as importações, o que resulta em elemento favorável à industrialização.

A industrialização que acontecia neste período era predominantemente financiada por capital nacional e se estruturava em função das necessidades advindas do desenvolvimento interno da sociedade brasileira. Por outro lado, os padrões de vida da sociedade urbana eram completamente distintos dos da sociedade contemporânea, e se desconhecia, por exemplo, o consumo de massa.

A esta nova expansão da economia, que ainda era predominantemente financiada pelo capital produzido pela atividade agropecuária rural, correspondeu a um crescimento populacional, que no entanto mantinha-se dentro dos limites do perímetro urbano, que correspondia ao rossio. Entre 1900 e 1925, a área urbana praticamente manteve-se inalterada. Como todo o rossio era área pública, esta, bastante valorizada com a reurbanização pós febre amarela, continuava sendo vendida aos particulares através da prefeitura. A partir de 1925, por sua vez, a área urbana cresce muito, chegando a duplicar, e fazendo surgir novas necessidades. O tráfego de automóveis demandava ruas mais largas. A população de melhor renda desejava bairros exclusivamente residenciais. Os grupos imobiliários emergentes buscavam por oportunidades para seus empreendimentos. Ao mesmo tempo, a crescente população operária, que trabalhava nas indústrias, buscava por habitações populares.

Até este período, o crescimento da cidade, que se realizava nas terras públicas doadas por Barreto Leme, foi patrocinado pela prefeitura. Este quadrilátero correspondia ao núcleo central da cidade de hoje e seus bairros mais antigos. Fora dos limites do rossio, esses serviços passaram a ser realizados pela iniciativa privada, que passou a lotear as chácaras e as fazendas de café em decadência, próximas da cidade e do lado externo do rossio.

Começava assim novo processo de apropriação do rural pelo urbano com a participação dos interesses privados de outros segmentos sociais neste processo.

Em 1930, muitos bairros residenciais foram implantados sob a responsabilidade de particulares. Formaram-se empresas de loteamentos que passaram a explorar um novo e rentável tipo de negócio. O lote urbano passou a ser mercadoria que iria ser, a partir de então, um novo ator social da cidade. “Entrava em cena a especulação imobiliária, como protagonista principal do novo desenho da cidade. O lote urbano, entendido como mercadoria, iria presidir a expansão urbana ao sabor dos interesses do capital, bem adiante da demanda efetiva da população” (BADARÓ, 1996, p.37).

É importante ressaltar que, até este período o município era constituído por um meio rural agrícola e dinâmico, formado de propriedades particulares privadas e de um pequeno núcleo urbano, originalmente de terras públicas, que foi gradativamente se privatizando. Porém, essa privatização era realizada pelo poder público, que vendia os lotes em hasta pública, e dessa forma controlava o crescimento. Era também atribuição do governo municipal o estabelecimento de normas para os arruamentos e as construções das moradias e demais estabelecimentos, assim como dos serviços públicos como abastecimento de água e as redes de esgoto, iluminação e demais serviços essenciais.

Na medida em que o crescimento urbano passou a acontecer no lado externo do rio, a administração municipal passou a ter dificuldades em controlar os novos loteamentos, que nem sempre ocorriam dentro das normas pré-estabelecidas. Além disso, surgiam algumas situações não previstas nos regulamentos, o que passou a preocupar os administradores. “A prefeitura, acostumada até então ao controle total da

expansão da área urbana, viu-se repentinamente sem meios e sem diretrizes para orientar o crescimento da cidade” (BADARÓ, 1996, p.37). Permanecia também uma preocupação com as questões sanitárias, pois a experiência da febre amarela foi muito marcante para a vida da cidade. A população, e também a elite local, passaram a ter como valor a manutenção das condições de higiene e salubridade para os moradores, suas residências e a cidade. Na medida em que o município retomou o seu desenvolvimento, ganhou força o desejo de transformar novamente Campinas numa grande cidade e em moldes urbanísticos mais modernos, com largas avenidas e edificações mais amplas.

“A realização destas expectativas coincidiu também com os interesses da especulação imobiliária pois valorizariam os terrenos e facilitariam as vendas que, até então, se processavam com dificuldade em face da grande oferta e da precariedade dos novos loteamentos quanto à circulação e à infra estrutura.” (BADARÓ, 1996, p.38).

Em 1929, o então prefeito Orozimbo Maia tomou as primeiras iniciativas para viabilizar a elaboração de um plano urbanístico para a cidade, mas principalmente motivos de ordem política retardaram essa proposta. Com as dificuldades advindas da revolução de 1930, somente em 1934 foi contratado pela prefeitura de Campinas o engenheiro arquiteto Prestes Maia para elaborar o Plano de Melhoramentos Urbanos.

O projeto de Prestes Maia só foi finalizado em 1938 e até a sua aprovação final foi discutido em comissões com representação de vários setores da cidade. Muitas proposições não foram aprovadas, como a que se referia ao espaço rural. Como urbanista moderno, e com visão de conjunto do município, Prestes Maia incluiu o rural em suas propostas para a cidade. O seu projeto previa a destinação das áreas rurais de acordo com a qualidade de seu solo, assim como órgãos e serviços para atender os

produtores e a população. Estava à frente de seu tempo, e tinha uma visão que muitos não têm até hoje.

“O Plano de Urbanismo proposto por Prestes Maia, ao confrontar-se com as comissões, sofreu várias mutilações e com isso foi reduzido, transformando-se no Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas aceito e assumido, entretanto, pelas diversas expressões do poder local. Desta aceitação decorreu, sem dúvida, a continuidade técnica e administrativa que garantiu ao longo de quase três décadas, a implantação paulatina das obras planejadas” (BADARÓ, 1996, p.150).

Desde as origens de Campinas, quando tudo era rural, até aproximadamente a década de 40, a cidade cresceu de forma contígua e a mancha urbana atingiu 12.320.000 m² (Tabela 2.1). “Pela análise do mapa do crescimento urbano..., verifica-se que até 1940 o crescimento do município de Campinas obedeceu a uma certa lógica de contiguidade, crescendo por justaposição ao redor do centro urbano” (BERNARDO, 2002).

Tabela 2.1 - Evolução da Mancha Urbana de Campinas 1940-1989

Ano	Mancha urbana m2	Acréscimo	%
1940	12.320.000		
		26.836.000	217
1952	39.156.000		
		36.662.000	93
1962	75.818.000		
		34.311.200	45
1968	110.129.000		
		42.263.200	38
1978	152.392.000		
		20.484.000	13
1982	178.876.000		
		24.465.000	13
1989	197.141.000		

Fonte: mapeamento de levantamento aerofotogramétrico, apud Bernardo, 2002

As mudanças que a partir de então vieram a ocorrer na cidade, e deram-lhe nova configuração socioespacial, corresponderam ao momento de inflexão da economia do município.

“Da década de 30 à de 60, sua economia urbana – notadamente industrial – adquire predominância na estrutura produtiva do município. A pavimentação da Via Anhanguera em 1948 potencializaria ainda mais sua economia e a centralidade de Campinas sobre uma vasta região” (CAIADO et al., 2002, p.102).

Já na década de 1950 iniciou-se um crescimento mais desconectado, localizado na região sudoeste, em torno do aeroporto de Viracopos. Nesta década, indústrias de grande porte e de capital estrangeiro instalaram-se no município e também ocorreu grande crescimento populacional, da ordem de 4,8% a.a. Não é por acaso que neste período foram aprovados 322 loteamentos (Tabela 2.2), e verificando-se o segundo maior crescimento da mancha urbana (36.662.000 m²), só superado pelo período 68/78 que foi de 42.263.200 m² (Tabela 2.1). Os fortes laços entre a Prefeitura Municipal e os capitais mercantis locais, notadamente ligados ao ramo imobiliário, são apontados tanto por Zimmermann (1989) como por Miranda (2002).

Tabela 2.2 - Total de loteamentos aprovados por década
Município de Campinas
1920-1990

Década	Total de loteamentos
1920	24
1930	42
1940	81
1950	322
1960	66
1970	70
1980	121
1990	60

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas, Seplan, Decon, CPS, apud Bernardo 2002.

Para se ter uma idéia do porte do crescimento deste período relacionam-se as mais importantes indústrias que se instalaram no município. Em 1951, foram implantadas a Singer do Brasil, perto de Viracopos, e a Duratex; em 1953 a Pirelli, a Hipler e a IBRAS/CBO; em 1954 a Robert Bosch; em 1957 a Merck Sharp; em 1958 a Bendix do Brasil e em 1962 a Texas Instrumentos.

Foram fatores determinantes desta expansão, a linha de transmissão de energia elétrica de alta tensão e a rodovia Anhanguera, inaugurada em 1948. Tanto a Bosch como a Bendix e a Pirelli localizaram-se ao longo desta estrada.

Além disso, o poder público municipal ofereceu diversas facilidades, tais como cessão de terrenos, terraplanagem, asfaltamento de estradas secundárias, isenção de tributos locais e fornecimento de água através da rede municipal de abastecimento. O asfaltamento do caminho de Campinas a Viracopos favoreceu a Singer, a de Campinas-Sousas a Merck. O abastecimento da água favoreceu a Bosch e a Bendix, resultado da ampliação da rede local.

Os benefícios citados, que foram se localizando em pontos extremos e dispersos do município, ajudaram a induzir o espraiamento desconexo da rede urbana. Revelam também os subsídios de recursos públicos a grupos industriais estrangeiros, que aqui se instalaram no período.

“Em suma, na década de 50, Campinas já polarizava uma região economicamente pujante com fortes setores comerciais, de serviços e agropecuário, conseguindo ainda integrar-se em condições vantajosas na nova divisão territorial do trabalho no Estado, induzida pelo padrão de acumulação na segunda metade dos anos 50” (ZIMMERMANN, 1989, p.124).

Este momento marcou o crescimento da importância da indústria na economia do município, que até então era muito mais um centro comercial-financeiro e agrário. E

a instalação das indústrias ocorreu não mais como decorrência de um desdobramento do desenvolvimento local, mas em função dos atrativos que o município apresentava. Dentre esses, pode-se citar a sua posição estratégica junto à rede de transporte, a disponibilidade de mão de obra barata, a infra-estrutura municipal e as vantagens para a localização das plantas fabris.

A partir deste período, Campinas já se colocava como um centro industrial e passou a ter a sua economia centrada no setor secundário. O município manteve a sua agricultura, mas esta perdia importância frente à industrialização que se impunha e ao processo de urbanização correspondente. A agropecuária que se mantinha modernizou-se, liberou mão de obra e assim reduziu-se o contingente de população rural.

Campinas acompanhou, assim, o processo dominante de desenvolvimento nacional. A partir da década de 60, intensificou-se uma apropriação do espaço rural de forma desconectada do núcleo central, que foi definindo uma cidade com características diferentes da que ocorreu até então.

Os primeiros conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-Campinas foram a Vila Rica e a Vila Castelo Branco. Estes localizavam-se em áreas, naquela época, totalmente isoladas e distantes da cidade. Dessa forma, apesar da construção das moradias, criou-se uma série de dificuldades para a população atendida. Além dos problemas para o seu deslocamento em busca de trabalho na cidade, ficava distante de pontos de abastecimento cotidiano. Com isto, as suas possibilidades de integração à vida da cidade reduziram-se.

No entanto, para prover estes núcleos de água, luz e esgoto, valorizava-se as áreas de toda a extensão percorrida por estas redes. Portanto, a pretexto de se atender as necessidades de moradia da população de renda mais baixa, alegando-se o menor preço dos terrenos, o poder público tinha elevados gastos para levar esses serviços públicos básicos a pontos tão distantes. Ao mesmo tempo isolava-se a população mais carente dos serviços e das oportunidades que a cidade oferecia e valorizava-se áreas para posterior uso imobiliário.

“Além da indução de desenvolvimento periférico essas intervenções tiveram um papel de valorização das terras intermediárias em função de que, para atender à demanda por infra-estrutura nestas áreas periféricas, o poder público era obrigado a estendê-los beneficiando as áreas que eram atravessadas pelos mesmos” (BERNARDO, 2002, p.52).

Esta forma de crescimento da mancha urbana, então adotado, passou a ser seguido pelas administrações posteriores que foram alterando profundamente o modelo seguido até a década de 40. “Este padrão de crescimento desordenado vem se repetindo até 1989, incorporando à malha urbana áreas significativas, no entanto de forma desconexa e descontínua” (BERNARDO, 2002). Em muitos casos, este procedimento também mostrou ser do interesse dos proprietários rurais, que tinham suas áreas improdutivas e decadentes valorizadas, ao serem loteadas para a venda como lotes urbanos.

Os dados das tabelas com a evolução da mancha urbana e o número dos loteamentos aprovados ilustram o ritmo de crescimento da cidade. Esses dados foram obtidos através do mapeamento realizado por Bernardo (2002) dos vãos aerofotogramétricos realizados em 1940, 1953, 1962, 1968, 1978 e 1982 existentes no Departamento de Informação, Documentação e Cadastro da Secretaria de

Planejamento da Prefeitura de Campinas. Os dados de 1989 resultaram do mapeamento efetuado a partir da foto de satélite Land Sat STM Banda 3, disponibilizado pelo Instituto de Pesquisas Espaciais. O crescimento da mancha urbana revelou o crescimento real da cidade, que, como será apresentado mais à frente, nem sempre acompanhou os limites estabelecidos pelo perímetro urbano.

“O mapeamento dos referidos anos, e que resultou na identificação da mancha urbana, foi efetuado a partir da identificação das áreas que foram objeto de intervenção física, sem verificar se estas intervenções foram autorizadas ou não pelo poder público. Esse mapeamento representa, portanto, no nosso entendimento, a evolução do crescimento urbano, retratando uma vontade do particular em parcelar novas áreas, para uso socialmente útil, tendo em vista a função social da propriedade conforme definido pelo Estatuto da Cidade” (BERNARDO, 2002, p.43).

A forma como se deu a apropriação deste espaço deveu-se a diversos fatores, mas na maioria dos trabalhos são apontados como importantes indutores deste processo a COHAB e os interesses dos proprietários de terras. Isto é, houve uma participação conjunta de interesses privados e dos poderes públicos. Do ponto de vista físico territorial esta forma de apropriação resultou em trechos do rural entrecortados de bolsões urbanos que por um lado oneraram os poderes públicos, e tinham um custo social elevado, e por outro lado, complicaram o desenvolvimento das atividades agropecuárias, bem como da própria cidade.

“Esse crescimento desordenado gerou como conseqüência uma mancha urbana desconexa e permeada por vazios urbanos, os quais remanescem como mercadoria especulativa, sujeitas por vezes a invasão por parte daqueles que demandam área para moradia. Destaca-se ainda que a falta de continuidade do tecido urbano dificulta a execução de ligações viárias, gerando áreas desarticuladas e o conseqüente carregamento de determinados sistemas” (BERNARDO, 2002, p.53).

É importante ressaltar que nestes períodos já havia legislação específica para esses procedimentos e, portanto, esta forma de crescimento da cidade não pode ser creditada à ausência de normas. Para se ter uma idéia da extensão desses vazios urbanos, em 1995 Campinas possuía 13.832,06 hectares de glebas não parceladas e 6.532,43 hectares de lotes vagos (Tabela 2.3). Isto é, existiam 20.370,49 hectares de área urbana sem ocupação. Como a área urbana era de 38.890 hectares, tinha-se 52,37% da área urbana vazia. Segundo estimativas de Bernardo (2002), esta área poderia acomodar 23.813.643 milhões de habitantes.

Tabela 2.3 - Somatório das áreas vagas
Município de Campinas
1995

Macrozonas	Glebas não parceladas (ha)	Lotes vagos (ha)
1	1.289,99	467,02
2	558,24	794,46
3	4.285,60	712,18
4	2.184,44	1.943,82
5	3.196,34	1.835,99
6	1.871,60	430,86
7	445,85	354,10
Total	13.832,06	6.538,43

Fonte: Caderno de Subsídio do Plano Diretor 1995, apud Bernardo, 2002.

É necessário também registrar que a extensão das áreas rurais apropriadas pela mancha urbana foi desproporcional ao crescimento populacional urbano. Essa é mais uma evidência de que o aumento da área urbana ocorreu muito mais em função de outros interesses do que acompanhar as necessidades do crescimento demográfico de Campinas.

“Campinas apresenta, do ponto de vista físico, uma estrutura urbana extremamente desconexa e descontínua, permeada por vazios urbanos medidos por um percentual de 52,3% se somarmos todos os lotes e glebas vazios dentro do perímetro urbano; e do ponto de vista social uma

cidade extremamente excludente, fruto da ausência de uma política de desenvolvimento urbano, sendo que a grande maioria dos instrumentos editados ao longo das anos responderam muito mais ao interesse de poucos do que propriamente da cidade. ...“O próprio perímetro urbano, que deveria ter funcionado como um instrumento de controle do crescimento urbano, esteve ao longo das décadas analisadas, mais a serviço dos proprietários de terras rurais, permitindo, com as inúmeras incorporações de áreas verificadas, que se produzisse a valorização dessas áreas mesmo quando não ocupadas e contribuindo, quando ocupadas, para onerar os cofres públicos dada a localização desses empreendimentos” (BERNARDO,2002, p.197).

O favorecimento às grandes empresas, localizadas em pontos extremos e dispensos do território, bem como e as ações da COHAB são situações concretas que exemplificam as constatações acima citadas.

Pode-se também verificar que as sucessivas administrações municipais estiveram voltadas para as questões urbanas, deixando o rural à própria sorte. A ausência de uma visão de totalidade municipal foi uma realidade.

A instalação, principalmente a partir da década de 1990, de grupos de grande porte ligados à construção civil e ao setor imobiliário, como a Encol, Concima e outros revelam a atratividade que este setor continua apresentando neste município. Resta saber a serviço de que segmentos sociais as ações destes atores serão orientados no processo de urbanização do município.

As alterações do perímetro urbano (Tabela 2.4), que é instituído através de dispositivo legal da municipalidade (executivo e legislativo municipal), demonstraram o descompasso entre o crescimento da mancha urbana, o crescimento populacional e a forma desconexa da apropriação do rural pelo urbano. O que também se pode constatar é que nos espaços onde o rural se manteve produtivo e a população residente era predominantemente de pequenos produtores, esses espaços têm

conseguido se manter mais preservados do ponto de vista de suas características originais. Esses elementos serão novamente analisados no capítulo 4, que aborda especificamente a população rural. O que se pode adiantar é que algumas vezes essas alterações ocorreram ora para melhor estruturar o crescimento da cidade, ora para regularizar situações de fato e também para atender interesses particulares e pontuais.

Tabela 2.4 - Ampliação do perímetro urbano legal
Município de Campinas
1952 - 2000

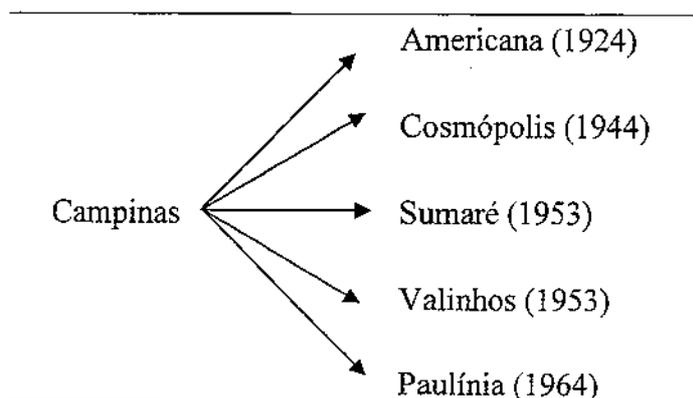
Ano	Área dentro do perímetro (m ²)	Acréscimo (m ²)	%
1952	41.216.000		
		30.652.000	30
1969	71.868.000		
		69.390.210	96
1979	141.258.210		
		227.749.920	160
1981	369.008.130		
		1.989.870	5
1994	388.900.000		
		130.000.000	33
1996	410.900.000		
		11.000.000	2.5
2000	421.900.000		

Obs. 1981 – Zona de Expansão Urbana;
1996 – Lei de Bolsões Urbanos
apud Bernardo, 2002

Na medida em que o perímetro urbano representa o contorno do espaço destinado ao crescimento da cidade, ele contém uma área superior à mancha urbana, que teoricamente deve estar nele inserida. As maiores perdas territoriais do meio rural de Campinas ocorreram através do desmembramento de cinco novos municípios, o que se iniciou em 1924, com a região de Americana, e se encerrou em 1964, com a região de Paulínia, conforme se pode verificar na Tabela 2.5. Em 1940 a superfície de Campinas era de 1.615 km² quando já havia perdido o território correspondente ao

município de Americana. Em 1960, possuía somente 962 km² para passar a 800 km² a partir de 1964, quando Paulínia foi desmembrada. Portanto, em 24 anos o município de Campinas teve seu território reduzido à metade.

Tabela 2.5 – Desmembramentos do município de Campinas 1924-1964



Fonte: Municípios e Distritos do Estado de São Paulo. 1995.

Este processo pode prosseguir, na medida em que a municipalidade continua permitindo a criação de bolsões urbanos na zona rural e bem distantes de sua área central urbana.

A população da região do núcleo de Carlos Gomes, Jardim Monte Belo I e II e Chácaras Gargantilha e Bananal, localizada ao norte do município, já protocolou, junto à Prefeitura de Jaguariúna, o pedido de sua incorporação naquele município (OLIVEIRA, 2005). É o caso mais recente, ainda não resolvido, mas que demonstra a forma como o poder público local tem administrado o uso e a ocupação de seu território pode resultar em desdobramentos imprevistos.

Junto com esta redução territorial, houve uma perda de população rural apesar do crescimento constante dos habitantes do município. Pode-se observar nas tabelas 4.4 a 4.6 do capítulo 4, que os distritos e vilas que foram originando os novos

municípios tinham predomínio de população rural. Perdeu também atividades econômicas importantes, tanto que estas foram suficientes para dar origem aos desmembramentos ocorridos. Os novos municípios fazem parte da Região Metropolitana de Campinas.

Seja acompanhando a evolução da mancha urbana, seja acompanhando as alterações do perímetro urbano ou observando as perdas territoriais com os desmembramentos de novos municípios, pôde-se constatar como se deu o processo de transformação do outrora extenso e pujante rural de Campinas em sua área urbana.

A apropriação desse espaço realiza-se atender ao crescimento da cidade e também à criação de novos municípios. Mas a gestão desse processo de apropriação, no caso de Campinas, concretizou-se através da predominância dos interesses dos grupos urbanos e rurais mais privilegiados que, ao se representarem ou utilizarem os poderes públicos municipais, aproveitaram as oportunidades históricas em benefício próprio.

“Um aspecto que chamou atenção foi a participação ativa, direta e/ou indireta, de boa parte das pessoas que consideramos como representantes do setor empresarial, na gestão de uso do solo e na própria estrutura da Prefeitura” (MIRANDA, 2002, p.150).

Quando se olha para o mapa do município de Campinas, o que se observa é que há um núcleo central coeso, denso a partir do qual saem ramificações em praticamente todas as direções, mas de forma fluida. Esta forma fluida dá-se em função dos espaços ainda desocupados, sem os traços da urbanização, que são maiores ou menores dependendo do setor da cidade. De maneira geral, este desenho corresponde à área urbana do município. Em seguida tem-se um significativo espaço rural que, em certas

regiões como o extremo norte e o sudoeste, está entrecortado por áreas urbanizadas. Chama também a atenção o extenso espaço contínuo da parte leste, quase todo contido na APA municipal.

É possível perceber também que vários espaços contidos dentro do perímetro urbano, e não urbanizados, tem alguma semelhança com o espaço rural, seja pela não impermeabilização do solo, que lhe confere a cor verde, a prática da atividade agrícola e a baixa densidade demográfica. No entanto, ao mesmo tempo em que se tem vários espaços desocupados entremeados na malha urbana, tem-se um rural entrecortado por ilhas urbanizadas, distantes do núcleo central. Por outro lado o rural do norte e o do sul perdeu comunicação entre si e, para ir de um ao outro, é necessário atravessar a cidade. O que explica esta configuração? O que se pode afirmar é que não decorre de nenhuma questão demográfica e muito menos do crescimento populacional. E essa presença de ilhas de urbano no rural representa alguma relação simbiótica ou o prenúncio do desaparecimento do rural? Afinal, que rural é esse e o que ele representa para Campinas contemporânea?

Face às características do processo de urbanização mais recente do município é perfeitamente pertinente admitir-se a possibilidade de que o rural possa vir a ser eliminado. Tanto a literatura como as projeções estatísticas acenam para a quase completa urbanização do planeta (CHAMPION e HUGO, 2004). Dada à forma como tem ocorrido o crescimento de grandes cidades brasileiras, que se conurbam aos municípios vizinhos, urbanizando praticamente todo o seu espaço físico-territorial, fica a pergunta: o rural vai acabar em Campinas?

“Fica a impressão que enquanto a ‘torneira da ampliação do perímetro urbano’ puder ser aberta, não há estímulos ao setor empresarial para ocupar estes vazios, cujos altos custos de aquisição diminuiriam em muito as taxas de lucro. Até porque a maioria dos entrevistados que representa o segmento empresarial manifestou não identificar problemas na ampliação do perímetro, desde que com critérios” (MIRANDA, 2002, p.175).

A observação do mapa revela que o município de Campinas ainda não está tão próximo desta possibilidade e tem significativa parte se seu espaço físico-territorial não urbanizado. E essa, conforme já se assinalou anteriormente, é também uma das razões de sua escolha para este estudo. Mas isto tudo não significa que este rural não possa se extinguir, pois isto depende principalmente da função e da importância que forem atribuídas ao rural para o desenvolvimento do município.

CAPÍTULO 3

Campinas: o rural contemporâneo

Ao se acompanhar a evolução do rural campineiro, inserido no processo de desenvolvimento do município, verifica-se as profundas alterações pelas quais que passou, à medida em que foi perdendo importância econômica na estrutura produtiva do mesmo. Simultaneamente, verifica-se também como se reduziu enquanto território, principalmente em função do desmembramento de municípios e da urbanização da cidade, conduzida pela pressão imobiliária. Sua população também se reduziu, tanto em função destes processos, como pelo próprio desenvolvimento da agricultura.

Neste capítulo faz-se uma caracterização do meio rural em sua fase mais recente, enquanto espaço físico territorial, com seus usos e ocupações.

A partir do momento em que a agricultura foi deixando de ser o elemento identificador do meio rural, o seu território foi incorporando outros usos e ocupações. O espaço rural foi adquirindo uma nova configuração espacial, que está ainda em definição, e é o que se procura desvendar neste trabalho. Apesar de ser um processo relativamente recente, já é possível visualizá-lo. No entanto, por estar em transformação, há muitas indefinições e os prognósticos seriam prematuros. O embate das forças sociais presentes e a forma de gestão dos interesses em jogo terão um papel crucial nos desdobramentos futuros e na definição das alternativas para os possíveis cenários desse rural e do próprio município.

Apresenta-se, a seguir, a configuração espacial do meio rural contemporâneo de Campinas.

3.1 - O espaço rural contemporâneo

Neste item, são abordados aspectos gerais do espaço territorial rural contemporâneo, que expressam as suas transformações mais atuais. Mostram-se assim, algumas manifestações da configuração desse novo rural. Resultado de um processo recente, em gestação, não é conclusivo, mas já apresenta não só as alterações mais consolidadas, como também as que ainda estão emergindo, revelando componentes que poderão permanecer ou desaparecer. Isto é, a evolução deste processo é que apontará o que é apenas transitório e o que será estrutural.

O que chama a atenção, quando se observa mais atentamente o espaço rural de Campinas, é, em primeiro lugar, a sua extensão. Quase 50% de seu território é considerado rural. Dado que o padrão de crescimento e de urbanização das cidades, pelo menos até o momento, não explicita preocupações efetivas com a preservação de seus espaços rurais, seja para garantir algum cinturão verde, para preservar ecossistemas, por questões ambientais ou como reserva futura, Campinas ainda conta com um espaço rural significativo.

Toda esta extensão territorial, que ainda se conserva como rural, é de grande importância para o conjunto do município na medida em que se consideram as definições futuras de seu desenvolvimento, principalmente quanto à sustentabilidade do mesmo e a qualidade de vida de sua população. Tendo em vista questões relativas à preservação de seus recursos naturais, como por exemplo, os recursos hídricos ou a qualidade de vida da população, o rural ganha uma dimensão relevante e revela a sua importância estratégica nestas questões. Ele pode ser uma reserva a ser incorporada quando se pensa o desenvolvimento e o planejamento do município como um todo,

pois a disponibilidade deste espaço amplia as alternativas futuras de toda a sua população, urbana e rural. Isto porque entende-se que o desenvolvimento rural e urbano são complementares e nada mais são que as manifestações de um mesmo processo desenvolvido em territórios específicos (KAGEYAMA, 2004).

A distribuição deste espaço pode ser melhor percebido, observando-se o Mapa 2.2 (capítulo 2). Tem-se na parte leste as maiores extensões contínuas, localizadas na Área de Proteção Ambiental (APA) e ao longo da margem direita do rio Atibaia. Ao norte, mas localizada na região oposta à APA em relação à rodovia Campinas-Mogi-Mirim (SP-340), tem-se também significativa área, onde as propriedades mais conhecidas são a Fazenda Monte D'Este, a Colônia Tozan e a Mata Santa Genebra. Ao sul têm-se dois espaços localizados ao longo da rodovia Santos Dumont. No lado sudoeste, margeando o aeroporto de Viracopos, fazendo limites com Indaiatuba e Monte Mor, encontram-se as áreas do Friburgo, do Fogueteiro e da Fazenda Possas. No lado sudeste encontram-se os núcleos do Pedra Branca, Saltinho, Descampado e Reforma Agrária, nos limites de Valinhos e Itupeva. No extremo oeste têm-se duas áreas bem menores, já cercadas pela área urbana, uma nos limites com Hortolândia e a outra nos limites com Monte Mor.

Utilizando-se as divisões do Plano Diretor observa-se que essas áreas rurais têm aproximadamente 150 km² localizadas na Macrozona 1 (APA), 110 km² nas Macrozonas 2 e 3 (região norte) e 100 km² nas Macrozonas 5, 6 e 7 (regiões sudoeste e sul) (CAIADO et al., 2002, p.177) (Anexo I).

No caso do município de Campinas, não foram encontradas todas as situações que, a partir de 1991, o IBGE adotou para a classificação das áreas rurais. Assim, em

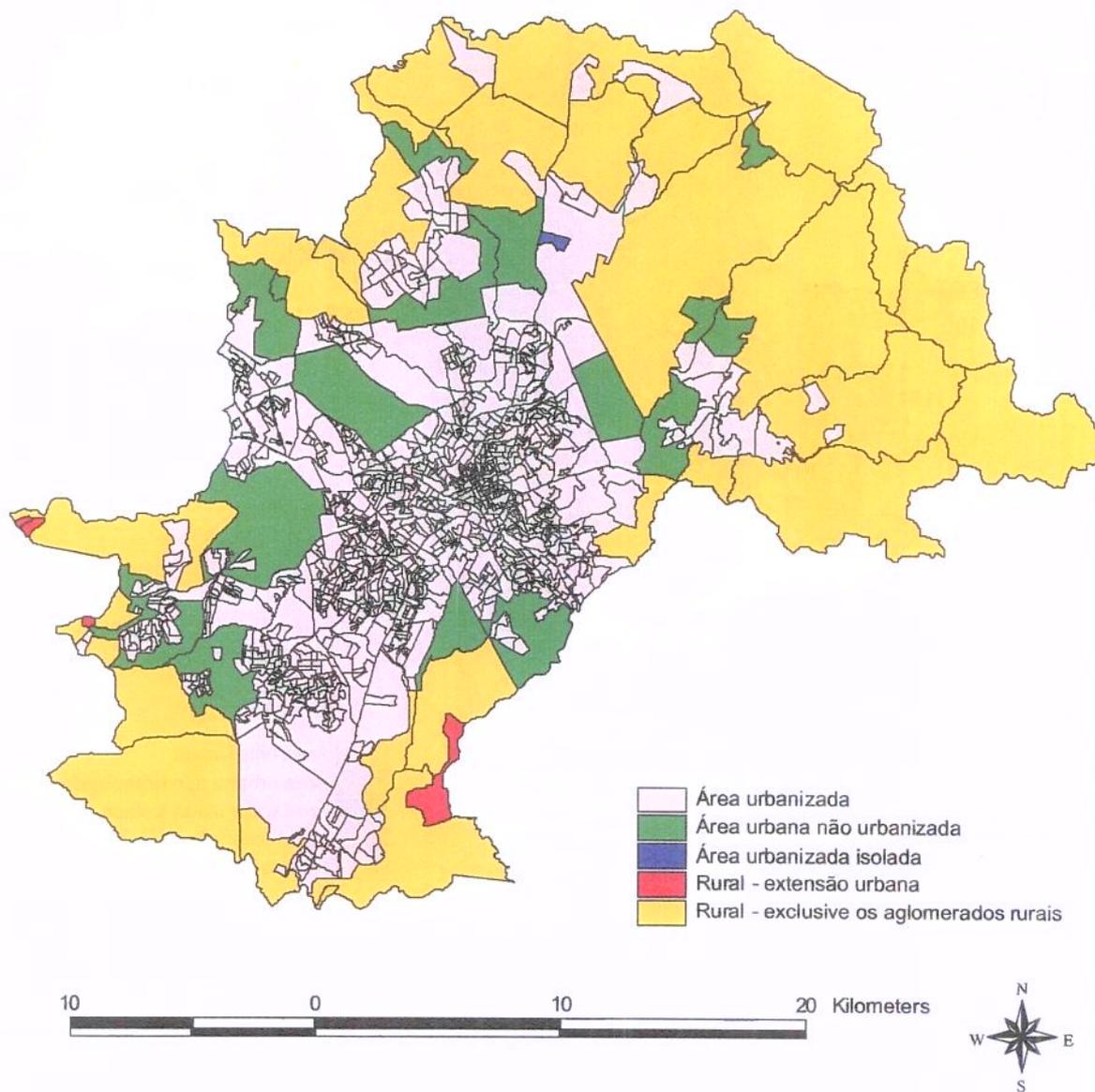
1991, tinha-se “rural exclusive aglomerado” [rural propriamente dito], com 89,4% da população rural, “rural de extensão urbana” com 10,1% e “núcleo rural” com 0,4%. Em 2000, mantiveram-se apenas as duas primeiras situações com 72,1% e 27,8% dessa mesma população, respectivamente. O Mapa 3.1, com a situação rural/urbano dos setores censitários, permite visualizar estas informações para o ano 2000. Estes dados sugerem que praticamente três quartos desta população vive “no rural propriamente dito” e apenas um quarto no “rural de extensão urbana”. No entanto, a realidade é um pouco diferente e esta questão pode se esclarecida melhor quando se analisa os dados de 2000.

O Mapa 3.2, com os números dos setores censitários de 2000, mostra que Campinas possui quatro setores rurais de extensão urbana. Três localizam-se a sudoeste e o outro a sudeste. Os setores 1.185 e o 1.186, localizados a sudoeste do município, com 1.360 e 1.142 habitantes, respectivamente, correspondem a parte de um loteamento de Monte Mor que invadiu Campinas e que, em algum momento, terá que ser regularizado (Mapa 3.3).

É uma situação de invasão de fronteiras e as residências pagam seu IPTU para Monte Mor. Hoje é uma área urbana, limítrofe, de invasão municipal, numa região rural localizada no extremo sudoeste campineiro. Já o setor 1.183, com 1.262 habitantes, corresponde ao núcleo de habitação popular São Luís e é também uma área urbana, que está cercada de área rural. Tanto assim é que consta da relação das áreas passíveis de expansão urbana na proposta de atualização do perímetro urbano de 2003, e situa-se em região onde a urbanização parece ser inevitável. E o setor 1.196, com 732 habitantes, localizado no lado leste do município limítrofe com Valinhos, está

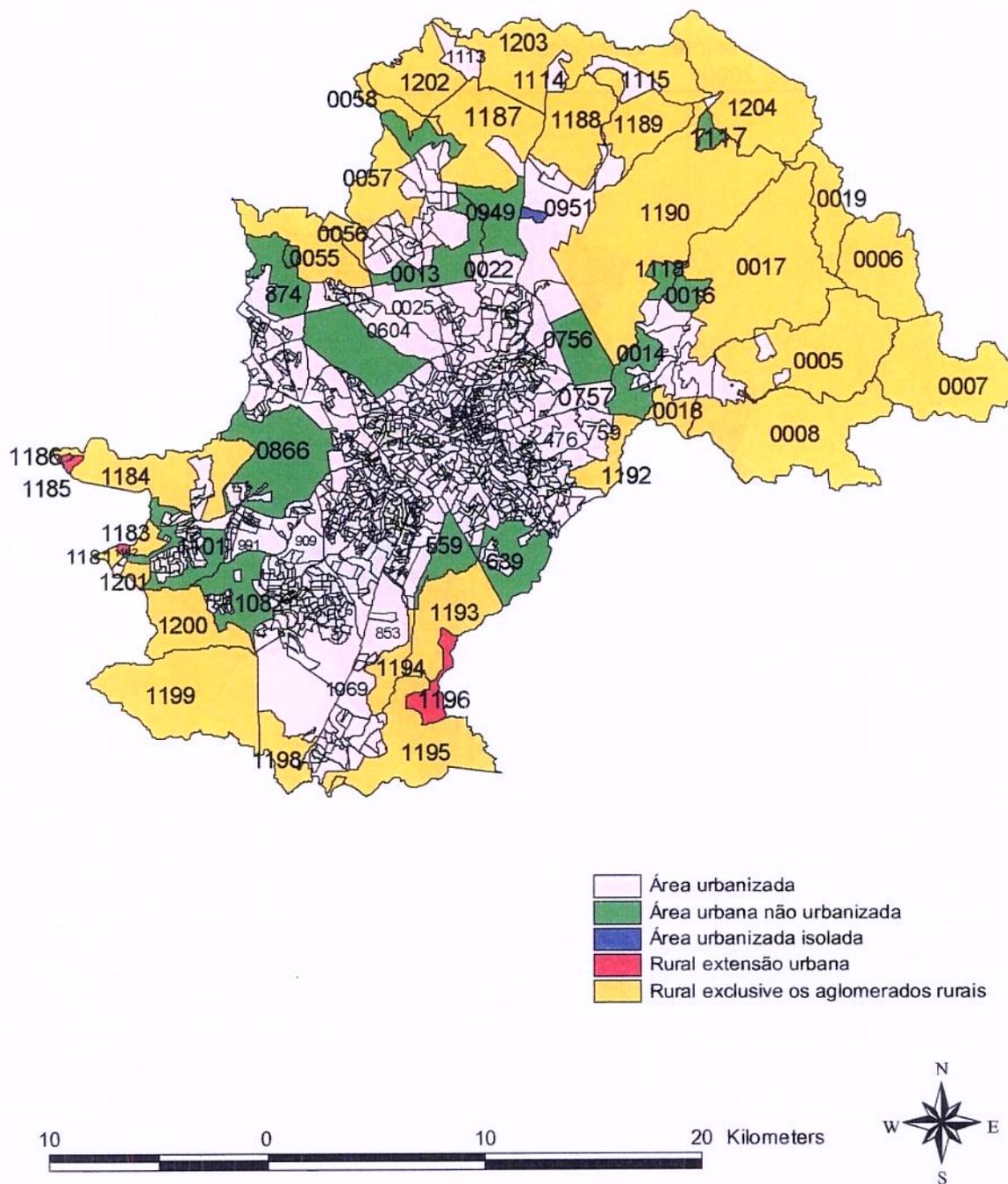
inserido em ampla área rural, produtiva, e fica difícil entendê-la nesta classificação do IBGE (mapas 3.2 e 3.3).

Mapa 3.1:
Situação rural urbana dos setores censitários
Município de Campinas, 2000



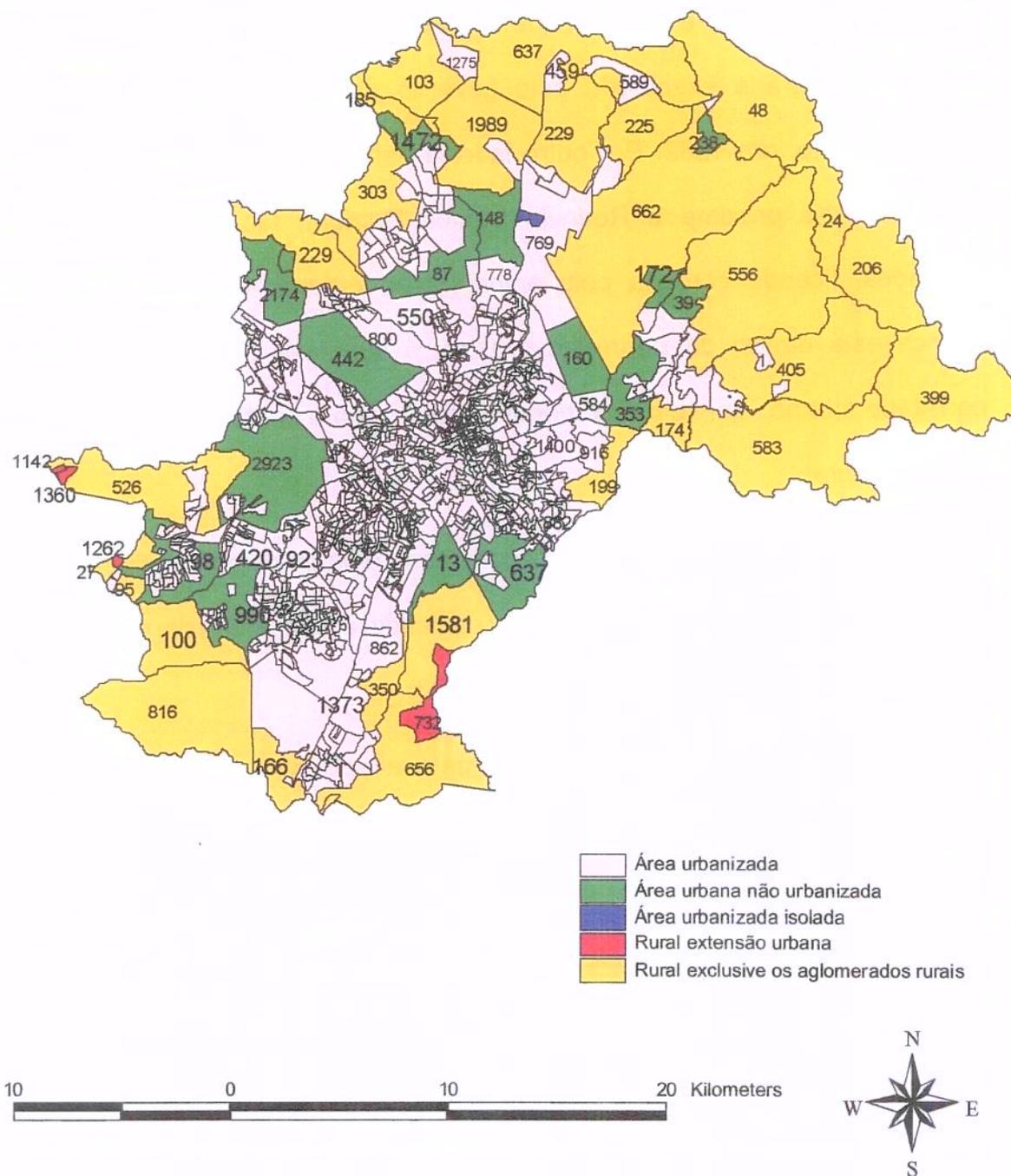
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Mapa 3.2:
 Situação rural/urbana dos setores censitários com o número dos mesmos
 Município de Campinas, 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Mapa 3.3:
 População rural por setor censitário e população urbana de alguns setores censitários urbanos
 Município de Campinas, 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Na verdade este setor corresponde à parte do Bairro Reforma Agrária que se localiza em Campinas, é rural e agrícola. A maior extensão deste Bairro localiza-se no município de Valinhos e corresponde ao assentamento original da primeira experiência de reforma agrária executada pelo governo estadual, durante a administração de Carvalho Pinto, em 1962. Por outro lado, a parte da região do Pedra Branca, que se encontra mais próxima à Rodovia Santos Dumont, faz limite com o Bairro Nova Mercedes, ficando cercada pela aglomeração urbana. Parte dessa área do Pedra Branca está dentro do perímetro urbano, o que leva o IBGE a incluí-la em setor censitário urbano. Conseqüentemente, a população é contabilizada como urbana, mas, de fato, é rural.

Estes casos representam situações concretas de como os critérios oficiais para a definição do rural e do urbano podem confundir a contagem da população, conforme argumentam alguns estudiosos (VEIGA, 2003).

Constata-se assim as limitações para a definição do rural, utilizando-se como critério exclusivo o perímetro urbano. Ele é insuficiente e não acompanha as transformações dos processos de ocupação do espaço.

Por sua vez a escala micro permite constatar com maior segurança certas inconsistências que podem passar despercebidas em escalas mais amplas. Assim, ao se selecionar uma unidade municipal, desagregar-se os dados e associá-los ao conhecimento empírico pôde-se comprovar as diversas dificuldades e limitações dos dados secundários e dos critérios estabelecidos.

Quando se circula por diversas áreas da cidade, atravessam-se trechos com paisagem tradicionalmente identificada como rural. Muitas vezes são setores urbanos

não urbanizados⁶, e que constituem os chamados vazios urbanos. Alguns correspondem a propriedades do Estado, como são os casos das Fazendas Chapadão e Remonta⁷, ambas do Exército, e da Fazenda Santa Elisa do IAC; outros a áreas particulares, muitas vezes ainda cultivadas, como a antiga Fazenda Santa Genebra. O Mapa 3.2 retrata bem esta situação e pode ser constatada empiricamente com mais facilidade ao longo de algumas rodovias, margeadas com plantações de cana-de-açúcar ou pastagens. Ora tem-se o campo na cidade, ora a cidade no campo. As situações se embaralham. Os limites entre o rural e o urbano tornam-se fluídos.

Verifica-se, portanto, que, em Campinas, algumas vezes tem-se núcleos urbanos classificados como rurais. Ao mesmo tempo, pode-se supor que se está em área rural, dada a paisagem e atividade econômica, mas que é urbana. Constata-se assim, empiricamente, o esgotamento da dicotomia rural/urbana entendida como categoria setorial.

Uma observação atenta dos mapas 3.2 e 3.3, centrada na extensão de alguns setores censitários urbanos e na sua população, também pode induzir a uma percepção equivocada sobre a sua situação urbana ou rural. A sua baixa densidade demográfica é muito semelhante a das áreas rurais, que é um dos critérios usualmente adotados para a distinção entre o rural e o urbano.

No caso de Campinas, verifica-se assim a insuficiência da densidade demográfica enquanto critério único para a distinção entre o rural e o urbano.

⁶ Os requisitos para uma área urbana ser considerada urbanizada são: arruamento, canalização de águas pluviais, abastecimento de água, sistema de esgoto sanitário, rede de iluminação pública e escola fundamental ou posto de saúde.

⁷ A Fazenda Remonta, com 700 hectares, antiga candelaria do Exército, localiza-se entre Campinas e Valinhos sendo que parte de sua área possui importante remanescente da Mata Atlântica.

Tem-se então mais um elemento que resulta no embaralhamento da percepção do rural/urbano e que revela a fragilidade dos critérios tradicionais para questões analíticas. A antiga Fazenda Santa Genebra⁸, a maior propriedade do município, com 1.600 ha, segundo o LUPA, é um dos casos mais emblemáticos dessas situações. Localizada quase que totalmente em área urbana, é totalmente utilizada para atividade agrícola, e tem baixa densidade demográfica.



Foto 3.1: Agricultura urbana e a sede da antiga Fazenda Santa Genebra – jan.2006.

Hoje, já desmembrada em três propriedades (Fazenda Santa Genebra - onde fica a sede que data do século XIX; Sítio Santa Genebra e Fazenda Santa Tereza) é administrada pelos herdeiros, que cultivam cana-de-açúcar, sorgo e soja. A área com cana é arrendada para a Usina Esther, a gleba com sorgo é arrendado para uma empresa que vende sua produção para fábrica de ração e a parte com soja é explorada, para exportação, por uma pequena cooperativa. No entorno da sede da

⁸ Originalmente esta Fazenda estendia-se da Avenida Barão de Itapura até Betel. A Mata Santa Genebra, doada para o município, fica em área rural. Muitos trechos pertencentes aos herdeiros são Áreas de Proteção Permanente (A.P.P.) devido a minas e cursos d'água, com restrições à urbanização.

Fazenda Santa Genebra há um pouco de café (2 ha) cultivado apenas para consumo e uma pequena horta.

Essas três propriedades possuem uma das maiores áreas com agricultura em área urbana e é um caso exemplar do campo dentro da cidade.

Conhecidos estabelecimentos localizados ao longo da Rodovia Dom Pedro I, como o supermercado atacadista Makro, o Atacadão e o Shopping Dom Pedro I são desmembramentos da antiga Fazenda Santa Genebra.

Outra área urbana, também extensa, com atividade agrícola (cana-de-açúcar) é uma parte da Fazenda São Quirino que se estende ao longo da Rodovia Dom Pedro I, no trecho entre as empresas Leroy Merlin e a Lucent, que no Mapa 3.2 corresponde ao setor censitário 756.

Uma vez constatadas, com dados oficiais e de forma empírica, as limitações e dificuldades das classificações tradicionais para identificar o rural e o urbano, passa-se, a seguir, a apresentar os usos e as ocupações do rural contemporâneo de Campinas.

A estrutura fundiária de Campinas não é diferente do restante do país, caracterizado pela concentração de terra entre poucos proprietários e uma pulverização de pequenos imóveis. Observando-se a Tabela 3.1, os fatos que mais se destacam são:

- quase 75% da área rural corresponde a cerca de 13% das propriedades;
- mais de 50% das propriedades tem até 10 hectares, que correspondem a 5% da área rural;

- quase 15% das propriedades tem até 2 hectares e detém somente 0,5% da área.

Tabela 3.1 - Estrutura Fundiária de Campinas

Estrato de área (ha.)	No. de UPAS	%	Área (ha.)	%
Até 2	118	14,60	197,40	0,50
2,1 a 5	160	19,80	575,20	1,50
5,1 a 10	154	19,10	1179,50	3,00
10,1 a 20	124	15,40	1835,30	4,70
20,1 a 50	111	13,70	3636,40	9,30
50,1 a 100	39	4,80	2900,70	7,40
100 a 200	49	6,10	7043,10	17,90
200 a 500	43	5,30	13665,90	34,80
500 a 1.000	9	1,10	6613,50	16,80
+ de 1.000	1	0,10	1.600,00	4,10
Total	808	100%	39.276,00	100%

Fonte: CATI – LUPA-SP 95/96

Média de tamanho das UPAs – 48,6 hectares

Como o módulo rural é de 2 ha e, por definição, área mínima para exploração familiar, grande parte dos imóveis estão abaixo do necessário para a subsistência. Parte delas pode estar se voltando para as atividades não agrícolas (residências para final de semana e lazer, principalmente), e estar expressando uma das formas do chamado processo de urbanização do rural. Ao mesmo tempo elas revelam um intenso parcelamento do solo, que vem se realizando em desacordo com a legislação federal. Muitas vezes resultam das situações apontadas no capítulo 2 a respeito das ambigüidades, superposições e dificuldades para a atuação das diferentes instâncias governamentais na área rural.

“Em Campinas, foram implantadas nas décadas de 60 e 70 alguns loteamentos de ‘chácaras de recreio’ em torno do Rio Atibaia - região da Área de Proteção Ambiental, com lotes inferiores ao módulo mínimo de 2,0 ha, pois, na época as normas legais não eram explicitamente impeditivas a esse tipo de fracionamento. Ao longo da década de 80, o INCRA aprovou alguns loteamentos rurais no Município de Campinas com base na instrução 17-b. Segundo

informações colhidas por ocasião das entrevistas, a maioria desses loteamentos que continuam localizados em Zona Rural mantêm o uso de lazer. Porém, naqueles que se encontravam próximos à Zona Urbana ou de Expansão Urbana, foram implantados vários condomínios urbanos para fins residenciais, apoiados na legislação que regula condomínios e numa 'abertura irregular' dada pelo Artigo 8 da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo, Nº 6.031/1988, que permite usos urbanos na área rural, contrariando os preceitos da Lei Federal Nº 6.766/1979" (MIRANDA, 2002, p.116).

A concentração da propriedade rural deve estar se acentuando particularmente na região APA de Sousas e Joaquim Egídio. As informações de pessoas que vivem e conhecem bem esta área revelam que existe um proprietário que, regularmente, vem adquirindo novas áreas desta região, muitas delas identificadas por serem cercadas por alambrado e não pelas tradicionais cercas. Pouco mais de 1% de propriedades pertencem a pessoas jurídicas, algumas empresas multinacionais ou estrangeiras. Grande parte delas tem grande extensão, como a Fazenda Monte D'Este e a Fazenda Palmeiras da Singer do Brasil. Este fato, associado à concentração da propriedade da terra, certamente ganha um peso importante quando se colocam as definições futuras sobre os usos e ocupações do território municipal.

Apresenta-se a seguir as atividades mais importantes que estão sendo desenvolvidas no conjunto do rural campineiro.

3.1.2 – Principais Atividades

Inicia-se com a agropecuária, que responde por pouco mais de 30% das ocupações da população rural, o que expressa a relevância que ainda mantém no

município. Embora rapidamente, apresenta-se como Campinas se insere neste setor da economia do estado de São Paulo.

O estado de São Paulo, apesar de ser o mais industrializado do país, continua mantendo um importante setor agropecuário, moderno e diversificado do qual a região de Campinas participa de forma relevante.

“Os recentes censos agropecuários e estudos sobre o valor da produção agrícola revelam a posição de liderança do Estado de São Paulo no ranking da agricultura brasileira (CENSO,1998). Além dos valores absolutos de receita gerados pela agropecuária paulista, destaca-se a ampla diversificação de itens produzidos, muitos deles exclusivos do Estado.Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1998, São Paulo foi o maior produtor brasileiro dos seguintes produtos agropecuários: amendoim, abacate, borracha, banana, cana-de-açúcar, caqui, cebola, goiaba ,laranja ,limão, manga, melancia, tangerina, tomate e ovos de galinha além de carne bovina.” (TSUNECHIRO et al., 2001, p.17).

As principais características da agropecuária paulista são uma “especialização” da agricultura por regiões, um elevado padrão tecnológico (poupador de mão de obra), a diversidade de suas atividades, diferentes condicionantes ambientais e a diversidade de produtos e produtores (GRAZIANO DA SILVA, 2000a).

No período de 1995 a 2000, o valor da produção variou de R\$13.870 bilhões a R\$15.035 bilhões (em real de dezembro de 2000). A cana-de-açúcar e a carne bovina, os principais produtos, representaram juntos 42,3% em 1995 e 50,1% em 2000 do valor da produção agropecuária do estado de São Paulo, seguidos da laranja para a indústria e da carne de frango.

A Região Administrativa de Campinas⁹ ocupa posição importante neste cenário e é a maior produtora do principal produto deste estado, a cana-de-açúcar. Quando se considera a classificação das regiões dos quarenta Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs¹⁰) do estado, em cinco estratos de valor da produção de 2000, variando entre menos de 100 a mais de 400 milhões de reais, o estrato correspondente à região de Campinas ocupa boa posição, ficando entre 200 a 300 milhões de reais. Estes dados demonstram que o município de Campinas está inserido em região cuja agropecuária constitui-se como uma atividade muito relevante para a economia do estado (TSUNECHIRO, 2001).

Tabela 3.2 – Participação do VAF¹¹ na Região Metropolitana de Campinas
Município de Campinas

Setores	1980	1990	1995	1998
Total	35,1	28,4	35,1	30,7
Agropecuária	14,9	14,7	13,7	14,2
Comércio	73,2	44,4	58,3	41,1
Indústria geral	30,8	23,0	27,5	31,5
Outras	32,8	53,3	34,7	6,0
Serviços	-----	41,7	39,1	47,0

Fonte: DIPAM, Secretaria da fazenda do Estado de São Paulo, Fundação SEADE. Apud Caiado, et al 2002.

Embora a agropecuária neste município, conforme já se viu, há muito tenha perdido expressão econômica, ela ainda é importante tanto em si mesma, quanto em relação à região onde se insere (Tabela 3.2). “Em que pese Campinas ter uma base econômica substancialmente urbana e industrial”, ...”sua moderna agropecuária ainda

⁹ Divisão político-administrativa do Estado, que tem por finalidade organizar, espacialmente, a administração pública estadual. Criada pelos Decretos nº. 48.162 de 3 de julho de 1967, e nº. 48.163, de 3 de julho de 1967, alterada pelos Decretos nº. 52.576, de 12 de dezembro de 1970 e nº. 22.970 de 29 de novembro de 1984. Atualmente esta divisão é composta por três Regiões Metropolitanas (São Paulo, Baixada Santista e Campinas) e 13 Regiões Administrativas.

¹⁰ Divisão regional da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo para agregar os municípios paulistas, estabelecida na Resolução SAA de 3 de janeiro de 1997, alterada pela Resolução SAA de 14 de janeiro de 1997 e usada desde sua publicação até os dias de hoje.

¹¹ VAF - Valor agregado fiscal

tem expressão na Região Metropolitana de Campinas, mantendo a mesma participação nas duas últimas décadas” (CAIADO, et al., 2002, p.108).

Miranda também confirma a importância da agricultura local apontada pelos autores já citados.

“Em que pese o fato de ter uma participação pequena, comparada às dos setores secundários e terciário, a agricultura de Campinas responde por 0,5% do produto real no município e 5,6% do produto real na região de Campinas, concentrando-se nos municípios do seu entorno. ...‘Apresenta grande articulação com a indústria, formando complexos agroindustriais, através do processamento ou da industrialização, tendo a cana-de-açúcar, a laranja e o café com exemplos de culturas com grande integração industrial e expressiva produção na região” (MIRANDA, 2002, p.58).

No município de Campinas, segundo o LUPA de 1995/1996, as culturas mais importantes, quanto ao tamanho da área cultivada, eram o eucalipto, o milho, a cana-de-açúcar e o café.

A cana-de-açúcar é cultivada nas propriedades mais extensas e parte dela na situação de agricultura urbana, como os casos da Fazenda Santa Genebra e São Quirino, como se viu no início deste capítulo. Já o café é encontrado principalmente nas regiões de Friburgo-Fogueteiro, na APA e na região norte de Barão Geraldo, na Fazenda Monte D’Este.

A fruticultura, ocupando 997 hectares, tem entre as frutas mais importantes quanto ao tamanho da área cultivada, a goiaba, a uva de mesa, o figo, a manga e o abacate, produzidas por produtores familiares. Embora disseminada por todo o rural, a produção de frutas concentra-se na região sul do município. Há ainda uma pequena

produção de flores, que no passado era exportada, mas que hoje é de pequena escala a ponto de não aparecer nas estatísticas.

A olericultura ocupa 823 ha e as hortaliças mais produzidas são alface, abóbora, couve, chicória, rúcula e cebolinha (Anexo IV).



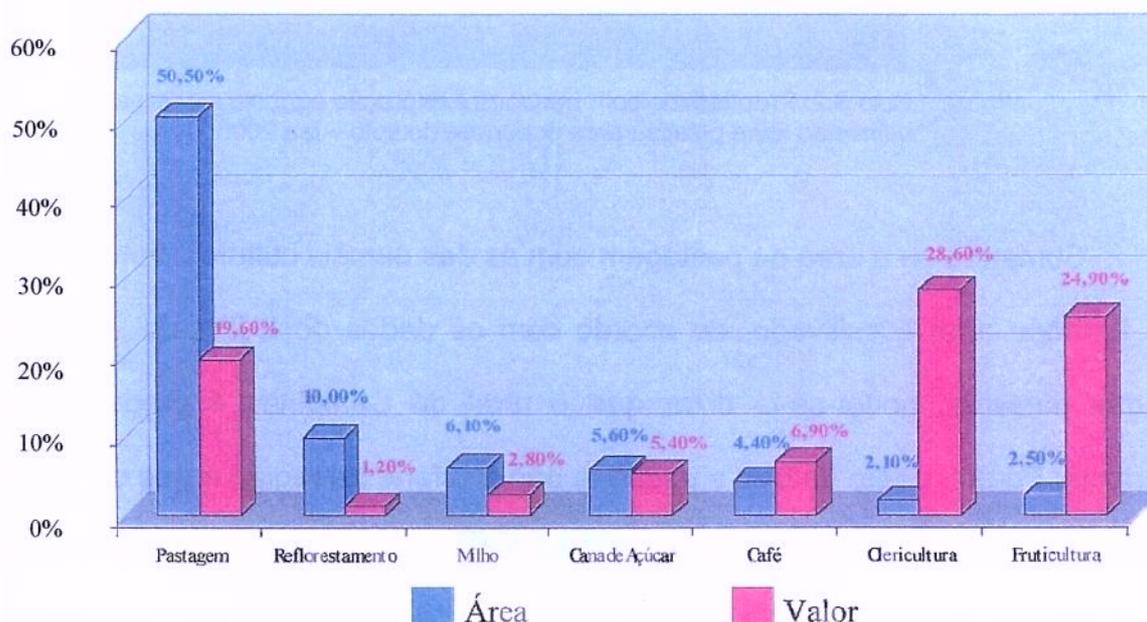
Foto 3.2: Propriedade com pequena exploração agrícola moderna utilizando filme plástico para cobertura do solo – jan 2006.

Somando-se a área de pastagem com as das demais culturas, tem-se que 80,6% do território rural é cultivado, de acordo com os dados do LUPA de 1995/1996. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que o rural de Campinas é predominantemente agrícola. Porém, o fato de que a pecuária não é o forte da região e que o efetivo bovino é pequeno, indica que grande parte destas pastagens são áreas de reserva para outros usos futuros. Somente 5.700 ha dos 20.280 ha de pastagens tem braquiária, o que reforça a indicação da existência de pastos como área improdutivo. Estes pastos predominam no rural do norte e leste do município, inclusive na APA. Portanto, excluindo-se as áreas de pastagens das áreas cultivadas, tem-se que quase 30% do

rural de Campinas é cultivado e agrícola, sendo que o reflorestamento corresponde a 10,2% e as culturas (perenes, semi-perenes e anuais) a 18,7%.

Apesar da área ocupada com a agropecuária não ser extensa, mas locais em que atividade se desenvolve isto se dá de forma tecnicamente avançada e muito importante tanto do ponto de vista econômico como social. Grande número de famílias vive desse trabalho, praticada por significativa população de origem nipônica e européia, e concentrado na parte sul de Campinas. Ainda segundo o LUPA, cerca de 44% das UPAS tem familiares do proprietário trabalhando na mesma, 75,8% utilizam empregados permanentes e 30% utilizam empregados temporários.

Gráfico 3.1:
Análise comparativa: Área X Valor de Produção
Município de Campinas



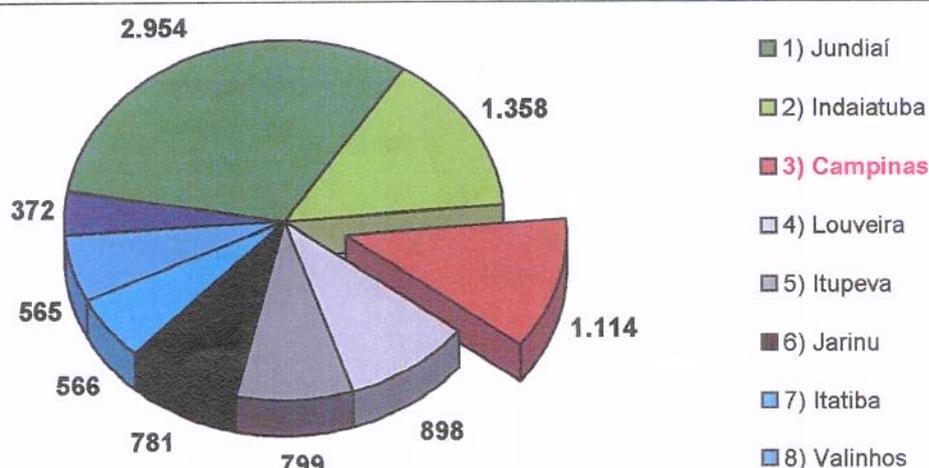
Fonte: Campinas, 2004, apud CATI – 2002/2003.

Boa parte dos pequenos produtores familiares de Campinas tem como cultivos principais as frutas e as olerícolas. Tais atividades são importantes como geradoras de

emprego, na medida em que são muito intensivas na utilização de mão de obra. A olericultura chega a demandar cerca de dez vezes mais mão-de-obra por hectare do que as culturas permanentes e temporárias (GRAZIANO DA SILVA, 2000a). O Gráfico 3.1 demonstra ainda a sua importância econômica, principalmente quando contraposta à área cultivada. Essas duas culturas juntas responderam por 53,5% do valor da produção do município em 2002/2003.

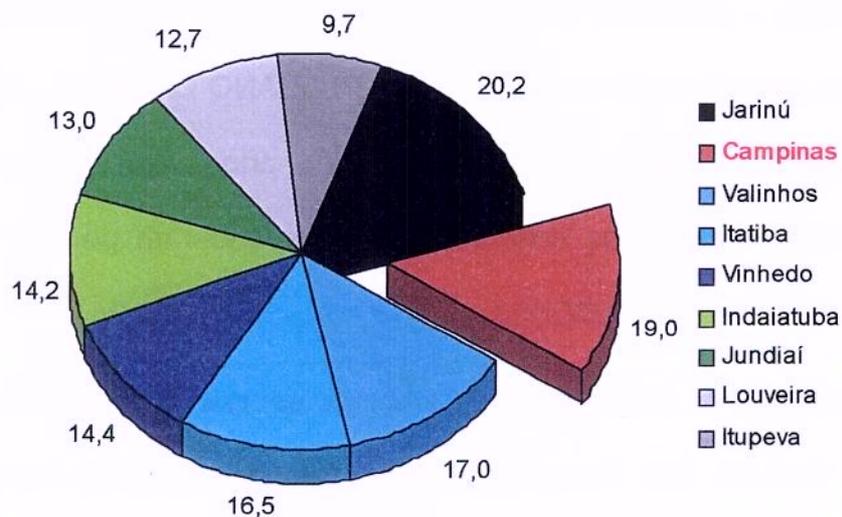
A participação da fruticultura de Campinas em relação aos nove municípios que compõem o “Circuito das Frutas”, também demonstra a sua importância local e estadual. Assim, na fruticultura, Campinas ocupa a terceira posição quanto à área, com 1.114,4 hectares; a segunda por sua produção com 21.214 toneladas; a segunda pelo valor bruto da produção, com R\$28.983.221,00, e a segunda por sua produtividade com 19 ton/ha (CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas, s.d). Os gráficos 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5 ilustram esses dados.

Gráfico 3.2:
Circuito das frutas – Área em hectares



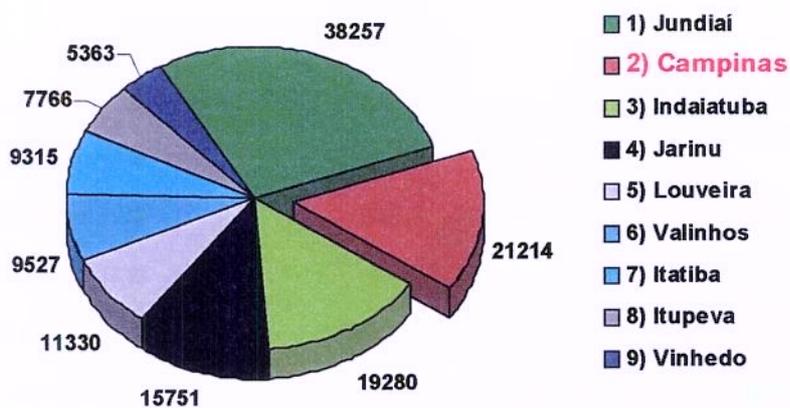
Fonte: Campinas, 2004, apud CATI – 2002/2003.

Gráfico 3.3:
Circuito das frutas – Produtividade de Frutas (ton/ha)



Fonte: Campinas, 2004, apud CATI – 2002/2003.

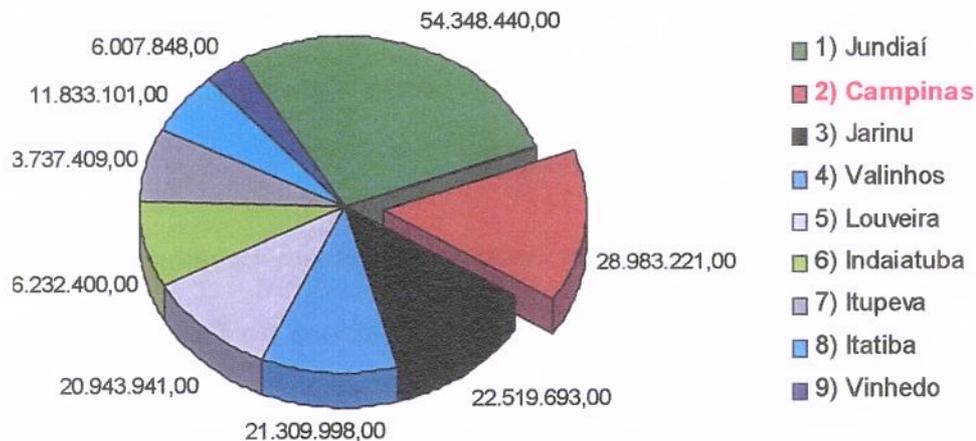
Gráfico 3.4:
Circuito das frutas – Produção de Frutas (toneladas)



Fonte: Campinas, 2004, apud CATI – 2002/2003 - GDR.

Gráfico 3.5

Circuito das frutas – Valor bruto da produção de frutas em R\$



Fonte: Campinas, 2004, apud CATI - 2002/2003 - GDR.

De maneira geral, com exclusão das áreas de pastagem e pecuária extensiva, as propriedades agrícolas produtivas apresentam agricultura moderna e são pequenas ou médias em extensão. Embora concentradas na região sul, também são encontradas na região de Anhumas e ao norte de Barão Geraldo. Alguns produtores de frutas exportam parte da produção. Uma de suas reivindicações mais recentes é conseguir utilizar o aeroporto de Viracopos, uma vez que a expedição de sua produção é usualmente realizada pelo aeroporto de Guarulhos, bem mais distante. Vários desses produtores estão se organizando para participarem do PIF (Programa de Produção Integrada de Frutas), programa de exportação de frutas dentro dos padrões internacionais, patrocinado pelo Ministério da Agricultura. Os produtores de figo e goiaba estão sendo os primeiros a se organizarem segundo os padrões deste Programa. Eles necessitam aperfeiçoar seu processo de produção para atender exigências vindas, principalmente, da União Européia. Os produtos receberão um “selo de qualidade” emitido pelo

Ministério da Agricultura. Apesar do interesse dos produtores em sua inserção nos programas de exportação, isto nem sempre está ao alcance dos mesmos, devido aos investimentos exigidos. Atualmente os fruticultores estão pleiteando inserir-se no “Circuito das Frutas”, promovido pelo Governo Estadual, mas devido a questões políticas esta reivindicação não foi atendida.

Existem ainda diversos haras especializados em cavalos de raça, encontrados principalmente na região ao norte de Barão Geraldo e no Friburgo-Fogueteiro. Muitas atividades esportivas, praticadas no rural campineiro e arredores, estão integrados a esses haras. Outras propriedades trabalham com gado confinado, sendo que alguns destes com gado leiteiro e outros com gado de corte, entre estes, alguns com cortes sofisticados. Com relação aos haras, destaca-se o localizado na Colônia Tozan pelo seu elevado padrão tecnológico e a qualidade de seus animais, voltados para a equitação e vendidos para todo o país (no item sobre os diversos rurais informações complementares serão apresentadas).

Constata-se, assim, que a parcela do território rural de Campinas utilizado com a atividade agropecuária tem grande importância econômica e social, apesar de seu peso relativo na base econômica municipal ser secundário.

Duas propriedades possuem usina/destilaria, quinze possuem fábrica de ração, duas tem fábrica de farinha, quatorze tem packing house, quarenta e oito têm silo para silagem e treze têm silo para grãos. Das 808 UPAS, 304 têm açude ou represa e 161 têm poço semi-artesiano.

Distribuídos no rural, encontram-se sete olarias, três laboratórios de análise, nove máquinas de benefício, duas pistas de pouso e dezesseis escolas desativadas, em virtude da municipalização do ensino fundamental.

Ao longo dos rios Jaguari e Atibaia localizam-se as três usinas hidroelétricas que se encontram em funcionamento, fornecendo energia elétrica para o Estado de São Paulo, que estão inseridas na APA. Entre as suas benfeitorias, encontram-se as casas dos escritórios administrativos e dos operadores e funcionários. Com a crescente automação adotada pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), os operadores e funcionários já não residem mais nas usinas. A CPFL ainda não decidiu o destino destes imóveis, que atualmente estão desocupados.



Foto 3.3: Portão de entrada da Fábrica Tozan - região APA - jan. 2006.



Foto 3.4: Pesque-pague Colônia Tozan - jan. 2006.

Pode-se destacar ainda, entre as atividades não agrícolas, do rural a Indústria Agrícola Tozan Ltda que produz saquê, shoyo e missô, inserida na Fazenda Monde D'Este, a Fábrica Singer do Brasil, próxima a Viracopos, parte das instalações da Rhodia, na Fazenda São Francisco e o Hotel Fazenda Solar das Andorinhas, nas

margens do Rio Atibaia, próximo ao local conhecido como Três Pontes, em área da APA.

Levantamento da Prefeitura Municipal de Campinas constatou a existência de 27 pesque-pagues, localizados geralmente em pequenas propriedades. Junto a muitos deles funcionam bares e/ou restaurantes. São freqüentados principalmente pela população urbana circunvizinha, que busca por lazer na área rural e funcionam, para os proprietários, como fonte de renda.

Relacionou-se aqui as atividades que foram encontradas nas várias regiões do rural. Assim, diversos restaurantes, buffets para festas, alguns hotéis, pesque-pagues, indústrias, indicam uma nova forma de ocupação do espaço rural, mais ligada aos serviços, ao lazer, ao entretenimento e também à realização de eventos empresariais como treinamentos, congressos, etc. Expressam a urbanização do campo. Algumas fazendas vêm também restaurando as suas sedes e organizando eventos sociais e gastronômicos, assim como abrindo essas sedes para hospedagem de pequenos grupos. Percebe-se, no entanto, que em muitos casos são iniciativas ainda pouco profissionalizadas, experimentais e não consolidadas. Em outros casos tem-se propriedades com construções luxuosas, sofisticadas, e que atendem ao lazer de população urbana de alta renda para finais de semana ou eventos pontuais. Há também casos de propriedades sofisticadas, com campos para prática de esportes como golf ou pólo, que são freqüentadas por grupos urbanos de alta renda de cidades próximas e da capital do estado.

Loteamentos, algumas vezes clandestinos, revelam também uma busca de espaços com paisagem mais próxima à natureza, pela população de origem urbana, para fins de residência ou lazer de final de semana.

“Esta busca pelo campo vem provocando deslocamentos de segmentos de população urbana para áreas rurais mais longínquas dos grandes centros urbanos que, provavelmente, é a clientela de loteamentos que vem se implantando em áreas rurais, alguns de forma irregular e desordenada, acabando por descaracterizar essa tão desejada paisagem bucólica” (MIRANDA, 2002, p.179).

Além da população que vem buscando o rural como lazer, comprando chácaras para finais de semana e períodos de férias, tem-se ainda a população urbana de Campinas e de cidades vizinhas que se desloca para restaurantes, passeios e pesque-pagues apenas por um dia ou algumas horas. Como exemplo tem-se o passeio de trem, “Maria Fumaça”, que se inicia na Estação Anhumas, realizado durante os fins de semana, e é freqüentado inclusive por excursões vindas da capital do estado. É mantido pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (Anexo III).

Confirma-se, portanto a diversificação do uso e a ocupação do solo e a variedade de suas atividades. Há também as situações de propriedades decadentes, quase abandonadas, e com pouca ou nenhuma atividade produtiva. De maneira geral, apesar destas diferenças e especificidades, elas apresentam certos problemas comuns, que tem sido apresentados como reivindicações ao poder municipal. As principais preocupações referem-se a:

- conservação das estradas, tanto para escoamento da produção como para o deslocamento da população (há 2.400 km de estradas rurais);

- segurança para a população, seja para evitar roubo da produção e implementos agrícolas como até mesmo o assalto aos moradores;
- cursos de capacitação para prática de agricultura orgânica e gerência de negócios;
- despejo de lixo nos rios e proximidades, seja na forma de dejetos ou desmanches de carros roubados, que assoreiam os riachos prejudicando as propriedades.

Os proprietários rurais sentem-se também prejudicados com a prática de certos tipos de atividade que, para a população urbana, constituem-se em lazer. Como exemplo, tem-se o afluxo de “jipeiros” e “motoqueiros” que danificam as estradas de terra que são, cotidianamente, usadas por eles.

Por outro lado a falta de acompanhamento das obras e construções realizadas em loteamentos localizados no rural muitas vezes tem colocado em risco as áreas urbanas.

“Da forma como estão ocorrendo, os chamados ‘condomínios rurais’ habitados por famílias de altas rendas também são fontes de poluição e degradação, quer seja pela precariedade ou mesmo falta de sistemas de tratamento de lixo e de esgotamento sanitário, quer seja pelas grandes movimentações de terra, supressão de vegetação nativa, erosão e assoreamento dos cursos d’água” (MIRANDA, 2002, p.182).

Um dos casos recentes refere-se ao alagamento ocorrido na região da APA, no dia 16 de fevereiro de 2000, quando o rompimento de açudes do rural de Joaquim Egídio atingiu cinco propriedades rurais, 87 residências urbanas, três centros comunitários e quatro prédios públicos de Sousas, deixando 94 pessoas desabrigadas. No mesmo período, em 2002, situação semelhante ocorreu em área contígua ao setor censitário 756 (Mapa 3.2) no bairro Parque Imperador, próximo a Rodovia D. Pedro I, e limítrofe à área rural, quando, além dos danos materiais, três pessoas morreram. Estas

situações, em diversos casos, têm resultado na mobilização da população atingida. Nos locais onde a população já contava com algum tipo de associativismo, esta consegue maior comprometimento do poder público e apoio da imprensa.

Estes fatos sugerem que as novas formas de ocupação indicam conflitos de interesses das populações envolvidas e a ausência de uma política que oriente as transformações mais recentes. Há necessidade de uma regulamentação e fiscalização do uso e da ocupação do espaço rural. Começa a ficar mais explícito que as alterações do meio ambiente rural também têm conseqüências nefastas para as populações urbanas. Evidencia-se a estreita interdependência dos espaços rurais e urbanos, que cada vez mais devem ser tratados conjuntamente e de forma integrada.

Neste item, pôde-se verificar as transformações relacionadas à diversificação das atividades do espaço rural. Identificou-se também alguns conflitos decorrentes desta nova configuração espacial.

Ao mesmo tempo foi possível constatar algumas dificuldades das classificações de urbano/rural, quando consideradas apenas em função de sua localização em relação ao perímetro urbano ou de sua densidade demográfica. Foi possível, ainda, assinalar, em situações concretas, as limitações da dicotomia rural/urbano quando consideradas setorialmente. Por outro lado, verificou-se também que essa agropecuária e as atividades não agrícolas não estão uniformemente distribuídas no espaço rural. Descobriu-se um rural heterogêneo, que será conhecido no item seguinte.

3.2 – A heterogeneidade do rural

A observação empírica, o Mapa 2.3 com a ocupação do solo do município, os dados censitários de 2000 e um conjunto de outras informações permitiram a percepção de que o meio rural de Campinas é heterogêneo e contém diversos rurais.

Mas o que são esses rurais?

Esses rurais são áreas que apresentam certo grau de coerência interna, uma certa homogeneidade, que as tornam singulares e se destacam do todo por suas características e especificidade. Algumas vezes, algum elemento é suficientemente marcante, o que, por si só, garante a sua identificação. Mas, geralmente, tem-se mais de um elemento, que associado aos demais dão-lhe identidade própria. De maneira geral tem-se, pelo menos, dois componentes que se destacam: um espaço físico com uma dada ocupação e uma população que aí reside e vive.

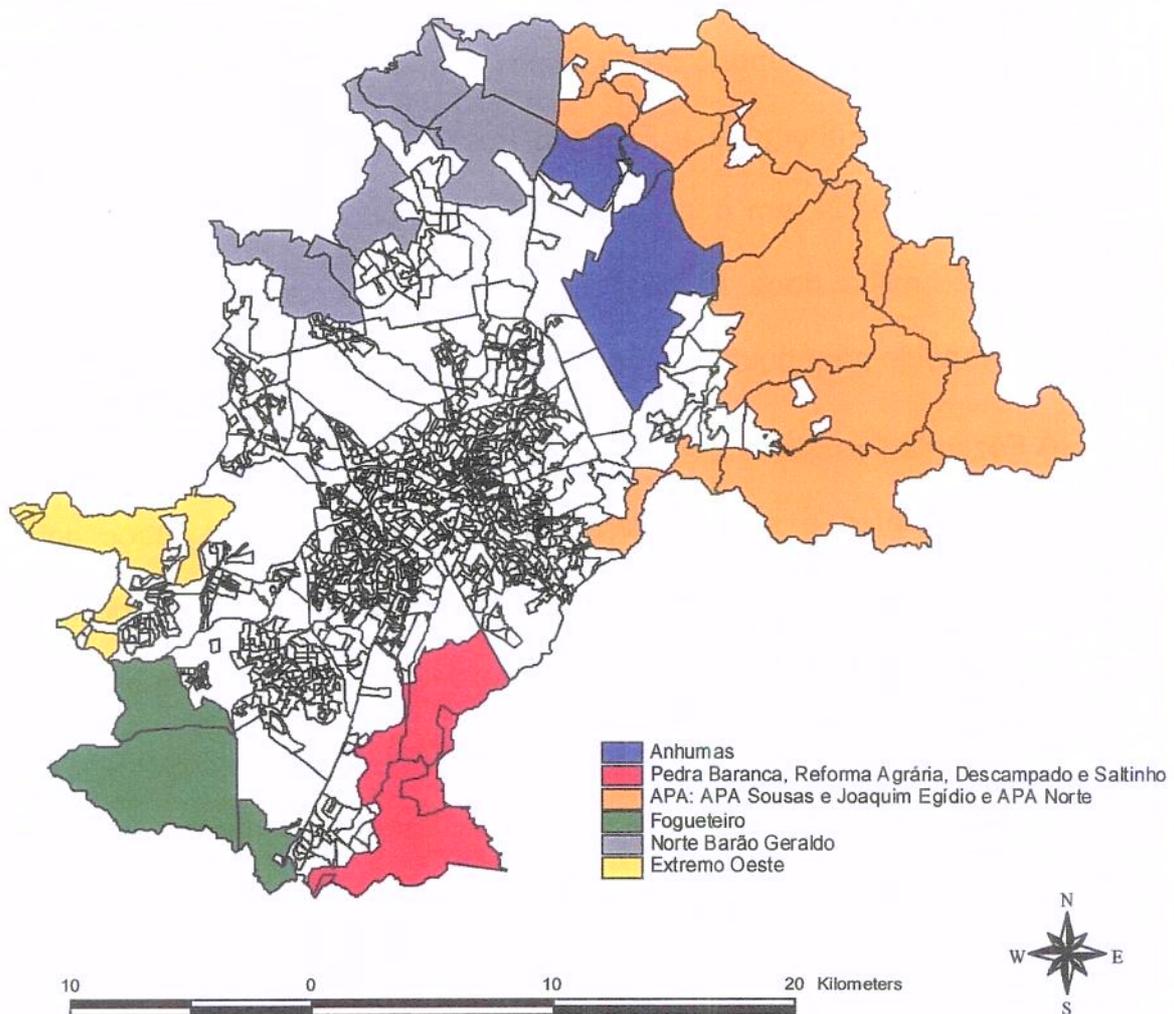
Os rurais identificados foram os seguintes:

- Fogueteiro e Friburgo
- Pedra Branca, Reforma Agrária, Descampado e Saltinho
- APA: APA Sousas e Joaquim Egídio e APA norte
- Anhumas
- Norte de Barão Geraldo
- Extremo Oeste

Essas áreas são bastante distintas entre si. As diversas configurações físico-geográficas, associadas aos usos e ocupações praticados nestes espaços e à

população que neles reside, configuram territórios peculiares. Embora nenhum desses territórios apresente uma identidade pura, completamente homogênea, eles se apresentam com características suficientemente específicas para serem consideradas com identidade própria.

Mapa 3.4:
Os rurais de Campinas
Município de Campinas, 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

3.2.1 - Os diversos rurais

As seis áreas acima identificadas e representadas no Mapa 3.4, serão apresentadas com as suas principais características e como representativas da heterogeneidade do rural campineiro.

- Fogueteiro e Friburgo

Ao sul, após o aeroporto de Viracopos, tem-se o conjunto formado pelos núcleos do Fogueteiro, do Friburgo e a Fazenda Possas, com uma presença importante de atividade agropecuária, em que se destacam a produção de frutas (uva, maracujá e manga), café, milho doce e milho comum, feijão, batata, suínos, gado de corte confinado, vendido para boutiques de carne de São Paulo, e alguns haras.

A Fazenda Possas localiza-se na parte norte dos núcleos Friburgo e Fogueteiro. Possui 256 hectares e sua atividade é a agropecuária. Nos outros dois núcleos, predominam os pequenos proprietários que vivem das atividades que desenvolvem em suas propriedades. Estão localizados a apenas 12 km do centro da cidade. O acesso ao núcleo do Fogueteiro se dá pela entrada do aeroporto, enquanto o do Friburgo pelo bairro Vida Nova, através de vias asfaltadas. Estes dois núcleos são contíguos e desenvolvem atividades semelhantes. Uma das diferenças fica por conta da origem étnica da população que iniciou cada um deles. O núcleo do Fogueteiro foi originado por famílias de origem suíça e muitas delas aí permanecem até hoje.

O Friburgo foi formado por imigrantes alemães, e ainda conseguem manter suas tradições culturais e religiosas presentes. São descendentes de um grupo de 112

peessoas de origem germânica que vieram para trabalhar na Fazenda Sete Quedas em 1856, em Campinas. Entre 1870 e 1877 um grupo de 34 famílias desse grupo foi se instalando na região de Friburgo. Eram pequenos proprietários que, até 1929, cultivavam o café como produto principal e também batata, milho, feijão e arroz para consumo próprio, mas também vendiam o excedente. Obtiveram algum êxito financeiro nos primeiros cinquenta anos. Construíram grandes casas e depois ergueram uma escola inaugurada em 1879, um cemitério em 1886 e, no final da década de 1920, uma igreja luterana. Essas construções estão conservadas e são freqüentadas até hoje, nos finais de semana, pela população residente e seus descendentes que moram nos arredores.

Com a crise do café de 1929, tiveram que experimentar o cultivo de outros produtos como o algodão e frutas. Para não subdividir as propriedades, as novas gerações foram comprar terras em Monte Mor e os menos favorecidos foram levar uma vida urbana, em Indaiatuba. Muitas propriedades rurais foram vendidas como chácaras para final de semana. Mas um grupo ainda permanece em suas propriedades e delas vive com sua atividade agrícola. Essa população mantém ainda contato com os que deixaram este núcleo, seja recebendo visitas de parentes seja para o culto religioso. Além disso, procuram manter as tradições culturais entre os mais jovens. Em 1993, criaram um grupo de dança folclórica, para jovens de ambos os sexos, e oferecem, nos finais de semana, curso de alemão com professor subvencionado pelo consulado alemão. E, em 1995, criaram um grupo infantil de dança folclórica. Dessa forma, os mais velhos têm conseguido, através de atividades culturais, manter as gerações mais

jovens envolvidas com a cultura original de seus ascendentes e, ao mesmo tempo, freqüentar o espaço onde parte de suas famílias reside (SIMSON, 1997).

Embora no Friburgo e no Fogueteiro predomine a presença do grupo de pequenos produtores familiares, que permitem que esta área seja caracterizada como predominantemente agrícola e produtiva, estão também presentes propriedades que funcionam como local de lazer de seu proprietário, outras com atividades não agrícolas destinadas ao lazer da população urbana circunvizinha, como os pesque-pagues ou chácaras de aluguel para festas. Encontram-se também algumas propriedades decadentes, sem exploração. No Fogueteiro, chamam ainda a atenção duas propriedades. Uma com uma mansão de luxo, cuja proprietária é de conhecida família de empresários de São Paulo, em cujos muros estão instaladas câmaras filmadoras de segurança. Possui animais para práticas esportivas e alguma atividade agrícola. Outra, também de proprietário residente em São Paulo, onde estão sendo construídos um heliporto e instalações para jogo de pólo e golfe, restaurante, etc., voltado para o lazer de população de alta renda. Outra atividade de lazer, praticada no Fogueteiro é a corrida de charretes, em alguns finais de semana. Geralmente formam-se grupos de pessoas vindas da cidade que, em charretes conduzidas por cavalos criados para este fim, passeiam pelas estradas dessa região.

Esta é também uma área que retém parcela importante da população rural, com 1.082 habitantes distribuídos entre 276 domicílios. Essa população é constituída pelas famílias desses pequenos produtores, seus empregados permanentes, alguns arrendatários e parceiros e também pelos empregados denominados caseiros, que residem nas propriedades cujos donos vivem na cidade. Se por um lado a região do

Fogueteiro e Friburgo têm como fatores homogeneizadores a atividade agropecuária, uma função produtiva e um marcante elemento étnico-cultural, que lhe confere uma identidade que a distingue em relação aos demais territórios, ela também contém uma diversidade de situações que expressam as mudanças do rural contemporâneo. A diversidade das situações acima apontadas é muitas vezes responsável por conflitos entre proprietários, em função da incompatibilidade de certos usos deste espaço.

- Pedra Branca, Reforma Agrária, Descampado e Saltinho

A outra região que apresenta como elemento homogeneizador a atividade agropecuária localiza-se também ao sul, mas ao lado leste (sudeste), fazendo limite com Valinhos. Toda a extensão do limite com este município vizinho ocorre junto ao rural do mesmo, o que permite uma perspectiva de continuidade. Este limite é demarcado, durante longo trecho, por via asfaltada que atravessa o Bairro Reforma Agrária. Esta região é entrecortada pelas rodovias Anhanguera (ao norte) e Bandeirantes (ao sul) e pela Bacia do Capivari. Está muito próxima ao centro da cidade e seu acesso se dá, ou através da antiga estrada de Valinhos, ou pela rodovia Santos Dumont. Pelo acesso da antiga estrada de Valinhos, as referências urbanas mais conhecidas são o Hotel Royal Palm Plaza, de um lado, e do outro, e um pouco mais adiante, a Invasão Monte Cristo, localizada em uma parte da Fazenda Taubaté. Nessa Fazenda Taubaté localiza-se, de um lado da estrada, as invasões de Monte Cristo, Parque Oziel e Gleba B e do outro lado um “lixão” de entulhos. O acesso pela Santos Dumont ocorre pelo bairro Nova Mercedes.

Essa região é composta de quatro núcleos: Saltinho, Pedra Branca, Descampado e Bairro Reforma Agrária. Predominam as propriedades produtivas, com atividade agropecuária e que produzem para o mercado principalmente frutas como uva, carambola, goiaba, kincam, figo, pêssego, banana, acerola, algumas oleaginosas como o chuchu, suínos e alguns produtos sofisticados como aspargos, figo rami e banana desidratada. Alguns produtores vêm procurando ampliar seu espaço para a comercialização através da exportação de algumas frutas como o figo e a goiaba branca. Apesar da proximidade do aeroporto de Viracopos, essa exportação realiza-se através de Guarulhos, o que parece um contra-senso. Razões de ordem técnica dificultam a utilização do aeroporto de Campinas e negociações foram iniciadas em 2002 pela administração municipal com o intuito de viabilizar a saída das frutas por este aeroporto.

Estes núcleos são formados de pequenos produtores rurais, que aí vivem com suas famílias, arrendatários, parceiros e empregados. Parte destes empregados são temporários, contratados principalmente nos períodos das colheitas. Dois destes núcleos destacam-se por suas origens: o de Pedra Branca e o Bairro Reforma Agrária.

O Bairro de Pedra Branca resultou do desmembramento de uma grande fazenda. Uma parte deu origem ao Jardim Ipatinga (pedra branca em língua indígena) bairro urbano situado de um dos lados da rodovia Santos Dumont. No outro lado, após 1950, os lotes foram vendidos para finalidade agrícola para pequenos proprietários, na sua grande maioria de origem japonesa e italiana. Inicialmente eram aproximadamente 40 glebas, com área média de 2,5 ha.

A cultura dominante para alguns, no período inicial, foi o tomate, seguido pela criação de aves para corte e ovos. Para outros a banana e a maçã tipo "azedinha". Havia também produtores de flores ornamentais. Com o tempo a produção foi se diversificando. Hoje predominam a fruticultura e as oleaginosas.

A propriedade onde se localiza a antiga sede e a maior parte da mata que sobreviveu a ocupação humana é utilizada apenas como residência, e está desativada. Vizinha a ela localiza-se outra propriedade cujo dono aí reside, é empresário não agrícola, mas mantém sua propriedade com agricultura desenvolvida por arrendatário. Hoje a parte do Pedra Branca mais próxima à rodovia Santos Dumont faz limite com o bairro Nova Mercedes, ficando cercada pela aglomeração urbana. Parte dessa área do Pedra Branca está dentro do perímetro urbano, o que leva o IBGE a incluí-la em setor censitário urbano. Conseqüentemente a população aí residente é contabilizada como urbana, mas, de fato, é rural.

O grupo nipônico construiu a Associação Cultural Nipo-Brasileira de Pedra Branca, que em 2006 completará cinqüenta anos. É neste local onde regularmente realizam-se as comemorações e festas típicas destes dois grupos étnicos, hoje bem mais integrados. Essa integração iniciou-se a partir da criação da Associação dos Proprietários Rurais e Moradores do Bairro Pedra Branca e Região, em 1999, hoje com mais de 82 associados, com a finalidade de resolver os problemas de violência que passaram a ocorrer na região. Essa violência manifestava-se através de roubos da produção das propriedades, por ladrões armados, ou em assaltos às suas residências. A solução encontrada foi a criação, após negociações junto à Prefeitura Municipal, da Guarda Rural, que reduziu o problema. Tais iniciativas levaram a uma integração dos

moradores dessa área que passaram a resolver parte de seus problemas de forma comunitária, e também a organizar eventos recreativos para todos os moradores. Aumentaram a sua sociabilidade o que parece ser visto como uma conquista dessa população. Existe ainda um pequeno grupo de moradores que criou a Associação dos Produtores de Hortigranjeiros e Derivados do Bairro Pedra Branca e Região para comercializar seus produtos. Esta região destaca-se das demais pelas iniciativas associativistas e corporativistas voltadas para as soluções conjuntas dos problemas vividos pelos seus residentes.

Ao longo das estradas principais que entrecortam o Pedra Branca é que se localiza a maior parte das propriedades com atividades não agrícolas. Na que liga a SP-73 (antiga estrada para Valinhos) ao bairro Nova Mercedes funciona uma fábrica de postes e um Jato de Areia, que limpa peças enferrujadas. Nas laterais da SP-73 são encontrados estabelecimentos, vários de atividades não agrícolas, como um ferro velho de grandes dimensões, instalado em área vizinha à residência do proprietário. Em área fronteira, há aproximadamente dois anos, uma propriedade grande funciona como estacionamento para os carros que são apreendidos pela polícia – o que, desde o início, foi do desagrado de parte dos residentes locais. Mais à frente há atividade de mineração com a Pedreira Basalto que se localiza praticamente em frente a uma usina de asfalto. Próximo a essas atividades encontra-se o Bairro Três Vendas que é um pequeno núcleo com algumas casas. Na Chácara Floripes o dono do Ferro Velho Bim acaba de inaugurar um complexo de instalações que aluga para festas, com lago, salão social, campo gramado para futebol e/ou cerimônias ao ar livre.

O Bairro da Reforma Agrária é formado pelas pequenas propriedades da primeira experiência de reforma agrária, realizada em 1962, pelo governo estadual. Com o desmembramento da Fazenda Capivari, local em que foi implantado este projeto, as propriedades ficaram distribuídas entre os municípios de Campinas e de Valinhos (onde ficou a maior parte). Este Bairro formava um conjunto contíguo, mas que ficou dividido com a construção da Rodovia Bandeirantes. Em muitas glebas é possível encontrar famílias dos primeiros beneficiados por este projeto e que aí permanecem vivendo da agricultura. Também dedicam-se principalmente à fruticultura. Da estrada asfaltada que atravessa o Bairro Reforma Agrária, chega-se ao núcleo chamado Macuco com escola e posto de saúde, que pertence à Valinhos. Próximo ao núcleo, situa-se a Acqualump, fábrica de caixas d'água.

A região de Saltinho também é formada de pequenas propriedades, muitas com agropecuária, algumas com atividades não agrícolas. Ao longo da estrada para Saltinho, que se inicia na SP-73, tem-se um pesque-pague com um bar anexo, cujo dono não é residente, uma serralheria que fabrica portas e janelas de madeira para residências e uma máquina de arroz. Em seguida, chega-se ao núcleo rural Saltinho, que dá nome à região e é constituído de algumas casas simples, contíguas. Mais à frente funciona um Clube da Telesp. Seguindo pela estrada do Onça (nome da metalúrgica onde desemboca a estrada) passa-se por um pequeno bairro urbano (IV Centenário) de população de baixa renda. Chegando-se à fábrica Onça, atinge-se um dos limites do rural, muito próximo da rodovia Anhanguera e de Valinhos.

A região do Descampado é a que fica mais próxima às áreas destinadas à ampliação do aeroporto de Viracopos e aos núcleos urbanos que serão realocados em

outras áreas da cidade. Tanto assim é que um de seus limites será o corredor aduaneiro, nos limites com Itupeva, previsto como parte da ampliação do aeroporto de Viracopos. Outro limite é a Fazenda Palmeiras, com 560 ha, onde se localiza a fábrica Singer do Brasil, e cujas principais atividades são a produção de soja, milho e rebanho bovino confinado. Este núcleo também é constituído de pequenas propriedades produtivas, com predomínio de atividade agropecuária. Dedicam-se à fruticultura, mas também a suinocultura. Numa das propriedades existe uma pequena edificação em que se realizam cultos religiosos e também as reuniões desta comunidade. Como exemplo de atividade não agrícola, têm-se a Precamp, que é uma fábrica de pré-moldados.

Esses quatro setores desta região, que correspondem a sua maior extensão, compõem os núcleos que se caracterizam pela propriedade familiar produtiva e predominantemente agrícola. Os outros setores são diferentes.

Na direção do extremo sul têm-se algumas fazendas de maior extensão e ainda ativas. Em geral seus proprietários não residem nas mesmas e não têm a agropecuária como suas atividades principais. Uma delas, já citada, é a Fazenda Palmeiras, da Singer do Brasil, que faz limite com os bairros Palmeiras e São Domingos, e tem uma colônia com empregados permanentes. Já loteou uma parte de suas terras para pequenos núcleos urbanos que em suas origens foram planejados para serem residência dos operários daquela fábrica. Outra é o da fazenda de membro da família Diniz (grupo Pão de Açúcar) que cria cavalos de raça e tem campo de pólo. Esta região fica próxima à Hípica de Pólo localizada em Indaiatuba, freqüentada pela população de alta renda da região e da capital do estado. A fazenda Boa Esperança foi cogitada para alocar a população a ser transferida dos arredores de Viracopos. A proposta foi

abandonada devido à reação dos moradores dos núcleos de Pedra Branca e Descampado, que sentiram-se ameaçados com a possibilidade de uma aglomeração urbana tão próxima às suas propriedades.

No extremo sul, próximo ao limite com Itupeva, localiza-se em parte de uma antiga fazenda, a Cidade dos Meninos. É uma instituição administrada pela Associação Hope Unlimited do Brasil, que abriga 180 meninos e meninas entre 9 e 18 anos, encaminhadas pela justiça através da Vara da Infância ou do Conselho Tutelar. Além dos meninos residem aí mais 5 adultos. Trabalham na instituição 90 profissionais, mas que se deslocam, diariamente, para a cidade.

Outro setor distinto desta região é a do início da SP-73, logo após o Royal Palm Plaza. Tem-se a Fazenda Bradesco, onde funcionam escolas de primeiro e segundo graus e são freqüentadas por grande parte de estudantes dos núcleos rurais desta região. O Bradesco, no entanto, já obteve a aprovação para transformação da fazenda em área urbana para loteamento residencial e atividades comerciais. Ao lado oposto desta fazenda, e em direção ao bairro da Nova Mercedes, a área rural é composta por algumas chácaras de recreio ou não exploradas, o que diferencia esta parte do conjunto das demais. Quase no limite com a parte urbana, numa das propriedades, recentemente vendida, está sendo implantado um pequeno loteamento popular denominado Parque Eldorado.

Este conjunto formado pelos núcleos acima descritos tem como seu elemento homogeneizador a atividade agropecuária realizada por pequenos produtores familiares e uma função produtiva. Não é também completamente homogêneo e contém algumas propriedades decadentes, outras como residências para final de semana, além de

outras com atividades não agrícolas. Este conjunto tem 3.416 habitantes distribuídos em 1.045 domicílios. Como se pode observar, numa mesma área estão se desenvolvendo atividades agrícolas e não agrícolas, com predomínio das primeiras.

- APA

A região da APA localiza-se na parte nordeste do município, com uma área de aproximadamente 223 km² e corresponde às terras do interflúvio dos rios Atibaia e Jaguari, com altitudes que variam de 550m a 1000 metros. Representa 27% da área do município e faz limite com Jaguariúna, Pedreira, Morungaba e Valinhos. Contém as áreas urbanas de Sousas e Joaquim Egídio sendo a sede do distrito de Sousas a de maior porte.

“A região da APA é uma área predominantemente rural, com poucos espaços urbanos, caracterizada por uma ocupação antiga e menos intensa do que no restante do Município de Campinas. Essa paisagem rural é constituída principalmente por pastagens. Os remanescentes de matas são escassos, geralmente pequenos e localizados em vales e depressões, mas correspondem a mais de 60% de todos os remanescentes de floresta tropical semicaducifolia do município. Não há grandes extensões de lavouras, mas várias áreas representativas de reflorestamento (principalmente eucalipto)” (Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental da Região de Sousas e Joaquim Egídio-APA Municipal, 1996, p. 26).

A APA compreende duas subáreas: uma composta pelos distritos de Sousas e de Joaquim Egídio, que correspondem a 2/3 do total da APA, outra pela parte deste território localizado entre Sousas e a divisa de Campinas-Jaguariúna-Pedreira, local em que se situam as áreas urbanas do núcleo Carlos Gomes, Jardim Monte Belo I e II, a Chácaras Gargantilha. A seguir, são apresentadas cada uma das áreas componentes

da APA, sendo que as suas áreas urbanas serão referidas apenas quando necessário, tendo em vista que este trabalho está focado no espaço rural.

- APA Sousas e Joaquim Egídio

O acesso a Sousas e Joaquim Egídio se realiza através de via asfaltada e de uma ponte que cruza o rio Atibaia, ponto de estrangulamento para o transporte. Por ter se tornado uma APA, os usos de seu solo são agora controlados e estão previstos no seu Plano de Gestão. É formado por propriedades resultantes dos desmembramentos das grandes fazendas de café, e muitas delas ainda conservam as sedes do século XIX. Além das propriedades mais extensas, verificam-se também algumas tentativas de pequenos produtores com agricultura orgânica, produção de mudas, pupunha, castanha portuguesa, etc. São, no entanto, casos isolados que não permitem caracterizar esta região como agrícola, embora esta seja a atividade considerada como compatível a sua finalidade no seu plano de gestão. Além disso, grande parte desses produtores não residem nas propriedades e a agricultura não é a sua atividade principal.



Foto 3.5: Loteamento Colinas do Atibaia – jan.2006.

Esta não é uma região produtiva e sua finalidade primeira é a preservação ambiental. Embora pouco reste de sua vegetação original, mantém ainda alguns remanescentes de fauna silvestre e algumas matas. A Mata do Ribeirão Cachoeira, com 233 ha está localizada em Sousas, é a segunda mancha em extensão de florestas naturais de Campinas e é circundada pelo loteamento Colinas de Atibaia.



Foto 3.6: Mata do Ribeirão Cachoeira, circundada pelo loteamento Colinas do Atibaia – jan. 2006.

É nesta área que estão os rios Atibaia e o Jaguari e seus mananciais, o que constitui a sua maior riqueza.



Foto 3.7: Propriedade do Loteamento Colinas do Atibaia – jan. 2006.



Foto 3.8: Propriedade do Loteamento Colinas do Atibaia – jan. 2006.

“Além desses aspectos, a APA é estratégica como área de ‘recarga’ de dois importantes aquíferos de abastecimento público da Região de Campinas, que são as micro bacias hidrográficas dos rios Atibaia e Jaguari, pertencentes à Bacia do Rio Piracicaba” (MIRANDA, 2002, p.184).

Esta área, por se localizar na região que foi ocupada pela população mais privilegiada do ponto de vista socioeconômico, tem suas terras muito valorizadas, e sofre forte pressão imobiliária. Muitas propriedades rurais são parceladas para chácaras de final de semana ou para residência. Dentre estes casos pode-se destacar o Colinas do Atibaia e o Bosque Notre Dame. São loteamentos rurais, com lotes de no mínimo 2 ha, o módulo rural do município. Muitas vezes realizam-se loteamentos, de forma irregular ou clandestina, contrariando os objetivos conservacionistas.

Ainda existem várias propriedades bem extensas e algumas possuem pequena produção agropecuária. Dentre essas, pode-se citar a Fazenda Cabras, com 968 ha, cuja atividade mais importante é a cultura do eucalipto voltado para a indústria de celulose, e tem também um rebanho de gado de corte e suínos. Seguem-se as Fazendas Guariroba, com 693 ha e a Fazenda Santa Luzia com 237 ha, que pertencem à mesma pessoa jurídica. Na Guariroba há uma pequena produção de café, mas sua finalidade principal é o lazer. Possui campo de golfe e diversas opções recreativas para receber comunidades de alta renda oriundos principalmente da cidade de São Paulo. A Fazenda São José, com 395 ha, possui um pouco de gado de corte e leite. A Fazenda Espírito Santo tem, aproximadamente, 700 ha e produz leite. Localiza-se em Sousas, mas parte de suas terras estão fora dos limites da APA. A Fazenda São Pedro, com 285 ha, produz eucalipto. A Fazenda Bonfim, com 429 ha, tem uma importante área com café em produção e também mantém um rebanho leiteiro cuja produção é vendida

a uma cooperativa. A Fazenda Santo Antônio, com 230 ha, produz gado para corte e reprodução de elevado padrão.

Estes são casos que exemplificam a presença das propriedades extensas desta região, duas delas pertencentes a pessoa jurídica. Poucas delas são inteiramente voltadas para a produção. A maior parte mantém alguma atividade agrícola, mas em geral sem expressão econômica para o seu proprietário. Algumas cultivam um pouco de café ou reflorestamento, mas predominam as pastagens. Há ainda alguns casos interessantes com relação à utilização de parte da propriedade para atividades não agrícolas. Como exemplos, tem-se a Fazenda Santa Margarida que é alugada para realização de eventos e grandes festas. Outro é o da Fazenda Boa Vista que possui restaurante e um pesque-pague.

As terras da Fazenda São Pedro (285 ha) e da Fazenda Bonfim (429 ha) fazem limite no extremo oeste do município e situam-se em terreno montanhoso de elevada altitude. Numa área desmembrada da Fazenda São Pedro, foi instalado o Observatório Municipal de Capricórnio, local de visitas para os que gostam de astronomia.

Outro caso é o da Fazenda Belmonte. Um dos herdeiros, que aí reside, explora um buffet para festas. Recebe alunos de escolas para conhecerem as instalações da Fazenda e seus animais, atendidos por seus monitores. No outro acesso da propriedade, o outro herdeiro construiu um pesque-pague, explorado por um arrendatário, e um restaurante sofisticado, que também é arrendado. A Fazenda Santa Maria produz um pouco de café e gado, mas, ao mesmo tempo, vem desenvolvendo atividades de lazer e gastronômicas na sede da Fazenda e seus arredores. Também recebe pequenos grupos para hospedagem (Anexo III). Outras propriedades estão

iniciando uma implementação do turismo rural, oferecendo serviços de hospedagem para fins de semana e feriados, organizando cafés da manhã, almoços e outros eventos, etc, mas ainda pouco profissionalizados. Próximo a esta fazenda, localiza-se um campo de futebol, um supermercado e algumas casas bem simples, alugadas, em área de um proprietário tradicional da região. É nesta região que foi inaugurado o Centro Comunitário Santa Maria da Serra das Cabras em 12 de dezembro de 2004, com verba do Orçamento Participativo municipal. Anexo a ele, foi instalado o antigo Posto de Saúde municipal para atender os moradores dessa região. Este trecho não chega a se configurar como um povoado, mas é um ponto de encontro da população e de jovens, que vem também de municípios vizinhos para os jogos de futebol.

Uma atividade já mais estável e estruturada é a dos restaurantes sofisticados, voltados à população urbana de alta renda, alguns deles integrantes de roteiros gastronômicos (Anexo III). Têm-se também alguns buffets para festas e bares noturnos.

Três usinas termoelétricas, Salto Grande, Jaguari e Macaco Branco, estão em funcionamento. A primeira fica situada no rio Atibaia e as demais no rio Jaguari. Há ainda a atividade de mineração, realizada através de portos de areia ao longo dos rios e córregos; áreas de empréstimo para retirada de saibro; olarias e cerâmicas; pedreiras e cantarias para produção de pedra britada e de revestimento, além da captação, em fonte natural, de água mineral. Esta região é menos povoada que as anteriores, mas o que chama a atenção é a relativa estabilidade da população de Joaquim Egídio, que pouco se alterou no período entre 1980 e 2000, o que será analisado no capítulo seguinte.

- APA Norte

À parte norte da APA, cujos terrenos são menos acidentados, o acesso dá-se através da rodovia Campinas-Mogi-Mirim. Ela se inicia praticamente na altura em que a APA restringe-se à margem direita do rio Atibaia e estende-se até as margens do rio Jaguari.

É também constituída de propriedades resultantes dos desmembramentos das grandes fazendas do século XIX. Mas, nesta parte da APA elas não são tão numerosas e nem tão extensas como as localizadas na APA de Sousas e Joaquim Egídio. Predominaram as áreas com pastagem. Após o bairro Gargantilha, encontra-se uma produção de acerola e de aspargos, estes últimos cultivados em área arrendada. Há um grande número de propriedades pequenas, algumas decadentes. Existem também chácaras de recreio e para residência permanente.

A atividade agrícola permanente e produtiva é encontrada no trecho da Fazenda Monte D'Este, com 150 ha, que é arrendada pela Usina Esther com produção de cana-de-açúcar. O trecho localizado na APA é pequeno e se estende na direção do núcleo Carlos Gomes.

Inserida neste trecho da Monte D'Este, ocupando uma área de 5 ha, está instalada a Indústria Agrícola Tozan. Funcionando desde 1934, produz saquê, shoyo, vinagre de arroz e molho inglês para o mercado nacional. Atualmente, a Monte D'Este tem apenas 12% de participação na fábrica, que pertence ao grupo japonês Kirin, com sede no Japão. A área da fábrica já foi desmembrada da Fazenda e possui 36 funcionários.

Outra atividade não agrícola que se destaca nesta APA Norte é o Hotel Fazenda Solar das Andorinhas. Este localiza-se na Fazenda Duas Pontes, de 4 ha, e seu acesso se dar através do km 121 da estrada Mogi-Mirim – SP-340. Funciona desde 1971, fica às margens do Rio Atibaia e preserva seu estilo colonial com bom estado de conservação. Suas instalações são bem completas e oferecem diversas opções de lazer como piscinas, parque aquático, bares e atividades recreativas monitoradas. Possui 83 apartamentos com capacidade para até 280 hóspedes e dispõe de salões de convenções e encontros, recebendo visitantes de todo o país e também do exterior. Possui locais históricos como as ruínas da Senzala, a Roda D'água, a Capela e a Casa Grande.

Emprega perto de oitenta pessoas e cerca de sessenta residem nas casas geminadas das duas colônias da antiga fazenda. Os que são sozinhos, moram em quartos duplos ou triplos, com banheiro. Quase todos os residentes procedem de diversos estados e muito poucos são de Campinas. Os não residentes vêm das áreas próximas como Carlos Gomes, Recanto dos Dourados, etc. A maior parte dos serviços e atrações oferecidas foram terceirizadas, sob a forma de arrendamento, como os bares e o parque temático. Os contratados para esses serviços não têm vínculo empregatício com o hotel e residem fora da propriedade. O número destes empregados é bem variável, dependendo muito dos eventos aí promovidos. Durante o carnaval, chega-se a contratar trinta monitores. Embora a escolaridade dos funcionários seja heterogênea, segundo uma das gerentes, o nível predominante é bom.



Foto 3.9: APA Norte - Núcleo Carlos Gomes - jan. 2006.

Nesta região, em sua parte mais setentrional, localizam-se três núcleos urbanos. O mais antigo, Carlos Gomes, originou-se no ciclo do café e fica próximo a estação de trem da extinta Companhia Mogiana. Mas as outras áreas urbanas Jardim Monte Belo I e II e as Chácaras Gargantilha foram ocupadas somente a partir da década de 80. Fica difícil saber se existe ali uma relação simbiótica entre o rural e o urbano ou o prenúncio de uma urbanização completa e o fim do rural, apesar de sua inserção numa área de APA.

Recentemente iniciou-se um movimento, por parte da população local, no sentido de se desmembrar esta área de Campinas e inseri-la em Jaguariúna. (OLIVEIRA, 2005).

Dadas as suas características, esta região tem como sua finalidade principal a conservação ambiental. Possui nascentes e minas de água. A atividade agrícola tem pouca expressão e as atividades não agrícolas que estão sendo desenvolvidas destinam-se mais ao lazer e ao turismo, voltados aos segmentos socioeconômicos mais

privilegiados. Esta região sofre forte pressão imobiliária e apresenta uma ocupação diversificada de seu território.

- ANHUMAS

A outra região será chamada de Anhumas, nome do núcleo que se destaca neste espaço enquanto área agrícola produtiva. Na verdade, esta região corresponde ao território do projeto¹² da gestão Izalene Tiene que foi enviado à Câmara Municipal para ampliação da área da APA, que incorporava as terras da margem esquerda do Rio Atibaia estendendo-se até à Rodovia SP-340 (Campinas-Mogi-Mirim), e tem 5,4 km².

O primeiro acesso a esta região, para quem está no sentido Taquaral/Mogi-Mirim, é uma entrada de terra, à direita, que se inicia pouco antes da placa indicativa de Alphaville. O Mapa 2.3 permite visualizar esta área, identificada como APA-ampliação. Neste espaço destacam-se a parte menor da fazenda Monte D'Este, com cultivo de café e cana-de-açúcar (a maior fica no outro lado da rodovia), e o núcleo Anhumas. O núcleo Anhumas é formado de pequenos produtores rurais que vivem de seu trabalho realizado na propriedade e aí residem há muito tempo. Produzem oleaginosas, hortaliças e frutas como a banana, o caqui, a manga, a laranja e o limão. Alguns desenvolvem atividades não agrícolas como pesque-pague e pesqueiros.

Grande parte desta área do núcleo Anhumas corresponde a uma antiga fazenda, propriedade da família Dalben, de origem italiana, e que foi sendo desmembrada entre seus herdeiros.

¹² Alguns setores da sociedade civil se organizaram e entraram com ações judiciais que suspenderam a tramitação deste projeto.

Alguns deles preservaram sua herança sem o parcelamento e a exploram em comum. Em alguns lotes, pôde-se encontrar pesqueiros¹³, um pouco de fruta e, mais próximo à estrada, uma usina de cimento.

Há algumas propriedades com produção de olerícolas em estufas, outras arrendam parte de sua área para atividades não-agrícolas, como um depósito de paletes (suporte para carga das máquinas empilhadeiras de hipermercado).

Apesar de cada um administrar suas propriedades de forma autônoma e independente, foi possível perceber que os laços familiares acabaram produzindo uma certa integração entre os membros de diferentes lotes. Assim, um dos agricultores, que está tentando uma experiência de produção de olerícolas, em Paulínia, por não ter recursos para desenvolvê-la sozinho em seu lote, mantém a sua cultura de milho em parceria com um parente vizinho, na medida em que não tem tempo para esta atividade. Várias propriedades entregam parte de sua produção ao parente que tem supermercado no Taquaral. Uma das mulheres da família, que reside na cidade, fornece salgados para várias pesque-pagues e pesqueiros de seus parentes.

Num dos lotes desta área foi instalada, há alguns anos, uma escola de orientação Waldorf, chamada Vereda.

Há ainda propriedades de outras famílias. Encontrou-se também situações de arrendamento e parceria. Alguns dos limites deste setor da região Anhumas são a Fazenda São Vicente, na direção dos trilhos da “Maria-fumaça”. A fazenda passou por um reflorestamento e a igrejinha e algumas casas que nele se encontram foram

¹³ Pesqueiro corresponde ao lote com lago onde os visitantes pagam um valor, por pessoa, para pescar e passar o dia ou algumas horas. Pesque-pague corresponde ao local onde paga-se uma pequena entrada e o peixe pescado é vendido, pelo peso.

restauradas. Outros limites são o Condomínio Residencial Alphaville, construído na antiga Fazenda Santa Terezinha, a Fazenda 3 Anas, que só tem pasto, a Fazenda Palmeiras, onde um arrendatário produz hortaliças, e o Parque dos Pomares, setor urbano e fonte de preocupação dos produtores, devido aos roubos. Na mesma região, situam-se ainda as terras da antiga Fábrica de Papelão Andrade e a Fazenda São Quirino com 178 ha, produzindo cana-de-açúcar. Esta faz limite com boa parte do setor censitário urbano 756, área urbana não urbanizada situada entre o Leroy Merlyn e a Empresa Lucent, ao longo da Rodovia Dom Pedro I, que foi um desmembramento daquela fazenda.

Toda esta região tem uma grande importância, do ponto de vista ambiental, pois em algumas propriedades localizam-se “minas de água”, nascentes que originam o ribeirão das Onças, que desemboca no ribeirão Anhumas. Na parte norte desta região, em sentido paralelo à Rodovia SP-340 e na direção da APA Norte, situa-se a Fazenda São Gabriel, com 84 ha, que possui haras, gado de corte e cultura de milho para os animais. Esta parte mais setentrional da região Anhumas assemelha-se muito aos espaços da APA norte. Mas a grande diferença pode estar por conta de suas alternativas futuras, na medida em que não se constituem como área de conservação ambiental. Dada a pressão imobiliária, e na medida em que muitas propriedades podem estar sendo mantidas apenas como reserva de valor, a transformação deste espaço em área urbana não é uma possibilidade tão remota. A resistência de parte dos proprietários desta área à sua incorporação à APA reforça as evidências dos interesses imobiliários.

Uma atividade turística desta região, que atrai tanto a população local como a da capital do estado de São Paulo, é o passeio de trem “Maria Fumaça”. Trafegando pelos leitos da antiga estrada de ferro Mogiana, entrecorta os remanescentes das antigas fazendas que são apresentadas aos passageiros por membros da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária. Avista-se assim muita área com pastagem, sede de fazenda projetada pelo arquiteto Ramos de Azevedo, clubes de recreio, etc. Parte-se da estação Anhumas em direção a Jaguariúna, passando pelas estações de Tanquinho e a do núcleo de Carlos Gomes, esta já localizada na APA Norte.

- Norte de Barão Geraldo

A outra região localiza-se ao norte do município, ao lado oeste da rodovia Campinas-Mogi-Mirim (SP-340). Nesta área destacam-se a Fazenda Monte D'Este, a Colônia Tozan e a presença dos bairros urbanos Vale das Garças, com boa parte localizada nos limites da área de várzea do rio Atibaia, e os loteamentos urbanos Village I e II.

A Fazenda Monte D'Este é localizada na rodovia SP-340, km 121,5. Para se entrar na Fazenda, passa-se por duas guaritas com portão eletrônico. Na primeira fica um funcionário onde é necessário uma apresentação. É a maior propriedade desta área e tem 840 ha. Estão distribuídos em duas partes da área norte do município: a maior com 490 ha localiza-se no lado esquerdo da rodovia SP-340, no sentido Campinas-Jaguariúna, a parte menor (350 ha), ao lado direito da mesma rodovia, estende-se até as proximidades do núcleo Carlos Gomes, ficando uma parte dela na APA. Pertence à Agropecuária Tozan do Brasil Ltda. O atual proprietário é um descendente de seu

fundador, que em 1927, resolveu investir no Brasil. Adquiriu cerca de 1.600 alqueires paulistas que se estendiam pelos dois lados da rodovia acima mencionada, tendo o Rio Atibaia como limites, tanto ao norte como na parte situada ao lado direito da rodovia. Os melhores solos, manchas de terra roxa, localizam-se em torno da antiga sede, na área que posteriormente foi vendida ao Jockey Clube Paulistano e no lado oposto à sede, hoje com café e cana-de-açúcar.



Foto 3.10: Fazenda Monte D'Este - jan. 2006.

A Monte D'Este, que é a tradução de Tozan para o português, foi confiscada durante a segunda Guerra Mundial, no governo Vargas, situação revertida por via judicial. Produzia café, milho híbrido, algodão e gado leiteiro. Este plantel, inicialmente formado de gado zebu, foi sendo substituído pelo gado holandês. Em 1933 seu proprietário fundou a Indústria Agrícola Tozan, fábrica para produzir saquê e shoyo. Funciona até hoje e fica localizada na pequena parte desta fazenda que hoje está inserida na APA, e já foi anteriormente citada. A fazenda e a fábrica tinham, em todos

os pontos de direção e supervisão de área, funcionários japoneses. Os braçais eram brasileiros. Em 1972 foi fundada a Monte D'Este Indústria e Comércio de Materiais Elétricos, que produzia fios e cabos para telecomunicações. Corresponde ao período em que o governo militar fez grandes investimentos na área de telecomunicações, dentro de sua estratégia geopolítica de transformar o Brasil em grande potência, com autonomia tecnológica. Em março de 2002, foi vendida para o grupo norte-americano Amphenol e localiza-se no lado oposto ao da sede, no início da estrada para Furnas e o Hotel Solar das Andorinhas.



Foto 3.11: Vista da região norte de Barão Geraldo. Ao longe avista-se Jaguariúna – jan. 2006.

Atualmente, na parte da APA a Monte D'Este, tem 150 ha arrendados à Usina Esther, que aí cultiva cana-de-açúcar. Possui 240 ha com café arábica, cuja produção é quase toda vendida aos grandes comerciantes de café do município de Varginha. Cultiva 150 ha com milho, sendo que 90% da produção é vendida em grãos para aves de granjas, no município de Sumaré. Os 10% restantes são utilizados para silagem do gado de corte, praticamente todo comercializado junto dos frigoríficos de Piracicaba. Em média o plantel é formado de 100 cabeças de gado. Há ainda alguma área com reflorestamento, proteção natural (há cinco represas), área para sede, moradores, etc.

Praticamente toda área cultivada é mecanizada. De modo geral, a colheita do café é realizada 50% com mecanização e 50% com trabalho manual. A parte mecanizada é terceirizada.

Para esta colheita, aproximadamente 70 pessoas são contratadas temporariamente. Estes trabalhadores vêm da Bahia, da região do município de Aracatu. São selecionados por pessoa do local, viajam de ônibus e são contratados por 2 ou 3 meses, no período da colheita que vai de maio a setembro.

Geralmente são pequenos agricultores de famílias numerosas. Um fica na propriedade e os demais vêm para garantir uma renda para o resto do ano, em suas propriedades. O mais comum é a vinda de casais sem crianças ou, às vezes, com filhos adultos. Muitos homens vêm sós. As famílias são alojadas nas casas da fazenda e os sozinhos ficam nos alojamentos com beliches. Todos recebem alojamento, ganham por produção, mas trabalham em torno de 12 horas por dia. A alimentação é responsabilidade dos empregados. Cozinham em casa, em sistema de revezamento.

Na Monte D'Este há 40 domicílios cedidos aos funcionários permanentes, com suas famílias, formando um contingente de aproximadamente 100 pessoas. Perto de 30 pessoas trabalham diretamente com agricultura; com exceção do técnico agrícola, todos têm apenas o nível primário, são trabalhadores braçais e, às vezes, operadores. Todos os funcionários são homens e só as mulheres especializadas são contratadas como garçonete do restaurante para visitantes e a chefe do departamento de pessoal.

O primeiro grande desmembramento desta fazenda foi a Colônia Tozan, ocorrido em 1957. Suas terras não eram tão boas. A maioria dos lotes tinha aproximadamente 4 alqueires e havia alguns maiores com 12 alqueires. Todos os lotes faziam limite com o

riacho que atravessa a Colônia. Foi planejado para a implantação de agricultura moderna, com irrigação. Foram vendidos quase que exclusivamente para imigrantes japoneses. No início, em 1957, instalaram-se as primeiras quatro famílias. No ano seguinte vieram mais doze.



Foto 3.12: Núcleo de domicílios da Colônia Tozan. Atividade Agrícola inexpressiva - jan 2006.



Foto 3.13: Colônia Tozan nas proximidades do caminho Village - jan. 2006.

De 1957 até 1965 predominou a cultura do tomate. Parte dos produtores era associado da Cooperativa Agrícola de Cotia, para a qual vendiam seus produtos. De 1965 até 1975 predominou, entre aproximadamente 20 famílias, a criação de galinhas poedeiras e de frangos para corte. Uma das famílias foi pioneira no município, introduzindo a comercialização de frangos prontos para o consumo, uma vez que instalaram abatedouro em sua gleba. De 1975 até 1985, aproximadamente 6 famílias dedicaram-se à floricultura e produzindo para Holambra. De 1985 até 1995, alguns voltaram-se para a fruticultura, especialmente a goiaba.

Hoje o grupo de produtores está muito reduzido e há diversas propriedades decadentes e abandonadas. Dentre os que ainda se mantêm como pequenos produtores familiares, a agricultura é a atividade desenvolvida. Produzem flores,

horticultura e frutas como a goiaba, o limão, o abacate e a manga. Alguns cultivam em estufas plásticas, mas em pequena escala.

Encontram-se situações muito diversas. Em alguns lotes, foram construídas várias residências, utilizadas apenas para moradia. Como muitos dos antigos proprietários já estão idosos, alguns residem em Barão Geraldo e mantêm o lote com algum parente, que apresenta alguma produção. Em outros casos os filhos estudaram, fizeram curso superior e deixaram as propriedades. Outros, da segunda geração, moram em Barão Geraldo, trabalham em suas profissões na cidade, mas mantêm algum membro da família responsável por alguma exploração agrícola no lote. Há também o caso de um produtor de goiaba que montou na propriedade de 18 ha um pesque-pague e um restaurante. Uma padaria localizada à beira da estrada de um dos lotes é de propriedade de um dos seus herdeiros, que tem curso superior.

Ainda na Colônia Tozan, encontram-se ainda alguns haras sofisticados, destacando-se um haras que há 6 anos vem produzindo cavalos para equitação, em área de 5 alqueires. A proprietária é criadora e treinadora dos cavalos. Em média, tem 50 cavalos. Ela os vende como potros ou já treinados, para todo o país. Embora utilize a reprodução natural, a inseminação artificial é a técnica mais praticada. Dos três veterinários que aí trabalham um está presente diariamente, outro a cada quinze dias e outro uma vez por mês. Residem em Jaguariúna e Bragança Paulista. O ferrador vem da cidade de São Paulo, uma vez por semana. Os seis “tratadores de cavalos” são empregados permanentes e residem no haras com suas famílias. Há duas mulheres empregadas: a esposa de um cuidador, que é faxineira do haras, e outra, sem família, que cuida do refeitório e também faz faxina. Este haras destaca-se não só pelo padrão

técnico, mas também pelo conjunto de suas instalações, extremamente harmoniosas e bem cuidadas, possuindo arruamento interno de paralelepípedos. Em dois alqueires cultiva-se feno para a alimentação dos animais. Esta atividade e outras de manutenção são realizadas sob regime de empreita. Outro haras, com 28 ha, possui cavalos apenas para uso de seu proprietário, que aí reside, exercendo sua profissão, de nível superior, na cidade. A maior parte desta área é arrendada, para produção de grama. Apesar desta propriedade localizar-se na Colônia Tozan, foi inserida no setor urbano, e é um dos exemplos de alterações pontuais de perímetro, que ocorrem por influência política de seu proprietário.



Foto 3.14: Cocheiras do haras - Colônia Tozan - jan. 2006.



Foto 3.15: Picadeiro do haras - Colônia Tozan - jan. 2006.

Outro antigo desmembramento da Monte D'Este, correspondente a uma área de 140 ha, foi adquirido pelo Jockey Clube Paulistano. Instalou-se aí um grande haras sofisticado, para criação de cavalos de raça, e que possuía diversas residências onde ficavam alojados os seus sócios.

Quando foi desativado, transformou-se na Fazenda Santa Paula, que o proprietário desejava transformar num loteamento residencial urbano. Para implantar este projeto, que já provocou muita polêmica, era necessária uma alteração do

perímetro urbano. Setores da sociedade civil se organizaram, entraram com ações judiciais e conseguiram suspender a tramitação deste projeto. Entre a área da Fazenda Santa Paula e a Colônia Tozan, localiza-se a sede de campo do Clube Fonte São Paulo.

O Clube Nipo-Brasileiro, que se originou em função da população japonesa, vem procurando dinamizar suas atividades através do ensino do jogo de baseball para as crianças. A maior parte de seus freqüentadores e associados é de origem nipônica, mas residentes principalmente em Barão Geraldo. Atualmente tem trabalhado de forma aberta, permitindo a participação de todos os interessados. Dessa forma o clube tem conseguido, nos finais de semana, ampliar a freqüência de seus associados.

Dentre as atividades não agrícolas já enumeradas, destaca-se um restaurante situado próximo aos loteamentos Village que também organiza shows musicais sertanejos e que é freqüentado pela população urbana. Num trecho da estrada que passa pela Colônia Tozan, na direção dos loteamentos Village, localiza-se uma estação da Petrobrás de entrega de gás Bolívia-Brasil, construída entre 1998/1999. Por ali passam um tubo de petróleo, um tubo de gás boliviano e um que está desativado.

Os loteamentos Village I e II são ou local de residência permanente para alguns ou chácara para final de semana para a população urbana. Neste último caso, é comum a presença de caseiros, que cuidam das propriedades.

Dirigindo-se pelo caminho conhecido como “estrada da Rhodia” chega-se à Fazenda São Francisco, nos limites com Paulínia. Possui 484 ha e foi comprada pela Rhodia onde ocorreu parte da expansão desta indústria, localizada no município vizinho. Na primeira metade da década de 1990, esta empresa acabou com a vila de 20

casas onde moravam funcionários assim como com o clube da fábrica. Este foi transferido para uma gleba rural localizada em frente ao Bairro Jardim do Sol, em Barão Geraldo.

Ainda como parte do rural aqui denominado Norte de Barão Geraldo, tem-se a região do entorno da Mata Santa Genebra, que fica separada da parte anterior pelo bairro Guará, classificado como área urbana.

A região da Santa Genebra está localizada a oeste dos bairros Cidade Universitária e Real Parque, no distrito de Barão Geraldo, indo até os limites de Paulínia. O espaço nobre cabe à Mata de Santa Genebra, a maior mata nativa de Campinas com 252 ha. Pertencia à antiga Fazenda Santa Genebra, que a circunda, já desmembrada como área urbana, e foi doada em 1981 ao município. É administrada pela Fundação José Pedro de Oliveira que tem a missão da conservação e preservação desta área, que foi transformada em reserva florestal. É um remanescente de Mata Atlântica, e sua biodiversidade atrai pesquisadores. Esta mata é aberta à comunidade através de visitas monitoradas.

Nas demais extensões deste espaço encontram-se alguns pequenos produtores, que se dedicam à agricultura, produzindo legumes, verduras e algumas frutas como manga e banana.

Pôde-se verificar a diversidade dos usos e ocupações desta área, que mescla propriedades decadentes improdutivas, local de residência, entretenimento, lazer, e produção agropecuária intensiva e moderna. Fica difícil identificar se existe algum predomínio dentre essas atividades e qual é a função principal deste espaço rural. Também não se identificou iniciativa de associativismo entre os produtores. A

destinação que for atribuída para as áreas da Fazenda Monte D'Este, da Colônia Tozan e do antigo Jóquei Clube será de vital importância para o futuro desta região.

- Extremo Oeste

Tem-se ainda, no extremo oeste, na região que se limita à Hortolândia e à Monte Mor, pequenas extensões de área rural. São pequenas áreas desativadas, improdutivas, e que estão localizadas muito próximas de loteamentos urbanos, que dão indicações de um rural em extinção.

Pôde-se assim verificar que este extenso rural de Campinas é ocupado de formas diversificadas tanto do ponto de vista de suas atividades como da organização das mesmas, configurando-se através de espaços distintos entre si.

Tem-se assim duas regiões com função produtiva baseada na pequena produção agropecuária familiar, com significativa participação na economia municipal, além de sua importância social, ao garantir trabalho e residência para a sua população.

A região da APA tem a importante função de conservação do patrimônio hídrico do município, dos recursos naturais ainda existentes e de seu patrimônio arquitetônico do período do café.

Todas as demais, apresentam características próprias, mas a mescla das situações resulta numa identidade mais difusa. O caso limite encontra-se na região extremo-oeste, onde parece questão de tempo o fim do rural.

Constata-se assim a multifuncionalidade do rural, uma de suas novas características. A dimensão multisetorial também foi encontrada através da presença da

agropecuária, da indústria, dos serviços. Essas situações expressam características já mais definidas, e estruturais.

De formas distintas, o processo de urbanização faz-se presente em todas as regiões e se manifesta pelo desenvolvimento das atividades não agrícolas, mas também através de sua forma mais perversa que é a especulação imobiliária.

Confirma-se para Campinas a presença do que vem sendo chamado de “novo rural”, assim como a sua heterogeneidade.

“Na realidade, o que se caracteriza efetivamente como ‘novo’ no meio rural brasileiro são as novas atividades agrícolas e as dinâmicas não agrícolas de famílias urbanas que passaram a freqüentar regularmente o campo para fins de lazer (chácaras de recreação) e/ou como segunda residência e, dos bens e serviços relacionados ao turismo e lazer no meio rural” (GRAZIANO DA SILVA, 2000, p.23)

Se o outrora rural agrícola foi a fonte de riqueza que permitiu o desenvolvimento do município em direção à industrialização, que lhe garantiu a posição de pólo regional do estado mais desenvolvido, hoje ele se coloca com outras características e funções. Dependerá de seus dirigentes políticos e de sua população, como o foi no passado, conferir-lhe ou não função relevante na escolha das alternativas dos cenários futuros voltados para o seu desenvolvimento. De acordo com Camarano (1999, p.1) “As dinâmicas demográficas do meio rural não estão associadas apenas a seu esvaziamento, mas também à descoberta de seus novos trunfos”.

CAPÍTULO 4

A população rural

O presente capítulo apresenta o perfil demográfico da população residente no meio rural contemporâneo, verificando alguns aspectos de suas condições de vida.

Busca-se assim conhecer o perfil demográfico dessa população, como também constatar possíveis alterações do mesmo, de modo a averiguar como as mudanças da configuração espacial do rural contemporâneo podem ou não repercutir (interferir) no perfil da população que aí está residindo. Simultaneamente atenta-se para captar se essas alterações acontecem no sentido de uma convergência, que poderiam sugerir uma homogeneização das populações urbana e rural.

Partindo primeiramente de uma visão retrospectiva, serão analisados em seguida alguns aspectos da evolução da população do município, no período de 1940 a 2000, com o objetivo de trazer elementos para a compreensão da realidade atual.

4.1 – A evolução da população de Campinas de 1940 a 2000

Hoje Campinas já possui pouco mais de um milhão de habitantes e é o maior centro urbano do interior do estado. Em 2000, a população total do município era de 969.396 habitantes sendo que 953.218 residiam na área urbana e 16.178 na área rural. Isto é, tinha-se 1,7% de população rural e um grau de urbanização de 98,3%. A porcentagem de população rural do estado de São Paulo era superior, com 6,5%.

A porcentagem de 1,7% de população rural, quando contraposta à de 98,3% de população urbana, parece inexpressiva e residual. Porém, para se compreender o seu devido significado, é necessário relativizá-la e adotar uma visão retrospectiva.

O que se verificou foi que, ao longo dos últimos 60 anos, o meio rural de Campinas teve a sua população reduzida à metade. Seguindo um movimento descendente e partindo de 32.768 habitantes em 1940, reduziu-se para 28.889 em 1950, em 1960 foi de 29.940, para em 2000 chegar a 16.178. Entre 1970 e 1980 houve uma alteração deste movimento, que será analisado em outro momento (Tabela 4.1).

Tabela 4.1 – Evolução da população e da densidade demográfica
Município de Campinas
1940 a 2000

Ano	População					Densidade Demográfica		
	Total	Rural	%	Urbana	%	Total	Rural	Urbana
1940	112038	32768	29,3	79270	70,8	140,1	81,9	198,2
1950	129364	28899	22,3	100465	77,7	161,7	72,3	251,2
1960	207066	24845	12,0	182221	88,0	258,8	62,1	455,6
1970	375864	41883	11,1	333981	88,9	469,8	104,7	835,0
1980	664566	73151	11,0	591415	89,0	830,7	182,9	1478,5
1991	847595	22671	2,7	824924	97,3	1059,5	56,7	2062,3
2000	969396	16178	1,7	953218	98,3	1211,8	40,5	2383,1

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1920 a 2000.

Obs: Os valores da população dos anos de 1940, 1950 e 1960 foram calculados para a superfície atual do município de Campinas (800 km²) para permitir a comparação com os dados dos censos demográficos realizados a partir de 1970. Verificar na Tabela 2.5 do capítulo 2 os desmembramentos dos municípios.

Para se obter estes números e torná-los, comparáveis, foi necessário rever os desdobramentos territoriais apontados no capítulo 2 e recalculá-los a população do período 1940/1960. Isto porque foi somente a partir de 1964, quando aconteceu o último desmembramento, com a criação do município de Paulínia, que Campinas

passou a ter a extensão atual de 795,7 km². Portanto, somente a partir de 1970 é que os dados dos censos demográficos passaram a corresponder a esta superfície.

Consultando-se as leis de criação e desmembramento de distritos e municípios, verifica-se que foram os distritos de Campinas e Sousas que corresponderam, territorialmente, à Campinas de hoje. Esses dois distritos sempre concentraram mais de 85% da população deste município o que pode ser verificadas pelas tabelas 4.2, 4.3 e 4.4. A soma da população de ambos (Campinas e Sousas), nas décadas de 1940, 1950 e 1960, permitiu elaborar a Tabela 4.1, na qual os dados são comparáveis.

Tabela 4.2 – Distribuição da população rural e urbana entre distritos
Município de Campinas
1940

Município e distritos	População			%		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Campinas	106252	77779	28473	81,8	92,5	62,1
Cosmópolis	5896	1433	4463	4,5	1,7	9,7
Rebouças	5188	1299	3889	4,0	1,6	8,5
Sousas	5786	1491	4295	4,5	1,8	9,4
Valinhos	6818	2053	4765	5,3	2,4	10,4
Município Campinas	129940	84055	45885	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1940.

Tabela 4.3 – Distribuição da população rural e urbana entre distritos
Município de Campinas
1950

Município e distritos	População			%		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Campinas	123214	99156 (cidade)	24059	80,8	92,8	52,6
Paulínia	7359	589 (vila)	6770	4,8	0,6	14,8
Sousas	6150	1310 (vila)	4840	4,0	1,2	10,6
Sumaré	5850	1559 (vila)	4291	3,8	1,5	9,4
Valinhos	9974	4220 (vila)	5754	6,5	4,0	12,6
Município Campinas	152547	106834	45713	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1950.

Apesar dessas perdas de população rural, resultantes da criação dos municípios, e das transformações ocorridas, seja na alteração da base econômica do município,

seja pela modernização da agricultura e a substituição por culturas menos intensivas em mão de obra, o rural de Campinas, em 2000, ainda retinha 50% da população rural de 1940.

**Tabela 4.4 – Distribuição da população rural e urbana por distritos
Município de Campinas
1960**

Município e distritos	População			%		
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Total
Campinas	200315	179797	20518	89,8	10,2	100,0
Barão Geraldo	6492	1397	5095	21,5	78,5	100,0
Joaquim Egídio	2570	603	1967	23,5	76,5	100,0
Paulínia	5745	911	4834	15,9	84,1	100,0
Sousas	4181	1821	2360	43,6	56,5	100,0
Município Campinas	219303	184529	34774	84,1	15,9	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1960.

Esse volume de 16.178 habitantes correspondeu a uma densidade demográfica de 40,5 hab/km². Em 1940, a densidade era de 81,9 hab/km². Mas o contexto socioeconômico era outro, completamente distinto do atual. Ao mesmo tempo, essa densidade está superestimada. Embora os dados refiram-se a mesma superfície total, esta não tinha a mesma distribuição interna. A área rural, em 1940, era muito maior que a atual e a sua redução acentuou-se após a década de 1970, com as ampliações do perímetro urbano (Tabela 2.4). Ao se acrescentar que um dos critérios que se pode adotar para a classificação de um município brasileiro como urbano é ter densidade de 80 hab/km² pode-se redimensionar melhor o significado dos 16.178 habitantes do rural campineiro¹⁴.

¹⁴ Segundo VEIGA, 2006 ... "o patamar de densidade que acusa razoável grau de urbanização está mais próximo dos 80 hab/km² e não dos 60 hab/km², como costumam afirmar os que simplesmente repetem o critério adotado por Davidovick & Lima (1975) à luz dos dados do Censo de 1970".

O que se quer não é negar a perda de população, mas dimensioná-la adequadamente. Embora com outras dinâmicas, tem-se, no rural campineiro, um contingente populacional importante que não é residual. O campo não é o deserto humano que pode, à primeira vista, parecer.

Nesta retrospectiva outro aspecto que se quer destacar é que, em 1940, Campinas já se constituira como um núcleo urbano expressivo. Quando se observa a Tabela 4.5, pode-se verificar que muito antes do deslançar do processo de industrialização nacional e da correspondente urbanização, Campinas já apresentava um predomínio de população urbana. Partindo do marco de 1940, quando se tem o início da classificação de população rural e urbana nas publicações dos censos, este município já detinha 64,7% de seus habitantes na cidade e somente 35,3% estavam no campo. Apesar de sua ainda importante agricultura, de onde provinha grande parte da riqueza que produzia, e de uma área rural muito superior a do seu atual território, a sua população urbana superava a rural em 39.170 habitantes, contingente pouco inferior a toda a sua população rural. Como nesta época o rural era identificado com a atividade agropecuária, que respondia por sua dinâmica demográfica, pode-se perceber a importância que a cidade já tinha na vida do município.

“Em 1939, Campinas já contava com cerca de 6 mil operários e quase uma centena de fábricas, muitas das quais de importância nacional como a de chapéus Cury, fogões Dako, Johan Faber e Swift” (Caiado, et al., 2002, p.101).

De fato, em 1940, a indústria de transformação contava com 9.295 empregados, os transportes e comunicações com 5.317, o comércio com 4.534, os serviços com 4.420, o que revelava a importância das atividades do setor urbano. Mas, ao mesmo

tempo, nada menos que 17.934 habitantes exerciam atividade agropecuária, o que também expressava a importância deste setor (Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1940).

Os dados da população economicamente ativa (PEA) do censo de 1940 confirmam, simultaneamente, a pujança da vida urbana campineira assim como a grande importância da agropecuária. Tinha-se 39,6% da PEA no setor primário, 20,2% no setor secundário e 40,2% no setor terciário (BAENINGER, 1996, p. 41).

Neste período, grande parte deste terciário resultava diretamente das atividades rurais, como a rede bancária e o comércio. O mesmo ocorria com o setor secundário quando a industrialização ainda se atrelava às atividades agropecuárias.

No período de 1940 a 1960, a face urbana do município esteve concentrada no distrito de Campinas (tabelas 4.4, 4.5 e 4.6), que também sempre foi o mais populoso, com mais de 80% de seus habitantes. Em 1960 o distrito de Sousas fortaleceu-se como um núcleo urbano, mas ainda possuía 56,5% de população rural (Tabela 4.4).

Tabela 4.5 – Distribuição da população rural e urbana por distritos
Município de Campinas
1940

Município e distritos	População			%		
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Total
Campinas	106252	77779	28473	73,2	26,8	100,0
Cosmópolis	5896	1433	4463	24,3	75,7	100,0
Rebouças	5188	1299	3889	25,0	75,0	100,0
Sousas	5786	1491	4295	25,8	74,2	100,0
Valinhos	6818	2053	4765	30,1	69,9	100,0
Município Campinas	129940	84055	45885	64,7	35,3	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1940.

Tabela 4.6 – Distribuição da população rural e urbana por distritos
Município de Campinas
1950

Município e distritos	População			%		
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Total
Campinas	123214	99156	24059	80,5	19,5	100,0
Paulínia	7359	589	6770	8,0	92,0	100,0
Sousas	6150	1310	4840	21,3	78,7	100,0
Sumaré	5850	1559	4291	26,7	73,4	100,0
Valinhos	9974	4220	5754	42,3	57,7	100,0
Município Campinas	152547	106834	45713	70,0	30,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1950.

Os demais distritos, dispersos pelo território municipal, constituíam-se em pequenos núcleos, mas com população predominantemente rural (tabelas 4.4, 4.5 e 4.6). Suas origens foram relatadas no capítulo 2.

Analisa-se, a seguir, a evolução da participação relativa da população urbana e rural através de suas taxas de crescimento.

Entre 1940-1950 o município apresentou uma taxa de crescimento de 1,5% a.a. Voltou a crescer, fruto de seu crescimento vegetativo (21.244 habitantes) e também da vinda de imigrantes que foram 1.363.

Porém, a partir de 1950 o município cresceu, por três décadas consecutivas, a taxas muito altas, superando os valores nacionais. Entre 1960/1970 foi superior a 6% a.a. Somente em 1980/1991 esta taxa se reduziu bastante, para cair ainda mais em 1991/2000 (1,5% a.a.). Estas últimas taxas acompanharam o movimento declinante das taxas nacionais e do estado de São Paulo, refletindo a queda da fecundidade, embora com porcentagens superiores, e o declínio da migração, seja rural-urbano, seja inter-municipal, inter-estadual e inter-regional.

Tabela 4.7 - Taxas anuais de crescimento da população rural e urbana
Município de Campinas
1940 a 2000

Períodos	Taxas de Crescimento (% a.a.)		
	População Rural	População Urbana	População Total
1940/1950	-1,3	2,4	1,5
1950/1960	-1,5	6,1	4,8
1960/1970	5,4	6,3	6,1
1970/1980	5,7	5,9	5,9
1980/1991	-10,1	3,1	2,2
1991/2000	-3,7	1,6	1,5

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1940 a 2000.

Obs: As taxas são relativas à população da Tabela 4.1.

Este crescimento constante, e com tão altas taxas, resultou num aumento muito grande do contingente populacional. De 112.038 habitantes, em 1940, chegou-se a 969.396 em 2000.

Em termos absolutos, o aumento entre 1960/1970 foi de 168.798 habitantes, número superior a toda população de 1950; entre 1970/1980 foi de 248.702, volume bem superior a da população total de 1960. A partir da década de 80, muito embora as taxas de crescimento já fossem bem reduzidas, esses volumes ainda continuaram altos, apesar de descendentes. Esses valores explicam-se por um lado, por suas taxas, mas também por seus elevados volumes. A migração foi o componente demográfico mais importante destas alterações.

Tais períodos corresponderam ao grande desenvolvimento industrial do município, com a implantação de grandes empresas multinacionais, que resultaram na consolidação de Campinas como um grande centro econômico do interior do estado.

O centro dinâmico da economia local consolidou-se como urbano industrial e a agropecuária passou a ocupar posição secundária.

Foi já neste período que a Unicamp foi implantada, assim como um conjunto de outras atividades e serviços, que acompanhavam e davam suporte ao dinamismo econômico da cidade. Todo este crescimento era também reflexo do processo de desconcentração que ocorria no estado de São Paulo (BAENINGER, 2001).

Verifica-se, a seguir, como essa população distribuiu-se no interior do município. A Tabela 4.7 mostra como as taxas de crescimento da população urbana acompanharam o movimento das taxas do município, mas com valores superiores. Isto significou que a população foi se concentrando, cada vez mais na cidade, aumentando o grau de urbanização do município. Seu contingente, que em 1950 era de 100.465 habitantes, chegou a 953.218 no ano de 2000, correspondendo a 98,3% do total da população. Isto é, praticamente aumentou dez vezes em cinqüenta anos, revelando um enorme crescimento. Do ponto de vista da densidade demográfica, significou uma alteração de 198,18 hab/km² para 2.383,05 hab/km² (Tabela 4.1).

Por outro lado, as taxas de crescimento da população rural foram muito distintas das urbanas, seguindo movimento inverso, chegando a apresentar valores negativos.

Entre 1940/1950 teve-se uma perda populacional correspondente a uma taxa de -1,3% a.a. Essa emigração decorria, em grande parte, da diversificação da agricultura e da continuidade da erradicação do café. Tradicionais fazendas de Campinas passaram a ser parceladas, expulsando a sua mão de obra residente. Coincidiu com um cenário político nacional de regime autoritário e marcado pela 2ª Guerra Mundial. Com a guerra, as exportações agrícolas reduziram-se muito, o que repercutiu na economia do município, mas principalmente nas atividades rurais.

Esses emigrantes dirigiram-se à cidade e às outras áreas de fronteira agrícola. Além disso, continuava diminuindo a chegada de imigrantes com o fim da imigração subsidiada, em 1927, que alimentava o crescimento populacional (BAENINGER, 1996, p. 42). Tais fluxos fizeram parte dos deslocamentos de população rural, apontados por Martine (1990), que se dirigiram para as áreas de fronteira interna e para as cidades. A perda de 1940/1950 refletiu também o período em que se definiu a reorientação da base econômica do município, em detrimento da atividade agropecuária. O desmembramento do distrito de Cosmópolis, em 1944, também provocou uma perda significativa de população rural, pois, no censo de 1940, 76% de seus habitantes residiam no campo.

Na década seguinte, a perda populacional manteve-se com taxa negativa. Foi neste período que foram implantadas a Colônia Tozan, na região norte, e o Bairro Pedra Branca, ambos os loteamentos voltados para pequenos produtores agrícolas. Porém, as novas famílias não formavam um contingente tão grande que chegasse a compensar o fluxo dos que estavam migrando das propriedades parceladas para loteamentos urbanos, como já se viu no capítulo 2.

Neste período, um conjunto de fatores responderam pela continuidade da perda populacional. Foram a redução da importância da agropecuária no município, a erradicação da cultura do café, o fluxo em direção ao Paraná e a atração pela vida urbana (MARTINE, 1990). Os valores das taxas de crescimento da PEA, para o setor primário do estado de São Paulo, no período de 1940 a 1980, foram todos negativos (GONÇALVES, 1989, p.31). Percebe-se assim como ocorreu em Campinas o processo

que se desenvolvia em todo o estado, orientado pelo novo padrão de acumulação da economia, caracterizado pela subordinação da agricultura à indústria.

De 1960 a 1980 as taxas de crescimento da população rural foram altas, atingindo 5,7% a.a. em 1970/1980. Em 1970 a população rural foi de 41.883 habitantes e em 1980 chegou a 73.151 habitantes.

Esses valores são atípicos, considerando-se os períodos mais recentes da história do município. Tais volumes são muito superiores aos dos períodos anteriores, quando o município era muito mais agrícola e a agricultura empregava muito mais mão de obra. Na verdade, nem em 1934, ano em que se encontrou pela primeira vez informações sobre população rural e urbana para o município, este valor foi alcançado. Em 1934, a população rural era de 63.809 habitantes e representava 48% da população total (BADARÓ, 1986). Embora esse aumento coincida com o período de intenso crescimento do município pode parecer estranho que a população rural tenha crescido tanto (5,7% a.a.). Vários elementos explicam os valores encontrados.

O fator mais importante foi a contagem de população urbana como rural. Como já se viu, a mancha urbana da cidade cresceu muitas vezes de forma desconexa do núcleo central urbano e se localizou em áreas periféricas, provavelmente ainda rurais. Segundo Bernardo (2002), em 1978 a mancha urbana era de 152,39 km² enquanto a área do interior do perímetro urbano, em 1979, era de 141,25 km². Tinha-se 11,13 km² de mancha urbana fora do perímetro urbano. E, como se pode observar pela Tabela 2.4 do capítulo 2, foi entre 1979 e 1981 que a área interna ao perímetro urbano apresentou seu maior crescimento, de mais de 227 km². O acompanhamento da legislação relativa

à evolução do perímetro urbano de Campinas é que demonstra como estes fatos repercutiram na contagem populacional.

Dado que os valores da população rural de 1980 apresentam problemas, estes foram muitas vezes relativizados neste trabalho, e parte da análise sobre a população restringiu-se somente a 1991 e a 2000.

A Lei Federal 6.766 de 19 de dezembro de 1979 (Lei Lehmann) dispunha sobre o parcelamento do solo urbano e exigia que loteamentos urbanos só poderiam ser aprovados quando inseridos nas zonas urbanas. Portanto os municípios deveriam demarcar um perímetro que contivesse uma área de expansão da cidade. Em 9 de julho de 1980, a lei municipal nº. 5.001 definiu uma faixa intermediária entre as zonas urbana e rural, chamada de zona de expansão urbana. Esta faixa incorporou cerca de 10 milhões de m² à zona urbana, passíveis de serem urbanizadas.

Em 21 de julho de 1981, a lei municipal 5.120 incorporou mais 86,5 milhões de m² à área urbana.

Mas foi somente no censo de 1991, que implantou-se pela Lei nº. 6.108 de 25 de outubro de 1989, elaborada especificamente para fins estatísticos do IBGE, que foi possível a realização de uma contagem populacional que atualizava o descompasso entre o crescimento da mancha urbana que estava localizada no espaço rural.

Em virtude das razões acima apontadas, entre 1980 e 1991, constatou-se uma perda de população rural bastante acentuada. Esta ficou reduzida no período 1980/1991 a 50.480 habitantes. Isto correspondeu a taxa de crescimento negativa, de -10,1% a.a.

A Lei 8.161 de 16 de dezembro de 1994 ratificou a Lei 5.120 de 1981 e extinguiu a zona de expansão urbana, incorporando-a à zona urbana e foi utilizada para o Censo 2000.

Entre os censos de 1991/2000, a população rural reduziu-se por 6.493 habitantes e correspondeu à taxa de crescimento negativo de -3,7% a.a. Consequentemente, a percentagem da população rural em relação à do município caiu de 11% em 1970 e 1980 para 2,7% em 1991, atingindo 1,7% em 2000.

Realizou-se assim uma reclassificação das áreas e de sua população, permitindo corrigir e esclarecer as distorções. Em 15 de setembro de 2000, a Lei Municipal 10.617 transformou sete fazendas em zona urbana, incorporando mais de 10 milhões de m² na região norte do município, no distrito de Barão Geraldo. Suas conseqüências populacionais só serão captadas no próximo censo demográfico. Outro fator que também contribui para a discrepância dos valores é o fluxo migratório ocorrido durante este período. Verificou-se que, em 1980, o meio rural de Campinas tinha 35.650 migrantes¹⁵, praticamente 50% de seus habitantes. É um contingente até superior ao que o rural apresentou na década de 40, época da ainda grande importância da atividade agropecuária. Como realmente as maiores taxas de crescimento do município ocorreram entre 1960 e 1980, e foram superiores a 5% a.a., o que deve ter ocorrido é que um contingente bem maior que o usual de migrantes dirigiu-se inicialmente para as áreas rurais.

As explicações acima arroladas apenas procuram esclarecer as distorções encontradas. No entanto, os dados confirmam que houve uma perda real de população

¹⁵ Migrante - aquele que nasceu em outro município, mas reside em Campinas há menos de dez anos.

rural do município. O avanço da modernização da agricultura e as transformações do mercado de trabalho agrícola contribuíram para as perdas populacionais. ... “e a redução geral do emprego pelo aumento da mecanização e substituição de atividades rurais intensa na década de 80. Entre os Censos Agropecuários de 1985 e 1996 verificou-se que o número de empregados agrícolas sofreu uma forte redução no país como um todo” (KAGEYAMA, 2004).

Deve-se lembrar ainda o componente denominado “redução do tempo de permanência do migrante”, caracterizado pela maior brevidade do período da condição de imigrante em cada localidade. Na medida em que o contingente de migrantes, entre a população rural, foi significativo, o fluxo decorrente deste componente contribuía para as perdas populacionais.

O aparecimento, em Campinas, da praga conhecida como “bicudo” na cultura do algodão, entre 1983/1984, é bem apropriado como exemplo de alterações da dinâmica da produção agrícola e suas repercussões na dinâmica demográfica.

Até o aparecimento do “bicudo” em Campinas o algodão foi uma cultura economicamente importante, tanto neste estado como neste município. Durante muitos anos, Campinas foi o maior produtor do estado. Segundo a série histórica de 1961/1983 da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, este município produziu sempre mais de seis milhões de quilos de algodão ao ano, e em situações excepcionais 20 milhões de quilos.

Até o seu desaparecimento, ocorrido depois de 1984, era essencialmente uma cultura de pequeno produtor. A tecnologia utilizada não exigia muito investimento em agrotóxicos, dados as variedades e os tratamentos culturais utilizados. Além disso, os

produtos eram pouco tóxicos ao trabalhador. A área média de cada produtor era de 15 ha. Além de sua importância econômica e social, era uma cultura intensiva em mão de obra e, portanto, geradora de emprego. Duas grandes propriedades, as Fazendas Santa Genebra e Monte D'Este participavam da estratégia da Secretariada Agricultura para a produção de sementes selecionadas. Em decorrência de Decreto-Lei de 1934, a produção de sementes de algodão passou a ser monopólio estatal. O trabalho científico dos pesquisadores do Instituto Agrônômico, voltados para obter variedades novas, geneticamente selecionadas, associado ao dos extensionistas da Secretaria da Agricultura, que orientavam os tratos culturais adequados, garantiu durante um longo período o controle da produção do algodão neste Estado. As sementes selecionadas eram entregues às Fazendas Santa Genebra e Monte D'Este para reprodução e multiplicação, sob estrita orientação da Secretaria da Agricultura. O beneficiamento das sementes era feito na Fazenda Santa Elisa, do IAC. Em seguida, eram fornecidas aos produtores do estado.

A Fazenda Santa Genebra chegou a plantar 800 ha de algodão e a ter 50 famílias morando na propriedade, como parceiros, e a Fazenda Monte D'Este cultivava 200 ha.

O desaparecimento repentino desta cultura no município acabou levando ao fim do controle da produção de sementes pelo poder público e atingiu principalmente os pequenos produtores. O padrão tecnológico permitia boa produtividade com custos de produção acessíveis, pois era pouco exigente no uso de agrotóxicos.

Com a desativação da participação das Fazendas já citadas, e o abandono dessa cultura pelos pequenos agricultores, o algodão desapareceu de Campinas. Toda

a produção do Estado também foi afetada. Para os grandes proprietários, a cana-de-açúcar foi a alternativa adotada. Como se verificou no capítulo 3, as citadas Fazendas arrendaram aquelas glebas para a produção de cana-de-açúcar destinada a Usina Esther. Para os trabalhadores rurais, isto significou uma redução do mercado de trabalho e, para muitos, também a perda da residência. As colônias da Fazenda Santa Genebra foram desativadas e apenas duas daquelas famílias de parceiros ainda permanecem, como empregados. Com certeza o aparecimento do “bicudo” redundou numa redução da população rural.

Como resultado do acentuado e constante crescimento da população urbana e da redução da população rural, as porcentagens das mesmas em relação à população do município, foram se alterando.

É dentro deste contexto que essas porcentagens devem ser interpretadas, a fim de que não se façam avaliações equivocadas. Houve, sim, um despovoamento do rural, mas sem o porte que pode aparentar quando se considera aquela porcentagem isoladamente. É sempre bom lembrar que as comparações entre o rural e o urbano devem ser feitas com cuidado, na medida em que as variações percentuais sobre universos pequenos não tem o mesmo significado que variações semelhantes sobre universos bem maiores.

Como a população do município de Campinas cresceu a taxas muito altas, (superiores a 5,5% a.a.), o número de seus habitantes entre 1970 e 1991 mais que dobrou. Isto significou uma demanda por equipamentos sociais e infra-estrutura em escala inusitada para os padrões anteriores, que a administração pública e a sociedade em geral não conseguiram equacionar satisfatoriamente, marcando uma crescente

deterioração das condições de vida da cidade (MIRANDA, 2002). Como este período coincidiu com fases desfavoráveis do setor agropecuário, o rural do município certamente contribuiu, através da migração rural-urbana, para as dificuldades da vida urbana campineira. Mais uma vez, pôde-se constatar a interdependência das relações entre a cidade e o campo.

Antes de se analisar a distribuição da população rural no período mais recente, em seu território, serão apresentadas outras alterações ocorridas no mesmo:

- Em 30 de dezembro de 1953 criou-se, através da Lei nº. 2.456, o distrito de Barão Geraldo, com território desmembrado do distrito sede e do distrito de Paulínia. Por esta mesma Lei foi criado o município de Valinhos, já comentado anteriormente.
- Em 18 de fevereiro de 1959 foi criado o distrito de Joaquim Egídio, desmembrado do distrito de Sousas.
- Em 28 de fevereiro de 1964, através da Lei nº. 8.092, foram criados o distrito de Nova Aparecida e o município de Paulínia. Nova Aparecida foi desmembrado do distrito sede e do 2º subdistrito (Santa Cruz), do município de Campinas.

Através destas mudanças, o município passou à superfície territorial de 795,7 km², área que apresenta até hoje e a contar com 5 distritos, a saber, Campinas, Barão Geraldo, Joaquim Egídio, Nova Aparecida e Sousas.

A observação da Tabela 4.8 com a distribuição da população rural, por distrito, entre 1980 e 2000, indica como a perda de população ocorreu em todos eles. Duas situações se destacaram: Joaquim Egídio e Nova Aparecida. Esta última, pelo

desaparecimento completo da população rural, e a anterior por sua relativa estabilidade.

Tabela 4.8 - Distribuição da população rural por distritos
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000

Distritos	População Rural					
	1980	%	1991	%	2000	%
Campinas	56532	77,3	17992	79,4	13114	81,1
Barão de Geraldo	6048	8,3	1944	8,6	717	4,4
Joaquim Egídio	1674	2,3	1690	7,5	1593	9,9
Nova Aparecida	5473	7,5	429	1,9	0	0,0
Sousas	3424	4,7	616	2,7	754	4,7
Total	73151	100,0	22671	100,0	16178	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

No caso de Nova Aparecida, este fato explica-se por esta área estar urbanizada, restando apenas um espaço, onde são produzidas hortaliças, na situação conhecida como “agricultura urbana”. Situação semelhante ocorre na região sudoeste, com uma área urbana que produz violetas e outra, bromélias. No projeto de alteração do Plano Diretor da Cidade, apresentado na gestão da Prefeita Izalene Tiene, foi proposta a reclassificação daquele espaço agrícola como rural.

No caso de Joaquim Egídio, a sua população rural praticamente não se alterou entre 1980 e 1991 e reduziu-se um pouco em 2000, revelando uma estabilidade incomum no município. De todos os distritos, Joaquim Egídio é o menos urbanizado e o que mais tem preservado as suas características rurais. Mesmo a sua população urbana mantém-se estável, no que difere de Sousas. O último loteamento urbano de Joaquim Egídio é anterior a 1963. Joaquim Egídio foi o distrito menos atingido pela urbanização de áreas rurais, que ocorreu principalmente entre 1970 e 1980. Assim, ele se iniciou com uma população rural de 1.967 habitantes no censo de 1960, em 1970

teve essa população reduzida para 1.821 e em 1980 para 1.674. Isto revelou que o seu território ficou à margem do forte movimento de ocupação de áreas rurais por população urbana e também da forte presença de imigrantes. Isto se explica, por um lado, por sua localização geográfica no município, que é ainda relativamente distante e pouco integrada ao centro da cidade por meio de transporte coletivo. Assim, não se colocou como área atraente para moradias populares. Por outro lado, devido à valorização de suas terras, e por não sediar muitas atividades produtivas, não se configurou como um mercado de trabalho dinâmico.

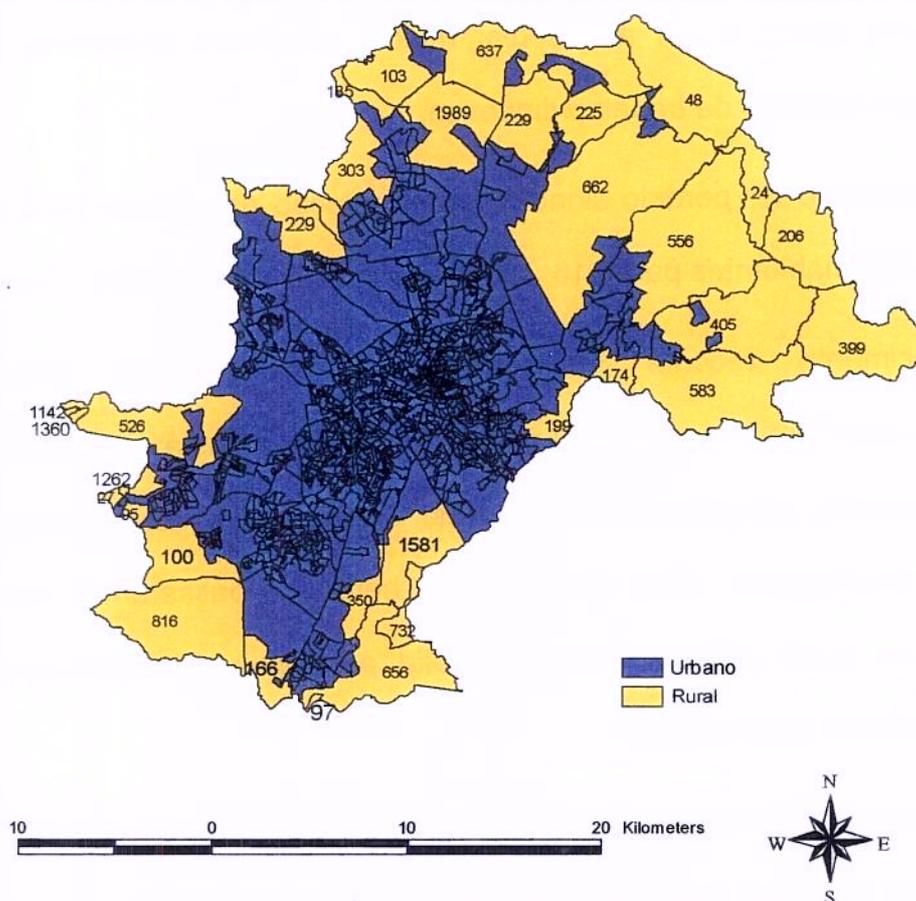
Sousas, apesar de ter perdido significativa população rural entre 1970 e 1991, reduzindo-se de 2.574 habitantes para 616, recuperou população em 2000 (Tabela 4.8).

Este crescimento recente provavelmente explica-se em função do desmembramento que vem ocorrendo em parte das fazendas desta área de APA, ora em função de heranças, ora pela venda de terras. Geralmente os novos proprietários contratam novos empregados. Além disso, alguns herdeiros passaram a residir nas propriedades, como parte do movimento de volta ao campo. Conseqüentemente, ocorreu um crescimento populacional.

A distribuição espacial dessa população, por setor censitário, visualizada através do Mapa 3.4, indica as áreas com maior concentração populacional. Destacaram-se a região sudeste, correspondente ao Pedra Branca, Saltinho, Bairro Reforma Agrária e arredores, com 3.416 habitantes; o setor censitário 1.187, ao norte, localizado entre a Ciatec e o conjunto do Village, que corresponde à fazenda Monte D'Este e à Colônia Tozan, com quase 2000 moradores; à sudeste, os núcleos do Fogueteiro e Friburgo e arredores, na direção dos limites com Indaiatuba, com 1.082 habitantes.

Como já se viu no item 3.1, essas duas regiões ao sul são predominantemente ocupadas por de pequenos produtores familiares e a do norte contém a fazenda Monte D'Este, que continua como uma propriedade agropecuária produtiva, e a Colônia Tozan, também de pequenos produtores.

Mapa 4.1:
População rural por setores censitários
Município de Campinas, 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Nessas áreas, nas quais e prevalecem às unidades produtivas familiares e em que se constatou um predomínio da atividade agropecuária, a densidade populacional foi maior. Portanto, as áreas rurais que têm retido população são aquelas que continuam se mantendo como produtivas. Dentre estas, destacam-se as que se

dedicam à agropecuária, confirmando a sua importância no espaço rural. Por outro lado constatou-se que cresceu a porcentagem do número de domicílios e de trabalhadores rurais não agrícolas, que em 2000 estavam em torno de 60%. Isto indica que para muitos o rural está sendo usado como local de residência. Esta constatação sugere que deve estar ocorrendo um fluxo diário de moradores do rural para trabalhar na cidade, explicitando a intensificação da interação rural/urbana.

Portanto, verificou-se que ao mesmo tempo em que a atividade agropecuária se manteve como uma atividade importante e retentora de população, a maior parte da população residente rural tem se ocupado com atividades não agrícolas.

As áreas de maior dispersão populacional foram encontradas na APA, principalmente na direção dos limites com Pedreira, em propriedades que se estendem até as margens do Rio Jaguari, uma das reservas hídricas do município. A pequena expressão de atividade econômica desta área rural explica o seu despovoamento.

Os dados até aqui apresentados revelam não só as grandes diferenças das populações urbana e rural de Campinas, quanto ao seu volume, mas também quanto à sua densidade demográfica. O Mapa 4.1, com a distribuição da população rural por setor censitário, espacializa estes dados, permitindo visualizar melhor como aquela se distribuía em 2000. Através dele, confirmou-se uma das características mais utilizadas e consensuais para a identificação das áreas rurais que é a sua baixa densidade demográfica.

Porém, constatou-se também que o contingente populacional que reside no campo não é residual. O capítulo 3 expõe sobre o significado de sua presença nesse espaço, seja do ponto de vista econômico ou social.

Por outro lado, como já foi anteriormente comentado, este município, principalmente a partir da década de 1930, contou com dinâmico setor ligado aos empreendimentos imobiliários. Este setor, que abarca o parcelamento do solo, construção, incorporação, vendas e financiamento, teve uma marcante presença no desenvolvimento do município. Iniciado por grupos locais, muitos deles consolidados em empresas de porte, passou a contar no passado mais recente com a participação de outros grupos nacionais que para cá se dirigiram – o que também já foi anteriormente mencionado.

Na medida em que o município de Campinas apresenta um vigoroso processo de urbanização, contando com um setor imobiliário dinâmico, e ainda tem um extenso território pouco povoado, é perfeitamente cabível perguntar: o rural vai acabar em Campinas?

As questões que se colocam são as seguintes:

- a nova configuração socioespacial do rural está caminhando para adquirir uma identidade própria, nova e peculiar?

ou

- as mudanças recentes revelam simplesmente uma transição face a um inexorável avanço da urbanização, que incorporará as áreas rurais do município?

4.2 – Características da população rural

Apresenta-se a seguir as características demográficas da população rural residente no rural contemporâneo de Campinas, referentes a sexo, idade, escolaridade, ocupações, migrações, condições de vida e renda.

4.2.1 – Composição da população por sexo e idade

A composição etária da população rural vem apresentando alterações nas últimas décadas. As pirâmides referentes a 1980, 1991 e 2000 refletem essas mudanças. A de 1980 possui a forma triangular com base larga, indicando elevada taxa de fecundidade. A de 2000 uma forma mais arredondada e de base reduzida, indicando queda da taxa de fecundidade, acompanhando o que se verificou no país como um todo.

Essas pirâmides são também distintas das que se referem à população urbana do município, principalmente em 1980 e 1991. Em 2000, as diferenças já não são tão acentuadas (Gráfico 4.1). Nota-se que as alterações da população urbana e rural, quanto à composição etária, sinalizam para um movimento convergente (Anexo IV).

Verificou-se também que o peso relativo dos diversos grupos etários alterou-se em relação ao conjunto da população rural.

Assim, de 1980 a 2000, o grupo de jovens com menos de 15 anos reduziu-se em 10% e, em 2000, a proporção deste grupo foi de 30,4%. O segmento dos adultos, entre 15 e 64 anos cresceu, e representou 63%. O grupo de idosos cresceu bastante e, em 2000, representou 6,5% da população rural (Tabela 4.9).

Tabela 4.9 - Distribuição relativa da população por grupos etários
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000

Ano	Grupos Etários (%)					
	População Rural			População Urbana		
	até 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais	até 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais
1980	40,5	57,2	2,4	30,8	64,9	4,4
1991	35,1	61,3	3,6	28,6	66,2	5,2
2000	30,4	63,1	6,5	23,9	69,5	6,6

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Tinha-se assim, em 2000, um predomínio de população adulta, uma participação expressiva de jovens com menos de 15 anos e um grupo de idosos que vem aumentando a sua participação no contingente populacional. O rural de Campinas acompanhou o processo de envelhecimento da população que vem acontecendo no país (BERQUÓ, 2000).

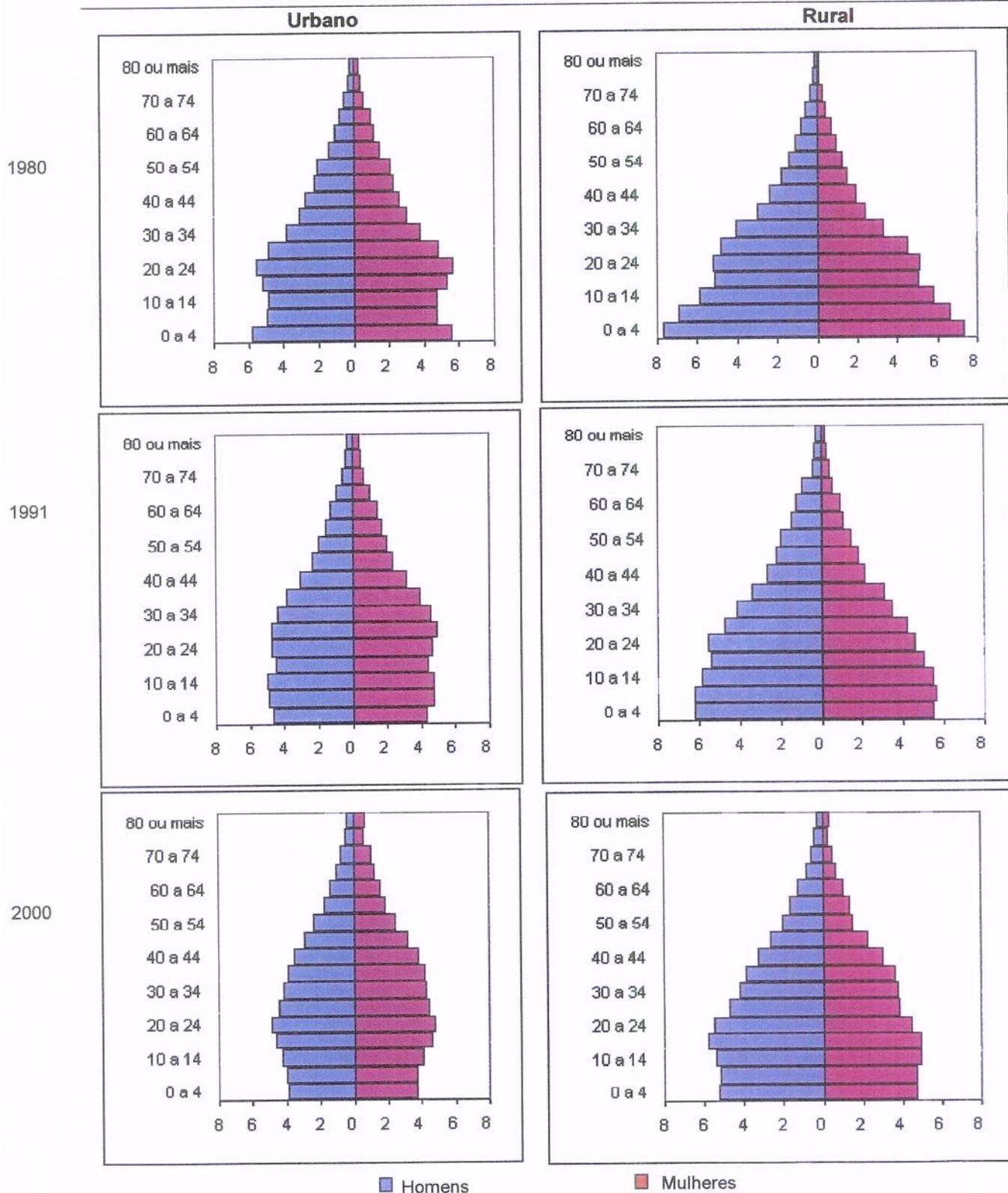
Essas diferenças relativas à composição por faixa etária ficaram bem visíveis na razão de dependência, que relaciona a proporção entre a população considerada demograficamente dependente (menor de 15 e maior de 65 anos) com a considerada demograficamente ativa (entre 15 e 65 anos). Apesar de, para o rural, ela ter se reduzido bastante, ela é sempre maior para o urbano. Quanto mais alta a razão maior, é a carga que recai sobre a população ativa. Verifica-se, portanto, que, apesar das reduções, esta situação ainda se mantém mais desfavorável para a população rural (Tabela 4.10).

Tabela 4.10 - Razão de Dependência
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000

Ano	Rural	Urbana	Total
1980	75,0	54,2	54,2
1991	62,2	51,0	51,0
2000	52,8	43,8	44,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

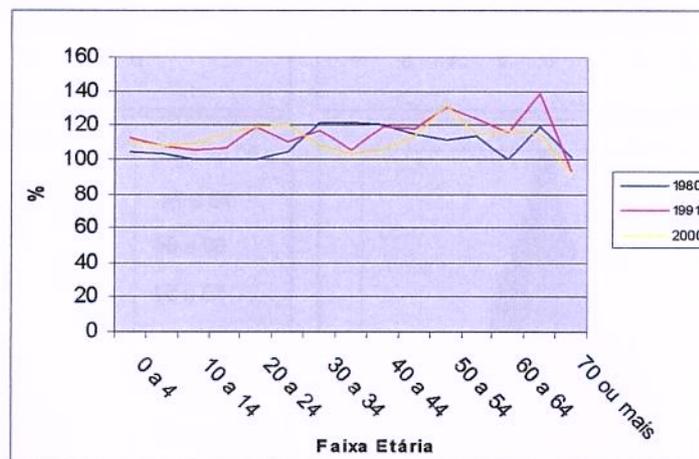
Gráfico 4.1 - Estrutura etária da população urbana e rural
Município de Campinas, 1980, 1991 e 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

A composição da população do município de Campinas, por sexo, revela o predomínio da população feminina. A consideração das populações rural e urbana, separadamente, demonstra que o contingente feminino concentra-se na cidade. Assim, em 2000, de uma população total de 969.396 habitantes, tinha-se, na cidade, 25.930 mulheres a mais do que homens.

Gráfico 4.2 - Razão de Sexo, por faixa etária - Rural
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Gráfico 4.3 - Razão de Sexo, por faixa etária - Urbano
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Os gráficos 4.2 e 4.3 demonstram que a razão de sexo, no período de 1980 a 2000, foi sempre superior no rural. O que chamou a atenção foi a semelhança da evolução dessa razão nas faixas de população mais jovem, destacando-se o grupo entre 15 e 29 anos em 2000 e de 20 a 34 anos em 1991. Destacou-se também o pico que ocorreu em 1991 e 2000 na faixa entre 50 e 54 anos. Em 1991, notou-se um segundo pico entre o grupo de 65 a 69 anos (Anexo IV).

Segundo Camarano (1999), nos fluxos de origem rural, com exceção da década de 1960, predominaram as mulheres. Uma das conseqüências desta migração diferencial por sexo foi o aumento da razão de sexo rural e uma redução nas áreas urbanas. E, conseqüentemente, uma crescente masculinização do meio rural. Outra constatação de seu estudo é que “são cada vez mais jovens os que têm deixado o campo” (CAMARANO, 2006, p.4).

É muito provável que a masculinização da população rural de Campinas se explique pelas mesmas razões do estudo citado.

Algumas hipóteses levantadas por Camarano (1999) para a maior emigração feminina que precisam ser investigadas parecem válidas para Campinas. Seriam: uma relação diretamente ligada para com a oferta de trabalho na cidade e à expansão do setor de serviços; dinâmicas familiares em que as jovens têm uma carga de trabalho pesado nas unidades domésticas, sem contrapartida que lhes sinalize para uma valorização efetiva; uma associação entre processos migratórios e formação educacional.

Esta característica do perfil da população do rural contemporâneo não apresenta sinais para uma convergência com a população da cidade.

4.2.2 - Escolaridade

Os avanços relativos à escolaridade da população rural foram significativos. A porcentagem de analfabetos, entre a população maior de 5 anos no período de 1980 a 2000, reduziu-se de 25,7% para 13,7%. Na cidade este percentual é bem inferior, com 7,2% (Tabela 4.11).

Tabela 4.11 - Porcentagens de analfabetos da população rural e urbana
Município de Campinas
1980-1991-2000

		Analfabetos
Rural	1980*	25,7
	1991	22,2
	2000	13,7
Urbano	1980*	12,4
	1991	10,4
	2000	7,2

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Obs. Foi considerada a população de mais de 5 anos.

* Foi excluído "sem declaração".

Os ganhos em relação ao aumento de população alfabetizada foram maiores entre 1991 e 2000, e foram importantes em todos os grupos etários (Tabela 4.12). Os avanços mais acentuados ocorreram entre a população com menos de 30 anos. Assim, para a população de 10 a 24 anos, aproximou bastante do índice de 100% de alfabetizados.

Tabela 4.12 - Porcentagens de analfabetos e alfabetizados
Município de Campinas - Rural
1980 - 1991 - 2000

Idade	% Analfabetos			% Alfabetizados		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
5 a 9	60,2	60,0	45,6	37,6	40,0	54,4
10 a 14	9,6	7,9	2,0	90,2	92,1	98,0
15 a 19	8,0	9,9	3,4	92,0	90,1	96,6
20 a 24	10,3	10,7	1,6	89,5	89,3	98,4
25 a 49	23,9	18,9	9,2	76,0	81,1	98,8
50 e mais	53,5	36,4	29,5	46,1	63,4	70,4
Total	25,7	22,2	13,7	73,8	77,8	86,3

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Considerou-se a população maior de cinco anos porque se pode assim observar melhor o diferencial entre as gerações.

As maiores taxas de analfabetismo dos grupos de idade mais avançadas resultam das deficiências do ensino em anos passados. Os níveis mais próximos de zero, para os grupos etários mais jovens captam o avanço do ensino formal que vem acontecendo de forma gradativa e constante nas últimas décadas.

Fica evidente pelos resultados da Tabela 4.11 que, no rural, esses avanços chegaram mais tardiamente e mais lentamente. Conseqüentemente, ainda mantém uma escolaridade bem inferior a do meio urbano. E o grande salto, que aparece de forma expressiva em 2000, resulta da municipalização do ensino. Esta iniciou-se em Campinas em 1996, com a escola única para todos além da condução gratuita regular para o transporte até às escolas da cidade do município.

No entanto, as dificuldades decorrentes da persistência de cerca de 13% de analfabetos evidencia-se quando constatada entre os chefes de domicílios. Se em 2000 tinha-se 86,6 de chefias alfabetizadas, 13,4% permaneciam analfabetos. Os avanços foram grandes, pois em 1980 os chefes analfabetos eram 22% e em 1991 cerca de 17%. No entanto, 13% de analfabetos, entre aqueles que acumulam a responsabilidade de serem chefes de família, não é pouco e expõe uma situação mais grave. Este segmento social, no urbano, equivale a uma porcentagem menor que a metade daquela do rural (Tabela 4.13). Mas é importante ressaltar que apesar de seu pequeno valor porcentual representa um contingente expressivo de chefias analfabetas (13.460).

Tabela 4.13 - Chefes de domicílios, rurais e urbanos, com mais de 10 anos alfabetizados e analfabetos (%)
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000

	Rural			Urbano		
	1980*	1991	2000	1980*	1991	2000
Alfabetizadas	77,8	82,5	86,6	89,9	92,5	95,2
Analfabetos	22,0	17,5	13,4	9,2	7,5	4,9
Total	99,9	100,0	100,0	99,1	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

* Foram excluídas as categorias esqueceu e sem declaração de 1980, pois em 1980 e 2000 não havia estas categorias.

O acesso à escola melhorou para o grupo entre 7 e 14 anos. Na cidade os ganhos foram muito mais expressivos, particularmente entre 1980 e 1991. Para o rural, a melhora mais importante ocorreu na década seguinte. No entanto essa não é tão expressiva quanto à porcentagem sugere, pois houve, simultaneamente, uma redução desse grupo etário (Tabela 4.14).

Tabela 4.14 - População rural e urbana, de 7 a 14 anos, que não frequenta a escola (%)
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000

Ano	Rural	%	Urbano	%
1980	3857	27,1	11056	12,2
1991	1056	25,0	11907	9,2
2000	200	7,2	4252	3,4

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Como já viu anteriormente, Campinas a municipalização do ensino fundamental foi implementada em 1996. As escolas rurais estaduais foram desativadas e os estudantes deslocam-se, diariamente, entre o campo e a cidade, através de condução gratuita.

Desta forma, a população estudantil do rural passou a ter acesso às escolas públicas com padrão único e uma interação regular com a vida urbana, participando do movimento pendular campo/cidade. Para se ter uma idéia deste fluxo, segundo a

Secretaria de Educação de Campinas, 876 alunos foram transportados por dia, em 2000, número que passou a 1.030 em 2004. Esse transporte ocorre em três turnos, inclui o ensino noturno, mas não é oferecido em todas as áreas rurais. A intensificação da interação com a vida urbana certamente trará reflexos nos padrões culturais e sociais dos estudantes.

A melhora da escolaridade da população rural jovem reflete a política de expansão do ensino fundamental público para a população em geral.

Tabela 4.15 - Distribuição da população rural e urbana com mais de 10 anos segundo anos de estudo
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000

Anos de estudo	Rural			Urbano		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Sem Instrução	37,0	16,4	10,2	32,6	7,4	4,8
1 a 4 anos	48,3	54,4	42,2	37,3	35,7	25,8
5 a 7 anos	7,7	14,3	20,3	8,7	16,9	16,5
8 anos (ensino fundamental)	3,5	5,1	10,9	7,2	10,7	12,0
9 a 10 anos	0,7	2,1	4,1	1,5	4,7	7,1
11 anos (ensino médio)	1,2	4,2	8,0	5,9	11,1	16,9
12 e mais (ensino superior)	1,0	2,6	4,0	6,3	13,0	16,2
Não Determinado	----	0,1	0,3	----	0,1	0,6
Alfabetização de Adultos	0,8	0,8	0,1	0,6	0,4	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

O acesso à educação formal aumentou significativamente para a população rural de Campinas também nos outros níveis. Como mostra a Tabela 4.15, a porcentagem dos que completaram o ensino fundamental, dobrou de 1991 a 2000, passando de 5,1% para 10,9%. E a porcentagem dos que tinham o segundo grau completo, que era de 1,2% em 1980, cresceu para 4,1% em 1991 e chegou a quase 8% em 2000.

As conquistas relativas à escolaridade da população rural concentraram-se entre os mais jovens, mas ampliaram-se em direção aos grupos etários subseqüentes. Assim,

em 1991, os avanços maiores concentraram-se entre a população com menos de 30 anos. Em 2000, incorporou o grupo com menos de 35 anos. A porcentagem de população com nível superior ainda é pequena, vem crescendo, e chegou a 4% em 2000. Pode estar representando o movimento da busca do rural por segmentos de população urbana de nível socioeconômico mais elevado.

Mesmo com todos esses avanços, a escolaridade da população rural mantém uma grande distância em relação à população urbana. A maior delas foi constatada entre os grupos extremos. Entre os sem instrução e com 1 a 4 anos de estudo, tinha-se um índice de 52,4% para a população rural, e um índice de 30,6% para a população urbana. Dentre os que possuíam curso superior, encontrou-se apenas 4% entre a população rural e mais que o triplo entre a população urbana (16,1%). Mesmo entre os que possuíam o ensino médio completo a distância foi muito grande. Só para os que possuíam o ensino elementar as porcentagens foram semelhantes (Tabela 4.15).

O que se constatou foi que a escolaridade da população rural é baixa, apesar dos avanços obtidos no período mais recente. E o direito fundamental do acesso à escolaridade mínima não chegou para todos, inclusive na cidade.

4.2.3 – Condição de Atividade

A distribuição da população com mais de 10 anos, entre 1980 e 2000, segundo a sua condição de atividade, revelou uma estabilidade da porcentagem dos que estão trabalhando, em torno de 55%. Cresceu significativamente a porcentagem de estudantes, que passando de 12,6% para 25,2%, o que confirma as conquistas quanto

à escolaridade, já comentadas. Houve também um aumento da participação dos aposentados e pensionistas, particularmente entre 1991 e 2000 (Tabela 4.16).

Tabela 4.16 - Situação da população urbana e rural com mais de 10 anos em relação à condição de atividade
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000

Condição Atividade	Rural			Urbano		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Trabalhando	55,7	59,4	55,3	53,9	54,6	50,1
Procurando Trabalho	0,8	1,9	9,2	1,0	2,7	9,8
Estudante	12,6	14,0	25,2	15,0	15,5	24,7
Afazeres Domésticos	24,2	18,8	----	20,9	16,7	----
Aposentado/Pensionista	2,4	2,9	6,7	6,3	7,9	11,0
Sem Ocupação	3,1	1,8	----	1,7	1,5	----
Outros*	1,3	1,4	3,6	1,3	1,2	4,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

* categorias: "vive de renda", "detento" e "doente/invalído".

A presença maior dos aposentados pode estar refletindo, ao mesmo tempo, as facilidades mais recentes para a aposentadoria do trabalhador rural e a busca de uma vida mais próxima à natureza pela população urbana já inativa e de melhor condição socioeconômica. Verificou-se também uma redução daqueles que se dedicavam exclusivamente aos afazeres domésticos. Essa redução pode estar relacionada a maior participação da mulher no mercado de trabalho, que se abriu tanto pelas transformações do campo como pela facilidade de deslocamento para a cidade.

Dentre os que estavam trabalhando, reduziu-se, no mesmo período, a porcentagem dos empregados que foi de 84,8% para 65,2%. O segmento identificado por "conta-própria" cresceu bastante, passando de 9% para 18,5%. O emprego doméstico manteve-se estável, com 12% em 2000. O empregador tem uma pequena participação, que passou de 3,9% para 2,5% (Tabela 4.17). Os dados de campo

confirmaram a continuidade da presença do parceiro ou meeiro, mas não foram quantificados por não terem sido contemplados no Censo Demográfico de 2000.

Tabela 4.17 - Condição da população ocupada em relação à atividade - Rural
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000

Ano	Trabalhador Agricultor volante	Parceiro ou Meeiro	Empregado	Empregador	Conta Própria	Empregado Doméstico	Sem Remuneração	Total
1980	0,7%	0,8%	84,8%	1,1%	9,0%	—	3,1%	100,0%
1991	3,9%	8,4%	61,0%	3,9%	10,2%	11,6%	1,0%	100,0%
2000	—	—	65,2%	2,5%	18,5%	12,0%	1,8%	100,0%

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Quando se analisa os dados por setor de atividade constata-se que a agropecuária ainda é o setor mais importante entre a população ocupada residente no espaço rural (30% em 2000). Daí a necessidade de se ressaltar a sua relevância, seja do ponto de vista social, econômico, ambiental, etc.

Quando se pensa na perspectiva de um maior equilíbrio socioeconômico e ambiental do município é importante considerar a atividade agropecuária. Esta atividade não produz apenas bens econômicos, mas também sociais como a geração de empregos, moradia e alimentos. Além disso, mantém uma população como guardiã da natureza e dos recursos naturais, que necessitam ser conservados para as gerações futuras.

A presença da agricultura traz consigo, ainda, a opção de moradia e a possibilidade do exercício de outras atividades, no rural ou no urbano, para aqueles que buscam por outras ocupações, mas mantêm seus vínculos com a propriedade rural. É uma forma de buscar renda fora da agricultura, mas manter uma vida assentada no meio rural. A agropecuária possibilita a alternativa da pluriatividade.

Entretanto, conforme revelou o trabalho de Kageyama (2004) no estado de São Paulo a população ocupada na agricultura vive majoritariamente em áreas urbanas. E Campinas confirma os resultados encontrados por esta autora, e que serão apresentados no capítulo 5.

Os setores industrial e de serviços, em 2000, ocuparam a mesma posição, mas secundárias em relação à agropecuária (Tabela 4.18).

Tabela 4.18 - Setor de Atividade da população ocupada, rural e urbana (%)
Município de Campinas
1980 - 1991- 2000

Setor de Atividade	Rural			Urbano		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Agropecuária	17,7	38,3	30,4	0,8	0,9	1,0
Extração Mineral	0,4	1,4	0,2	0,1	1,8	0,0
Indústria	39,8	22,5	20,7	38,2	31,2	24,3
Serviços	25,4	23,6	20,7	28,3	29,4	20,0
Comércio	8,4	6,4	9,6	13,1	15,0	18,5
Serviços Sociais	3,5	2,2	5,8	10,7	13,0	17,7
Administração Pública	2,9	1,3	1,4	4,2	4,1	3,8
Outros	1,8	4,3	11,1	4,5	4,5	14,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Em 2000, a população rural que trabalhava ou estudava em outro município era de 1.134 habitantes (7%), revelando que a integração econômica da Região Metropolitana de Campinas inclui a sua população rural. Cerca de 50% deste fluxo intermunicipal ia entre Valinhos (32%) e Monte Mor (21,2%).

Em ordem decrescente, colocaram-se como destinos da pendularidade, Jaguariúna (8,3%), Morungaba (7,7%), Hortolândia e Paulínia (6%), municípios circunvizinhos. Uma parte desse movimento se direcionava para fora da Região Metropolitana de Campinas: São Paulo e Piracicaba (Tabela 4.19). Esta migração

pendular, reveladora da articulação entre a população rural com outros municípios é mais um indício das diversas dinâmicas do rural. Nas entrevistas, apresentadas no capítulo seguinte, foi possível captar não só as diversas formas dessa articulação, assim como algumas motivações das mesmas.

Tabela 4.19 - População rural de Campinas que estuda e/ou trabalha em outros municípios 2000

Município onde trabalha ou estuda	População	%
Valinhos	362	33,1
Montemor	240	22,0
Jaguariúna	94	8,6
Morungaba	87	8,0
Hortolandia	78	7,1
Paulínia	72	6,6
São Paulo	64	5,9
Indaiatuba	24	2,2
Pedreira	24	2,2
Vinhedo	22	2,0
Piracicaba	13	1,2
Sumaré	13	1,2
Total	1093	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Já as posições dos setores de atividades expressam as transformações apresentadas anteriormente, sobre o uso e ocupação do rural, assim como a intensificação da relação rural/urbano. Ao mesmo tempo em que atividades não agrícolas passaram a se desenvolver no rural, parte da população rural também tem passado a exercer atividades na cidade, seja em Campinas ou nos municípios mais próximos.

Na busca de elementos sugestivos de alguma convergência entre os setores de atividade da população ocupada rural e urbana, o que se verificou foi que na cidade há uma maior pulverização das ocupações quanto os setores de atividades, com uma

porcentagem razoavelmente equilibrada entre a indústria, os serviços, o comércio e os serviços sociais. No rural, a diversificação é bem mais restrita, onde ainda se destaca a agricultura. Isto é, o campo e a cidade de Campinas ainda guardam significativas diferenças quanto às ocupações de seus residentes quando consideradas em relação aos seus setores de atividades.

4.2.4 – Renda

Em 2000 dois terços dos chefes dos domicílios rurais obtinham uma renda que variava de mais de dois a mais de cinco salários mínimos. A porcentagem dos chefes que receberam de um a dois salários foi de 23%. E somente 1% dos chefes recebeu menos de um salário. No entanto, havia quase 10% de chefes sem rendimentos, que em números absolutos foi bem superior a 1991.

Porém, observando-se o período de 1980 a 2000, verifica-se uma melhora, para os que receberam a menor e a maior renda. O grupo de chefes de domicílios que receberam entre um e dois salários sofreu uma redução relativa (Tabela 4.20).

Tabela 4.20 - Distribuição da Renda do Chefe de Domicílio*
Município de Campinas - Rural
1980 - 1991 - 2000

Renda	1980		1991		2000	
	Total	%	Total	%	Total	%
Sem Rendimento	483	3,0	170	3,1	395	9,7
até 1 SM	1019	6,3	1003	18,0	44	1,1
+1 a 2 SM	4740	29,3	1603	28,8	929	22,8
+2 a 5 SM	7309	45,2	1978	35,6	1716	42,2
+5 SM	2547	15,7	809	14,5	982	24,1
Sem Declaração	78	0,5	---	---	---	---
Total	16176	100,0	5563	100,0	4067	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980.

* renda deflacionada (Índice deflação do IPEA) para janeiro de 2002

No entanto, para pouco mais de 40% dos moradores desses domicílios, a renda per capita encontrada foi de até um salário mínimo, em 2000. Para 26,5% foi de mais de um até dois salários mínimos. O grupo de maior renda foi de apenas 17,34%. E encontra-se, também, 5% de residentes sem rendimentos.

Portanto, ao mesmo tempo em que se constatou que quase 70% dos domicílios obtinham uma renda superior a dois salários, a renda per capita, em mais de 40% dos domicílios, foi de até um salário mínimo. Provavelmente isto ocorreu devido a existência de famílias mais numerosas, com diversos dependentes. Isto é, tinha-se uma parcela significativa de famílias com baixa renda.

Porém, como boa parte dos domicílios rurais são cedidos e os empregados não pagam aluguel, acaba ocorrendo uma subestimação da renda declarada pelos trabalhadores.

Tabela 4.21 - Distribuição da renda per capita domiciliar* da população rural e urbana (%)
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000

Renda per capita	Rural			Urbano		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Sem Rendimento	1,2	1,7	5,2	2,0	1,9	3,4
até 1 SM	54,6	56,4	43,7	4,2	27,6	17,7
+1 a 2 SM	29,4	25,3	26,5	14,6	28,0	22,0
+2 a 5 SM	11,8	11,4	17,3	36,3	27,7	30,4
+5 SM	2,6	5,3	7,3	42,5	14,8	26,5
Sem Declaração	0,5	-----	-----	0,4	-----	-----
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

* renda deflacionada (Índice deflação do IPEA) para Janeiro 2002

Quando se comparou à distribuição da renda per capita (RPC) domiciliar entre a população rural e urbana, as diferenças foram significativas. Apesar do crescimento da renda da população rural, o patamar da população urbana foi bastante superior. Em

2000, apenas os segmentos com RPC variando de mais de um a dois salários mínimos se aproximaram, apesar de maior no rural (Tabela 4.21). Tanto entre os segmentos de maior quanto não de menor renda as diferenças foram muito grandes. Houve uma porcentagem muito maior de população com baixa renda no rural, assim como foi muito maior a porcentagem dos de maior renda, na cidade. Em 2000, tinha-se uma distância significativa entre a renda da população rural e da urbana.

4.2.5 – Migração

Como já se comentou anteriormente, a migração tem sido um dos componentes mais importantes da dinâmica populacional do município de Campinas.

Neste texto, entende-se por migrante aquele que nasceu em outro município, mas reside em Campinas há menos de dez anos. No rural a participação da população migrante continua expressiva e é o que se vai analisar, para o período 1980-2000.

O contingente de migrantes, embora esteja se reduzindo, representa um grande segmento da população. Em 1980 aproximou-se de 50%, reduziu-se para 37,9% em 1991 e foi, em 2000, de 32,2% (Tabela 4.22). Tinha-se, assim, um terço da população rural composta por migrantes.

Ao mesmo tempo, para o mesmo período, cresceu a participação de população natural¹⁶. Esta foi sempre superior a 30% e, em 2000, aproximou-se de 50%. Os não naturais¹⁷, que pode-se considerar como aqueles que adquiriram estabilidade em

¹⁶ População natural - é aquela que nasceu e sempre morou no mesmo município.

¹⁷ População não natural – população que não nasceu no município, mas nele reside há mais de dez anos.

relação ao local de residência, chegaram a 21% em 2000, refletindo também a grande migração anterior. A somatória da porcentagem dos naturais e dos não naturais foi de 48% em 1980 e atingiu quase 70% em 2000. Conseguiu-se, assim, ter uma idéia a respeito da estabilidade dos que estavam residindo no rural, embora não tenha sido possível fazer inferências sobre uma substituição ou não desta população (Tabela 4.22).

Tabela 4.22 - Distribuição da população rural e urbana por origem (%)
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000

População por Origem	Rural			Urbano		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
População Natural	31,0	34,4	46,1	38,1	44,4	48,0
População Não Natural	18,4	24,7	21,1	27,1	35,2	33,2
População Migrante	48,7	37,9	32,2	32,8	19,4	17,9
População Retorno	1,8	3,0	0,6	2,0	1,1	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Em 1980, no rural de Campinas, a tão elevada participação de migrantes explica-se não só pelo intenso movimento migratório que ocorria neste município e nesta região. Como já foi verificado no item 4.1, houve problemas na contagem da população urbana residente na parte externa do perímetro urbano, que foi contabilizada como rural.

Em 1980, os migrantes eram 35.650. Pouco mais de 50% procedia do próprio estado de São Paulo. Esse contingente resultava do fluxo migratório que, na década de 1970, partia da Região Metropolitana de São Paulo em direção às regiões mais dinâmicas do interior (BAENINGER, 1996).

A partir de 1991 o fluxo maior passou a ser interestadual. E, em 2000, os migrantes eram 4.964, sendo 38,6% originários do estado de São Paulo e 55,4% de outros estados (tabelas 4.23, 4.24 e 4.25).

Os migrantes interestaduais procederam principalmente das regiões sul e sudeste. Os do sul vieram, quase todos, do estado do Paraná, e os do sudeste do estado de Minas Gerais (tabelas 4.23, 4.24 e 4.25). As outras regiões tiveram contribuição bem pequena. Os paranaenses fizeram parte do fluxo que ocorria com o esgotamento da fronteira agrícola daquele estado. Em 2000, aumentou um pouco a vinda de nordestinos, com destaque para a Bahia (5,1%).

Tabela 4.23 - Migrantes do Município segundo região de residência anterior
Município de Campinas - Rural
1980

Região de residência anterior	Total	%
Região Norte	90	0,25
Região Nordeste	2267	6,36
Região Sudeste	21966	61,62
Região Sul	9966	27,96
Região Centro-Oeste	1246	3,50
Brasil s/espec.	4	0,01
Outros Países	111	0,31
Total	35650	100,00

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980.

Tabela 4.24 - Migrantes do Município segundo região de residência anterior
Município de Campinas - Rural
1991

Região de residência anterior	Total	%
Região Norte	155	1,81
Região Nordeste	683	7,96
Região Sudeste	4912	57,24
Região Sul	2603	30,33
Região Centro-Oeste	210	2,45
País estrangeiro ou mal definido	17	0,20
Total	8581	100,00

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991.

Tabela 4.25 - Migrantes do Município segundo região de residência anterior
Município de Campinas - Rural
2000

Região de residência anterior	Total	%
Região Norte	188	3,79
Região Nordeste	695	14,00
Região Sudeste	2454	49,44
Região Sul	1448	29,17
Região Centro-Oeste	113	2,28
Brasil s/espec.	10	0,20
Países América	36	0,73
Países Ásia	20	0,40
Total	4964	100,00

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A maior parte desses migrantes tinha origem rural, em 1980, 1986¹⁸ e 1991. Apenas em 1986 verificou-se o predomínio de migrantes com origem urbana, entre os procedentes do estado de São Paulo.

Mas foi somente em 1995¹⁸ que a porcentagem de migrantes com origem urbana foi superior a 50%, tanto para os provenientes do estado de São Paulo quanto para os provenientes de outros estados.

Tabela 4.26 - Migrantes segundo estado de procedência e situação do domicílio anterior
Município de Campinas - Rural
1980

Situação do Domicílio Anterior	Procedência								Total
	Estado de SP		Outros Estados		Internacionais		Brasil não especificado		
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	
Urbana	8533	46,8	5440	31,4	32	28,8	4	100,0	14009
Rural	9657	53,0	11853	68,5	79	71,2	-----	-----	21589
Sem declarar	29	0,2	23	0,1	-----	-----	-----	-----	52
Total	18219	99,8	17316	99,9	111	100,0	4	100,0	35650
%	51,1		48,6		0,3		0,0		100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980.

* Foi excluído a categoria Ignorado

¹⁸ Os dados destas tabelas foram obtidos dos censos demográficos de 1991 e 2000, respectivamente, através da variável conhecida como "data fixa".

Tabela 4.27 - Migrantes segundo estado de procedência e situação do domicílio anterior em 1986
Município de Campinas - Rural
1991

Situação do Domicílio Anterior	Procedência						Total
	Estado de SP		Outros Estados		Internacionais		
	N.	%	N.	%	N.	%	
Urbana	1134	52,1	1027	30,7	10	100,0	2170
Rural	1029	47,3	2288	68,5	----	----	3318
Ignorado	14	0,6	27	0,8	----	----	41
Total	2177	100,0	3342	100,0	10	100,0	5529
%	39,4		60,4		0,2		100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991.

Tabela 4.28 - Migrantes segundo estado de procedência e situação do domicílio anterior
Município de Campinas - Rural
1991

Situação do Domicílio Anterior	Procedência						Total
	Estado de SP		Outros Estados		Internacionais		
	N.	%	N.	%	N.	%	
Urbana	1751	46,1	1609	33,8	----	----	3361
Rural	1958	51,5	3089	64,9	17	100,0	5063
Ignorado	93	2,4	64	1,3	----	----	157
Total	3802	100,0	4762	100,0	17	100,0	8581
%	44,3		55,5		0,2		100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991.

Tabela 4.29 - Migrantes segundo estado de procedência e situação do domicílio anterior em 31/07/1995
Município de Campinas - Rural
2000

Situação do Domicílio Anterior	Procedência								Total
	Estado de SP		Outros Estados		Brasil não especificado		Internacionais		
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	
Urbana	943	53,6	695	56,6	9	100,0	----	----	1647
Rural	815	46,4	532	43,4	----	----	----	----	1347
Total	1758	100,0	1227	100,0	9	100,0	12	100,0	3007
%	58,5		40,8		0,3		0,4		100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Tabela 4.30 - Migrantes de retorno segundo região de residência anterior
Município de Campinas - Rural
1980 - 1991 - 2000

Região de residência anterior	1980		1991		2000	
	Total	%	Total	%	Total	%
Região Nordeste	51	6,6	-----	-----	10	9,8
Região Sudeste	634	82,6	686	100,0	85	83,3
Região Sul	53	6,9	-----	-----	8	7,8
Região Centro-Oeste	24	3,1	-----	-----	-----	-----
Brasil s/espec.	6	0,8	-----	-----	-----	-----
Total	768	100,0	686	100,0	102	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

A predominância da procedência rural, principalmente na década de 1980, deve-se ao fluxo rural/urbano, que decorria do intenso êxodo rural, que se verificava pela modernização da agricultura das regiões rurais desenvolvidas (MARTINE, 1990). Mas que, no entanto, nem sempre tinham como primeiro ponto de destino a cidade. Pode também indicar que esses migrantes têm procurado residir em áreas que possam se assemelhar às de suas origens.

A migração de retorno tem sido pequena e quase toda provinda dos municípios do estado de São Paulo (intraestadual).

Através do item 3.2 ("A heterogeneidade do rural"), do item 4.2.2 ("Escolaridade") e das entrevistas do capítulo 5, constatou-se a existência de uma migração pendular intra e intermunicipal, mas que não se pôde dimensionar.

Confirmou-se também, através de entrevistas, uma migração sazonal, parte dela oriunda de outros estados e não captada pelos Censos Demográficos. Este fluxo migratório sazonal tem regularidade e ocorre em função de certas atividades agrícolas, especialmente para os períodos de colheita. Os casos da Fazenda Monte D'Este e da Região do Pedra Branca exemplificou essas situações. Já a Fazenda Solar das

Andorinhas adequa-se melhor a uma sazonalidade que tem a ver com as flutuações da demanda dos inúmeros serviços terceirizados que são oferecidos aos seus hóspedes.

Com a Tabela 4.22, pôde-se verificar que a porcentagem da população de migrantes, no município, foi sempre significativamente maior entre a população rural. Embora declinante, em 2000 ela correspondeu a 32% da população rural e a somente 17,9% da população urbana.

A composição da população, segundo a naturalidade de seus habitantes e tempo de residência no município, é um aspecto que ainda distingue a população rural e urbana, no período acima considerado.

4.2.6 – Condições dos Domicílios

Através das informações dos domicílios rurais, serão verificados alguns aspectos da condição de vida de seus moradores. O acesso a alguns serviços e equipamentos, normalmente disponíveis às populações urbanas, também serão averiguadas, considerando-se principalmente os que estão diretamente relacionados à saúde, como água e o saneamento, assim como elementos de conforto, como os equipamentos eletro-eletrônicos.

De 1980 a 1991 o número de domicílios¹⁹ caiu abruptamente, acompanhando a redução de população. Dos 15.183 domicílios de 1980 restaram apenas 5.574 em 1991 e somente 4.067 em 2000.

¹⁹ Foi considerado domicílio particular permanente.

Esses domicílios são isolados e se distribuem de forma dispersa pelas propriedades. Apenas em alguns pontos encontram-se algumas residências mais próximas. A não contigüidade das residências e das construções é apontada como uma das características das áreas rurais.

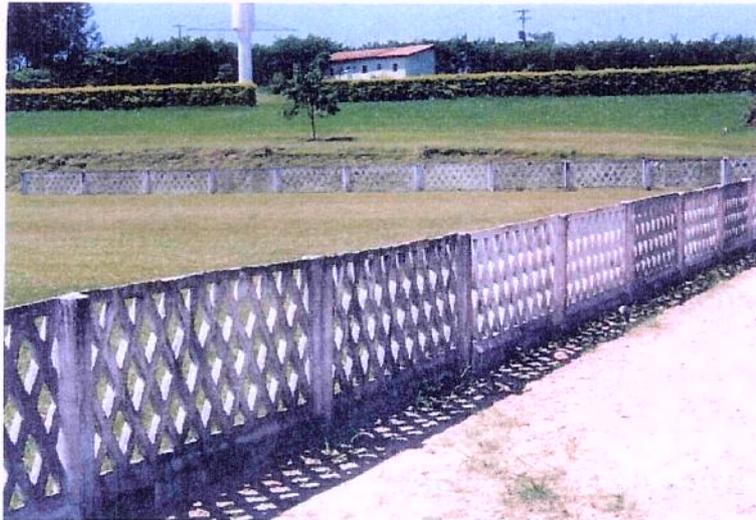


Foto 4.1: Casa de empregado do haras - Colônia Tozan - jan. 2006.

O desaparecimento de tantos domicílios entre 1980 e 1991 provavelmente se explique pelo fato, anteriormente apontado, da contagem de população urbana como rural em 1980. Não se pode também esquecer a prática comum, na área rural, que consiste na demolição das residências de trabalhadores quando não mais ocupadas. Em alguns casos, elas são reformadas e adaptadas para outras funções. Os domicílios residenciais encontrados eram de alvenaria e, só excepcionalmente, não estavam em bom estado de conservação.

A quase totalidade dos domicílios eram próprios ou cedidos. Em 2000, cada uma dessas situações era superior a 40%. Isto confirmou que ainda permanece o costume dos proprietários rurais cederem seus domicílios para a residência de seus empregados

ou exigirem um pagamento de valor apenas simbólico. Conforme já se assinalou anteriormente, esta prática faz com que a renda real das famílias seja maior que a declarada. O número de domicílios alugados reduziu-se e representou apenas 7%, em 2000 (Tabela 4.31).

Na região da APA Sousas-Joaquim Egídio foram encontrados alguns domicílios alugados. Localizavam-se geralmente próximos ao Centro Comunitário Santa Maria da Serra das Cabras, em propriedades sem produção e seus moradores empregavam-se nas proximidades. Num outro caso o inquilino era aliciador de mão de obra para a região e utilizava os domicílios para residência própria e para os seus empregados.

Tabela 4.31 - Condição dos domicílios rurais e urbanos quanto à sua ocupação (%)
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000

Ocupação	Rural			Urbano		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Próprio	52,6	32,5	49,3	58,7	67,8	70,8
Alugado	17,9	9,2	6,7	32,0	22,2	17,3
Cedido	26,0	58,0	43,4	7,9	9,3	7,3
Outra	3,3	0,3	0,6	1,3	0,7	4,6
Ignorado	0,1	-----	-----	0,1	-----	-----
Total Domicílios	15183	5181	4067	138602	218028	279075

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

A condição dos domicílios quanto à sua ocupação permanece como uma realidade bem distinta entre o campo e a cidade, nas três situações: próprio, alugado e cedido.

Em relação ao abastecimento de água, a situação dos domicílios rurais tem melhorado bastante e se aproximam das condições urbanas. Em 2000, quase 100% dos domicílios tinham água canalizada em pelo menos um cômodo (Tabela 4.32). O poço ou nascente foi a fonte mais usada para o abastecimento de água (64%), o que é

usual no meio rural. No entanto encontrou-se os 30% de domicílios que se abasteciam da rede geral. Deveriam ser os localizados mais próximos por onde passa a canalização de alguns poucos núcleos urbanos localizados no espaço rural. Um exemplo é o Parque IV Centenário, urbano, encravado na área de Saltinho. Outra provável situação é a de condomínios fechados, urbanos, mas localizados na área rural. Exemplo é a Estância Paraíso, localizada na área de Barão Geraldo, próximo à Colônia Tozan.

Tabela 4.32 – Condição dos domicílios rurais e urbanos quanto ao abastecimento de água (%)
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000

Abastecimento de Água	Rural			Urbano		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Canalização interna	53,5	84,2	98,7	88,0	96,8	99,3
Não canalizada	46,5	15,8	1,3	11,9	3,2	0,7
Ignorado	0,0	-----	-----	0,1	-----	-----
Total Domicílios	15183	5181	4067	138602	218028	279075

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Tabela 4.33 - Condição dos domicílios quanto ao esgotamento sanitário
Município de Campinas - Rural
1980 - 1991 - 2000

Esgotamento Sanitário	1980	%	1991	%	2000	%
Fossa séptica	4290	28,3	888	17,1	1496	36,8
Fossa rudimentar	6827	45,0	2909	56,2	1895	46,6
Vala	-----	-----	244	4,7	17	0,4
Rio, lago ou mar	-----	-----	-----	-----	198	4,9
Outros*	4066	26,8	1138	22,0	461	11,3
Total Domicílios	15183	100,0	5181	100,0	4067	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

* Outros: rede geral, não tem, não sabe ou outro escoadouro

O esgotamento sanitário tem sido resolvido, nas propriedades, sob a forma de fossa. A fossa séptica, quando executada dentro dos padrões estabelecidos, é uma solução adequada para as situações rurais, sem riscos para a saúde ou ao meio ambiente. Em 2000, 37% dos domicílios estavam ligados à fossa séptica e 47% à fossa

rudimentar. Portanto, boa parte da população rural ainda expunha-se a situações mais precárias quanto às condições de higiene e conforto.

Desde 1991, mais de 90% dos domicílios possuíam banheiro e em 2000 essa percentagem foi de quase 100%.

Tabela 4.34 – Domicílios rurais e urbanos com ou sem banheiro (%)
Município de Campinas
1991- 2000

Banheiro	Rural		Urbano	
	1991	2000	1991	2000
Com banheiro	92,7	97,1	96,6	98,8
Sem banheiro	7,4	2,9	3,4	1,2
Total Domicílios	5181	4067	218028	279075

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991 e 2000.

Ao se confrontar os dados sobre o esgotamento sanitário dos domicílios e a presença de banheiros nos mesmos, pode-se inferir que parte desses banheiros eram incompletos. Isto é, não continham vaso sanitário. De qualquer forma representam uma conquista, considerando-se os critérios de conforto e higiene. Porém, dada a ainda elevada porcentagem das fossas rudimentares, sempre haverá algum local do entorno do domicílio em situação inadequada aos padrões de saúde e conforto.

Este é um item da condição de vida do meio rural que, apesar das melhoras, ainda guarda uma distância em relação à vida urbana.

Com relação ao destino do lixo, houve uma melhora entre 1991 e 2000. Se em 1991 tinha-se 82% do lixo coletado, queimado ou enterrado, essa porcentagem passou a 89% em 2000. Essa melhora mostra-se mais significativa pela constatação de que este fato ocorreu devido ao grande aumento do lixo coletado e à forte redução das

outras situações. No entanto, em 2000, 3% do lixo ainda era colocado em terreno baldio ou logradouro. Reduziu-se bastante o lixo jogado nos lagos e rios (Tabela 4.35).

Tabela 4.35 - Domicílios rurais e urbanos quanto ao destino do lixo (%)
Município de Campinas
1991 - 2000

Lixo	Rural		Urbano	
	1991	2000	1991	2000
Coletado	29,5	57,2	97,0	96,2
Queimado	40,5	27,8	0,9	0,4
Enterrado	13,3	4,4	0,1	0,0
Terreno Baldio	11,7	3,2	1,4	0,5
Rio/lago	3,1	0,5	0,6	0,2
Caçamba	-----	2,9	-----	2,7
Outro Destino	2,0	4,1	0,1	0,1
Total Domicílios	5181	4067	218028	279075

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991 e 2000.

Esses dados indicando uma melhora das condições no abastecimento de água e das condições sanitárias gerais significaram não só uma situação de maior conforto no campo, mas também de maior salubridade.

Quase 100% dos domicílios tinham energia elétrica desde 1991. Se em 1991 mais de 50% dos domicílios não possuía TV, em 2000, isto ocorreu em apenas 11%. E, em praticamente 80%, tinha-se até dois televisores. Ampliou-se, dessa forma, o acesso dessa população à informação, cultura e lazer. O acesso à geladeira cresceu bastante. Passou de 58% em 1980 para 96% em 2000. O acesso a esses bens, diretamente ligados ao conforto e ao lazer familiar, que refletem uma melhora da renda dessa população, refletem também o desenvolvimento geral das localidades rurais próximas às zonas urbanas. O telefone é um serviço que se expandiu muito neste período mas ainda é utilizado por pouco mais de um terço da população. Assemelha-se à situação encontrada na cidade há vinte anos atrás, apesar de não ter se universalizado na

mesma. O acesso ao carro aumentou, e quase 50% dos domicílios o possuíam. Principalmente para as situações rurais, o carro significa autonomia para os deslocamentos, dado que não se conta com transporte coletivo. Já a máquina de lavar roupas estava restrita a apenas 40% dos domicílios em 2000 (Tabela 4.36).

Tabela 4.36 - Condição dos domicílios rurais e urbanos quanto ao acesso a serviços e bens de consumo(%)
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000

Serviços e Bens de Consumo		Rural			Urbano		
		1980	1991	2000	1980	1991	2000
Energia Elétrica	Tem	86,6	96,8	99,9	97,2	99,5	99,9
	Não tem	13,1	3,3	0,2	2,6	0,5	0,1
Geladeira	Tem	58,0	80,3	96,5	84,6	95,0	98,2
	Não tem	41,8	16,4	3,5	15,2	4,5	1,8
T.V.	Tem	68,8	43,2	88,8	87,2	75,4	95,6
	Não tem	31,1	53,5	11,2	12,7	24,1	4,4
Telefone	Tem	5,2	10,0	32,6	36,3	41,8	77,5
	Não tem	94,6	90,0	67,4	63,6	58,3	22,5
Automóvel	Tem	23,0	29,0	48,7	47,8	49,3	60,4
	Não tem	76,5	71,0	51,3	51,9	50,7	39,6
Total Domicílios		15183	5181	4067	138602	218028	279075

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Constatou-se assim, para a população rural, um acesso mais difundido para os bens de consumo domésticos básicos, como a geladeira e a TV, que são semelhantes às da população da cidade. Outros bens, de maior valor, como máquina de lavar roupas e carro, foram encontrados em uma parcela mais reduzida dessa população, com porcentagens bem inferiores às encontradas no urbano. As situações acima refletiram, ao mesmo tempo, a melhora da renda dos moradores dos domicílios, mas também a baixa renda de grande parte desta população.

O número médio de moradores, por domicílios, tem acompanhado os valores encontrados no estado de São Paulo (Tabela 4.37).

Tabela 4.37 - Número médio de pessoas por domicílio
Município de Campinas - Rural
1980 - 1991- 2000

Estado, Município e Distritos	Média de moradores por domicílio		
	1980	1991	2000
Campinas	4,8	4,3	3,9
Barão Geraldo	4,7	4,5	3,7
Campinas	4,8	4,3	3,9
Joaquim Egídio	4,5	4,2	3,7
Nova Aparecida	4,7	4,4	-----
Sousas	5,0	4,6	3,9
Estado de São Paulo	4,8	4,2	3,8

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Essa média reduziu-se, entre 1980 e 2000, em aproximadamente um morador por domicílio. De 4,8 moradores, por domicílio, passou-se a 3,9.

Os distritos de Sousas e de Campinas foram os que apresentaram maior número médio de pessoas, em todo o período.

Aumentou também a porcentagem dos domicílios que tinham entre 4 e 6 cômodos (63,4% em 2000) sendo que o crescimento dos que tinham cinco cômodos foi superior 5% (Tabela 4.38).

Tabela 4.38 - Total de domicílios segundo número de cômodos
Município de Campinas - Rural
1980 - 1991 - 2000

Cômodos	1980		1991		2000	
	Total	%	Total	%	Total	%
1 a 3	5762	38,0	1081	20,9	637	15,7
4 a 6	8095	53,3	3252	62,8	2577	63,4
7 a 8	975	6,4	619	12,0	511	12,6
9 ou mais	329	2,2	228	4,4	340	8,4
Ignorado	22	0,1	0	0,0	0	0,0
Total	15183	100,0	5181	100,0	4067	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Por outro lado, foi de 65,4% a porcentagem dos domicílios que tinham 2 ou 3 cômodos como dormitórios (Tabela 4.39).

Tabela 4.39 - Número de cômodos servindo como dormitório
Município de Campinas - Rural
1980 - 1991 - 2000

Dormitórios	1980		1991		2000	
	Total	%	Total	%	Total	%
1	6415	42,3	1846	35,6	1236	30,4
2	6134	40,4	2287	44,1	1803	44,3
3	2258	14,9	891	17,2	857	21,1
4	285	1,9	157	3,0	158	3,9
5	52	0,3	5181	100,0	7	0,2
6	9	0,1	0	0,0	5	0,1
Ignorado	30	0,2	0	0,0	0	0,0
Total	15183	100,0	5181	100,0	4067	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Considerando-se os dados acima apresentados, e que o número médio de pessoas por domicílio em 2000 foi de 3,9 moradores, observa-se que o adensamento de habitantes por moradia é satisfatório. Não se deve deixar também de considerar que, no campo, o espaço exterior às residências é sempre amplo e elemento favorável às condições de vida da população.



Foto 4.2: Casa do caseiro - loteamento Colinas do Atibaia - jan. 2006.

Constatou-se, portanto, que de 1980 a 2000 alguns aspectos das condições de vida dos moradores do meio rural, relacionados às condições de seus domicílios, praticamente se igualaram aos da cidade, enquanto algumas diferenças foram mantidas.

Dentre as diferenças destacou-se a situação quanto à condição de ocupação dos domicílios.

O acesso ao automóvel aumentou tanto para a população urbana quanto para a rural. No entanto, a diferença ainda foi muito grande em 2000, a favor da primeira. Principalmente a grande disparidade da renda explica essa distância.

A coleta de lixo é um serviço que cresceu muito no rural de Campinas, mas que ainda se diferencia muito da condição urbana, onde ela foi quase universal em 2000. Na medida em que o lixo não orgânico, é cada vez mais significativo nos domicílios, inclusive rurais, a coleta do mesmo faz-se necessária.

Dentre as diferenças entre as condições de vida da população urbana e rural que convergiram, destacaram-se a universalização da energia elétrica para fins residências e o abastecimento de água canalizada no domicílio. Em 2000, esses dois serviços estiveram muito próximos de 100%, tanto no rural como no urbano.

Estes serviços permitiram que diversas condições de conforto e higiene fossem incorporadas à vida dos domicílios rurais. A quase universalização dos banheiros aos domicílios, ainda que de forma incompleta, representaram o acesso a uma condição de vida mais saudável, confortável e mais próximas das condições urbanas. A geladeira foi o bem de consumo que mais se generalizou nos domicílios rurais, o que facilitou o

trabalho feminino doméstico. A televisão, que ainda foi encontrada numa porcentagem um pouco menor que na cidade, foi o segundo bem de consumo que mais se generalizou nos domicílios rurais. Seu significado é, no entanto, muito importante, na medida em que permite o acesso à informação, inclusive aos analfabetos.

Pôde-se verificar através das características demográficas da população rural, o seu perfil no período contemporâneo, assim como aspectos de sua condição de vida. Pôde-se também constatar que, este perfil contraposto ao da população urbana, mostra aspectos de convergência e divergência.

Percebeu-se que os processos de transformação mais recentes do rural vem provocando algumas alterações que indicam possibilidades da diluição de certas diferenças, possibilitando uma maior homogeneização das populações rural e urbana.

Foi quanto às ocupações por setor de atividade, a dispersão dos domicílios e a razão de sexo que se constatou os aspectos centrais das divergências. Isto porque, mesmo com a crescente participação das atividades não agrícolas, entre os residentes rurais, a agricultura continua sendo uma atividade dominante do rural analisado. Mesmo perdendo espaço e importância, e deixando de ser o seu identificador, continua sendo um elemento que lhe garante especificidade.

Faz-se necessário elaborar novas formas de compreender e de explicar o universo rural com a sua nova diversidade e complexidade, sem perder de vista as suas inter-relações com o universo urbano.

CAPÍTULO 5

Os arranjos domiciliares

Na medida em que o espaço rural passou a se configurar como multisetorial e multifuncional, uma das conseqüências mais diretas foi a diferenciação de sua população residente quanto às suas ocupações e atividades. Estas transformações vêm resultando na adoção de variados arranjos domiciliares, com a finalidade de compatibilizar as alterações das atividades de seus membros.

Buscou-se então uma classificação dos tipos de domicílios, segundo a ocupação principal de seus membros economicamente ativos. Adotando este critério, os domicílios foram classificados em três tipos: agrícolas, não agrícolas e pluriativos.

Foram considerados agrícolas aqueles onde todos os membros economicamente ativos exerciam atividade agropecuária. Os não agrícolas foram os domicílios onde todos exerciam atividade não agrícola. E os pluriativos aqueles onde pelo menos um de seus membros ativos exercia atividade agrícola e pelo menos um membro exercia também atividade não-agrícola.

No período de 1980 a 2000 verificou-se que mais de 50% dos domicílios rurais eram não agrícolas e, em 2000, correspondiam a 61,6% dos mesmos. Por outro lado, os domicílios agrícolas foram 20% em 2000, o que representou um declínio em relação a 1991. A pequena participação dos mesmos, em 1980, reflete a já apontada contagem de população urbana, residente em áreas rurais, o que superestimou os domicílios não agrícolas. A porcentagem dos pluriativos cresceu e aproximou-se dos agrícolas, chegando a 18% em 2000 (Tabela 5.1).

Tabela 5.1 - Tipos de domicílio, segundo ocupação principal de seus moradores rural e urbano
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000

Tipo Domicílio	1980		1991		2000	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Agrícola	14,1	0,4	29,4	0,5	20,2	0,5
Não Agrícola	79,3	98,7	56,9	98,5	61,6	98,5
Plurativos	6,6	1,0	13,7	1,0	18,2	1,0
Total	14636	120036	5087	184326	3360	197022

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Esses resultados são coerentes com as transformações que os estudos vêm apontando sobre o rural, referentes ao crescimento das atividades não agrícolas e a urbanização do campo. Confirmam também os dados sobre a população, apresentados no capítulo anterior. No caso de Campinas o que também se pode constatar mais uma vez, é que, apesar do declínio da agropecuária, ela vem mantendo uma participação importante (quase 40% dos domicílios).

Tabela 5.2 - PEA agrícola segundo o tipo de domicílio
Município de Campinas - rural e urbano
1980

Tipo Domicílio	Nº Domicílios	%	PEA	%	PEA Agrícola	%
Rural Agrícola	2064	14,1	4333	15,1	4333	75,6
Rural Não Agrícola	11609	79,3	22366	77,9	0	0,0
Rural Pluriativo	963	6,6	2005	7,0	1397	24,4
Total Rural	14636	100,0	28704	100,0	5730	100,0
Urbano Agrícola	451	0,4	1222	0,5	1222	50,2
Urbano Não Agrícola	118433	98,7	241381	98,5	0	0,0
Urbano Pluriativo	1152	1,0	2392	1,0	1211	49,8
Total Urbano	120036	100,0	244995	100,0	2433	100,0
Total de Ocupados na Agricultura					8163	

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980.

As tabelas 5.2, 5.3 e 5.4 revelam também que vem crescendo a porcentagem da população economicamente ativa (PEA) dos domicílios agrícolas do rural, ocupados com a atividade agropecuária. Na verdade ela vem resultando da redução da

porcentagem dos membros dos domicílios pluriativos ocupados com a agropecuária, principalmente entre 1991 e 2000.

Tabela 5.3 - PEA agrícola segundo o tipo de domicílio
Município de Campinas - rural e urbano
1991

Tipo Domicílio	Nº Domicílios	%	PEA	%	PEA Agrícola	%
Rural Agrícola	1496	29,4	3295	32,6	3295	85,5
Rural Não Agrícola	2893	56,9	5053	50,0	0	0,0
Rural Pluriativo	699	13,7	1753	17,4	560	14,5
Total Rural	5087	100,0	10100	100,0	3855	100,0
Urbano Agrícola	910	0,5	2077	0,6	2077	79,1
Urbano Não Agrícola	181564	98,5	356314	98,5	0	0,0
Urbano Pluriativo	1851	1,0	3216	0,9	548	20,9
Total Urbano	184326	100,0	361606	100,0	2625	100,0
Total de Ocupados na Agricultura					6480	

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991.

Tabela 5.4 - PEA agrícola segundo o tipo de domicílio
Município de Campinas - rural e urbano
2000

Tipo Domicílio	Nº Domicílios	%	PEA	%	PEA Agrícola	%
Rural Agrícola	678	20,2	1625	25,9	1625	88,7
Rural Não Agrícola	2070	61,6	3763	60,0	0	0,0
Rural Pluriativo	613	18,2	886	14,1	208	11,3
Total Rural	3360	100,0	6274	100,0	1833	100,0
Urbano Agrícola	1002	0,5	2187	0,6	2187	66,6
Urbano Não Agrícola	193979	98,5	386377	98,6	0	0,0
Urbano Pluriativo	2040	1,0	3258	0,8	1099	33,4
Total Urbano	197022	100,0	391822	100,0	3286	100,0
Total de Ocupados na Agricultura					5119	

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Em termos percentuais, a presença dos domicílios urbanos relacionados à agropecuária é inexpressiva. Porém, ao se olhar para os números absolutos, e contrapô-los aos do rural, percebe-se que é fundamental considerá-los. O número deste tipo de domicílio, localizado na área urbana, não só cresceu, como é expressivamente superior ao número encontrado na área rural. Em 2000, tinha-se 3.042 domicílios urbanos relacionados à agropecuária e somente 1.291 no rural.

Quando se observa a participação da população economicamente ativa agrícola (PEA agrícola), o predomínio também ficou com os trabalhadores da cidade. Em 2000, encontrou-se 3.286 trabalhadores ocupados com agricultura no urbano e 1.833 no rural. Isto é, a maior parte da PEA ligada ao setor agropecuário, em 2000, estava residindo na cidade. A diferença foi que no rural, em 2000, tinha-se um número semelhante de domicílios agrícolas e pluriativos e, no urbano, o número dos domicílios pluriativos é significativamente superior aos agrícolas (Tabela 5.4). Como já se assinalou no item 4.2.3 do capítulo 4 esses dados são coerentes ao trabalho de Kageyama, 2003. No entanto, não se deve desconsiderar que, apesar do peso dos residentes urbanos na PEA agrícola ser grande, ele é insignificante para a população urbana.

Estes elementos acima analisados resultam num intenso fluxo de trabalhadores entre o rural/urbano municipal, com sentido de mão dupla, em função de suas ocupações.

Fazem parte deste fluxo representantes de diversos segmentos sociais e com diferentes ocupações, que foram sendo identificados nos capítulos 3 e 4. Muitos são empregados permanentes, como os caseiros, que moram na cidade. Isto ocorre ou porque o empregador prefere não tê-los como moradores, mas também porque a residência na cidade facilita a oportunidade de emprego para esposa e para os filhos maiores. Outros são os proprietários ou profissionais mais qualificados.

Este é mais um elemento que aponta para a superação da tradicional abordagem dicotômica, mesmo quando considerada circunscrita a uma unidade administrativa municipal. Particularmente num município com as características de Campinas e sua região, essa dicotomia, além de insuficiente, dificulta avanços para se pensar

alternativas de desenvolvimento para o mesmo. Por outro lado não é demais insistir que a perspectiva unilateral e restrita dos estudos sobre a urbanização também não contribui para esses avanços.

Em seguida, verificou-se as variações que vêm ocorrendo nestes domicílios quanto à renda média do trabalho principal de seus membros, a participação das aposentadorias na renda total dos rendimentos, e a média dos anos de estudos dos mesmos.

Quanto à renda, os resultados dos domicílios rurais não são coerentes com a maioria dos resultados dos estudos de pluriatividade e das atividades não agrícolas (NEA/IE/Unicamp, Projeto RURBANO²⁰, 2006). Relatórios e trabalhos do Projeto RURBANO cobriram vários estados tanto através de pesquisas de campo como de dados das PNADs.

Nesses estudos, por exemplo, constata-se que a renda média dos domicílios pluriativos e não agrícolas supera a renda média dos domicílios agrícolas.

No caso de Campinas, a Tabela 5.5 mostra que nos domicílios rurais a renda média do trabalho principal dos domicílios não agrícolas foi bem maior que a dos agrícolas. Mas isto não se verificou para os pluriativos, que apresentam a menor renda média.

Nos domicílios urbanos, os resultados foram mais discrepantes dos que foram obtidos nos estudos sobre pluriatividade. No urbano campineiro, os domicílios agrícolas

²⁰ É o Projeto Temático "Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/95" que contou com financiamento parcial da FAPESP e do PRONEX e que pretendia analisar as transformações recentes no meio rural em onze unidades da federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF). Foi executado pelo Núcleo de Estudos Agrários do Instituto de Economia da Unicamp.

foram os que obtiveram a renda média máxima (6,5 S.M.) enquanto os pluriativos ficaram no patamar mínimo.

Quais seriam as possíveis explicações para Campinas?

A primeira linha de explicação que foi investigada pautou-se na possibilidade de ser o pequeno tamanho das amostras no caso dos domicílios urbanos agrícolas ou dos rurais pluriativos. Portanto, o resultado encontrado poderia ser consequência de erro amostral.

Tabela 5.5 - Renda média do trabalho principal em salários mínimos deflacionada para Janeiro 2002 segundo o tipo de domicílio
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000

Tipo Domicílio	1980	1991	2000
Rural Agrícola	2,2	2,9	2,4
Rural Não Agrícola	2,8	2,9	4,1
Rural Pluriativo	1,5	1,8	2,0
Urbano Agrícola	7,6	5,8	6,5
Urbano Não Agrícola	4,9	5,0	5,7
Urbano Pluriativo	2,5	2,7	3,5

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

* renda deflacionada (Índice deflação do IPEA) para janeiro de 2002.

Essa explicação foi descartada porque, como mostra a Tabela 5.6, para o ano 2000, as amostras para cada tipo de domicílios não são excessivamente pequenas.

A segunda linha de explicação supunha que poderia ser a presença de uma proporção maior de pessoas com rendimento nulo nesses domicílios, que reduziriam o valor da média da renda.

Essa hipótese surgiu a partir da análise da distribuição dos rendimentos nos diversos tipos de domicílios, em que se constatou que o valor mínimo e o primeiro

quartil dos rendimentos nos domicílios urbanos e rurais pluriativos estavam sempre abaixo dos valores dos domicílios agrícolas.

Tabela 5.6 - Amostras de pessoas economicamente ativas antes e depois da expansão pelos pesos, para os diversos tipos de domicílios pesquisados
Município de Campinas
2000

Tipo Domicílio	Urbano		Rural	
	com peso	sem peso	com peso	sem peso
Agrícola	2187	229	1625	169
Não Agrícola	386377	38480	3763	382
Plurativos	3258	330	886	100
Total	391822	39039	6274	651

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Foi feita então uma análise das proporções de pessoas com renda nula nos diversos tipos de domicílios em 1980, 1991 e 2000, constatando-se que essas proporções são extremamente reduzidas em todos os casos (menos de 0,5% em 2000). Com isto, foi descartada também esta linha de explicação.

Descartadas estas explicações de fundo metodológico, buscou-se novas explicações. As discrepâncias dos resultados encontrados deve-se a outras razões. Outra hipótese é que seriam as ocupações dos residentes nos domicílios em questão que responderiam pelos inesperados resultados encontrados para a renda média dos mesmos.

Em 2000, no caso dos 613 domicílios rurais pluriativos, onde residiam 886 trabalhadores, 76,5% deles exerciam ocupações não agrícolas e apenas 23,5% exerciam atividades agrícolas.

Dentre os 208 trabalhadores com ocupação agrícola apenas 8% exerciam atividades melhor remuneradas, tais como serviços administrativos e analista de

sistemas. Entre os demais (92%), as ocupações que predominaram foram as de baixa remuneração. E, dentre os 27% de produtores, supõe-se que são os casos das propriedades pouco capitalizadas ou que se destinam apenas à subsistência. Portanto é o predomínio das ocupações não agrícolas de baixa remuneração, associada à condição das propriedades com produção não voltadas ao mercado que explicam, no caso de Campinas, a menor renda dos domicílios rurais pluriativos, e que pôde ser constatada desde 1980 (Tabela 5.7).

Tabela 5.7 - PEA agrícola domicílio pluriativo
Município de Campinas - Rural
2000

Ocupação	Total	%
Trabalhadores agrícolas	135	64,9
Trabalhadores dos serviços	57	27,4
Trabalhadores de serviços administrativos	11	5,3
Profissionais das ciências e das artes	5	2,4
Total	208	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.

Dentre os 678 trabalhadores não agrícolas, quase 50% deles estavam empregados com os serviços sendo que 32,5% desses exerciam serviços domésticos. Seguiam-se 21% de trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção e 13% de serviços administrativos. Portanto, dentre os trabalhadores, os que exerciam ocupações não agrícolas, e que constituíam a grande maioria, predominaram as ocupações de baixa remuneração.

Outro elemento que com certeza vem contribuindo para manter a renda dos domicílios rurais agrícolas num patamar superior aos rurais pluriativos é a existência do conjunto de propriedades familiares agrícolas e produtivas, praticando agricultura moderna e voltada principalmente à fruticultura e à olericultura. Como já se viu no

capítulo 3, estão distribuídos principalmente nas regiões sudoeste (Fogueteiro e Friburgo) e sudeste (Pedra Branca, Saltinho, Descampado e Reforma Agrária) do município, em parte da Colônia Tozan e a Fazenda Monte D'Este, que mantém sua produção de café.

Tabela 5.8 - PEA não agrícola - domicílio pluriativo
Município de Campinas - Rural
2000

Ocupação	Total	%
Trabalhadores dos serviços	312	46,02
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção	143	21,09
Trabalhadores de serviços administrativos	86	12,68
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	45	6,64
Dirigentes em geral	26	3,83
Profissionais das ciências e das artes	21	3,10
Técnicos de nível médio	21	3,10
Mal definido	10	1,47
Membros das forças armadas e auxiliares	9	1,33
Trabalhadores agrícolas	8	1,18
Total	678	100,00

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.

Dentre os 2.040 domicílios urbanos pluriativos, com 1.099 trabalhadores ocupados com agropecuária, apesar da renda média do trabalho principal ter aumentado de 1991 para 2000, ela se manteve bem inferior à renda média máxima (6,5 S.M.) dos 1.002 domicílios urbanos agrícolas com 2.187 trabalhadores ocupados com agricultura, em 2000.

Neste caso são as ocupações dessa população que explicam os resultados encontrados. Dentre os trabalhadores residentes na cidade que obtiveram sua renda principal da atividade agropecuária predominaram os que exerciam ocupações melhor remuneradas. Assim, dentre os 67% considerados como trabalhadores agrícolas 23% eram produtores, 24% atuavam em atividades que exigem maior qualificação e somente

20% estavam no grupo de menor remuneração. Seguiam-se 16% de profissionais de nível superior como agrônomos, veterinários, gerentes e diretores empregados de indústrias e técnicos de nível médio. Somente 11% eram caseiros. Além disso, este universo correspondeu ao dobro dos membros dos domicílios urbanos pluriativos que exerceram a agropecuária.

Tabela 5.9 - PEA agrícola - domicílios urbanos
Município de Campinas - Urbano
2000

Ocupação	Total	%
Trabalhadores agrícolas	1459	66,7
Trabalhadores dos serviços	273	12,5
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção	125	5,7
Dirigentes em geral	99	4,5
Profissionais das ciências e das artes	69	3,2
Mal definido	60	2,7
Técnicos de nível médio	52	2,4
Trabalhadores de serviços administrativos	50	2,3
Total	2187	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.

Dentre os trabalhadores agrícolas dos domicílios urbanos pluriativos 21% ocuparam-se com os serviços, atividade de baixa remuneração. Dentre os 47% da PEA agrícola dos domicílios pluriativos urbanos classificados nos trabalhos agrícolas, somente 11% eram produtores e 15% dedicaram-se às atividades agrícolas mais simples. O grupo de 24% de melhor qualificação, além de representar um universo bem menor em relação ao seu correspondente do grupo dos domicílios agrícolas, continha ocupações de qualificação inferior (Tabela 5.10).

Portanto é a qualificação ocupacional que corresponde às maiores remunerações que responde pela superioridade da renda média dos domicílios urbanos agrícolas.

Tabela 5.10 - PEA agrícola - domicílio pluriativo
Município de Campinas - Urbano
2000

Ocupação	Total	%
Trabalhadores agrícolas	522	47,50
Trabalhadores dos serviços	235	21,38
Técnicos de nível médio	94	8,55
Trabalhadores de serviços administrativos	93	8,46
Dirigentes em geral	52	4,73
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção	52	4,73
Profissionais das ciências e das artes	31	2,82
Mal Definido	19	1,73
Total	1099	100,00

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.

As condições de produtor e também proprietário da terra, gerente ou dirigente, estão tendo uma influência importante para a superioridade da renda média dos domicílios urbanos agrícolas sobre os demais. Embora apenas uma pesquisa específica para tal finalidade possa confirmar as razões exatas dos resultados encontrados, os elementos qualitativos ilustram e corroboram as possibilidades acima arroladas. No trabalho de campo e qualitativo, via entrevistas, foi possível constatar que algumas propriedades agropecuárias são modernas e intensivas em capital. Algumas são administradas pelo proprietário ou por funcionários de elevada qualificação.

Quando se observou a média dos anos de estudo da população economicamente ativa desses domicílios, além de uma melhora de 1991 para 2000, verificou-se que ela foi sempre superior entre a que residia na cidade. Essa superioridade reforça a argumentação adotada para a maior renda média dos domicílios urbanos agrícolas. No entanto, o crescimento da escolaridade dos pluriativos, no período analisado, não foi acompanhado de um aumento correspondente na renda média de seus domicílios (Tabela 5.11). A participação das aposentadorias na renda

total dos domicílios, em 2000, foi maior entre os trabalhadores urbanos, com seu valor máximo de 4,79% entre os urbanos agrícolas. No rural, a participação foi menor, e seu valor máximo foi 2,18%, encontrado nos domicílios agrícolas.

Tabela 5.11 - Média dos anos de estudo dos moradores maiores de 7 anos de idade, segundo o tipo de domicílio - Município de Campinas - Rural 2000

Tipo Domicilio	Média Anos Estudos
Rural Agrícola	3,95
Rural Não Agrícola	5,33
Rural Pluriativo	4,42
Urbano Agrícola	6,40
Urbano Não Agrícola	7,45
Urbano Pluriativo	6,25

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Além das diferenças encontradas entre os três tipos dos domicílios rurais, obtidos através dos dados dos Censos Demográficos do IBGE, verificou-se com entrevistas qualitativas, outros aspectos dos arranjos domiciliares. Constatou-se que, em todos os rurais do município, apontados no capítulo 3, encontraram-se arranjos domiciliares bem diversificados. Eles são diferentes mesmo entre as três classificações adotadas. São influenciados por vários elementos tais como o ciclo vital de seus membros, a condição em relação à propriedade da terra, à escolaridade e à capacitação profissional das pessoas, o grau de integração ou os laços familiares dos moradores de certa área e questões pessoais, entre outros.

Tanto nas regiões de Anhumas, Pedra Branca, Fogueteiro-Friburgo e Norte de Barão Geraldo há casos de famílias que permanecem na terra e adotam diferentes arranjos domiciliares sem parcelar a propriedade.

Assim, numa mesma propriedade do Pedra Branca, duas famílias em que os homens tinham a mesma condição de herdeiros da terra, apresentaram arranjos bem diferentes. Uma das famílias era pluriativa e a outra agrícola. No primeiro caso o marido trabalhava numa indústria em Campinas, além de ajudar a mulher na agricultura quando isto se fazia necessário; os filhos estudavam e a mulher era responsável por uma área cultivada com olericultura. Segundo ela, era mais vantajoso ter um trabalho onde tinha autonomia, além de gostar de viver no rural, onde ela e o marido tinham nascido. Na família agrícola o marido cuidava da criação de porcos e era ajudado por um dos filhos que não gostava de estudar; os outros filhos estudavam e a mulher cuidava da casa. Na mesma propriedade, mas em outro domicílio, residiam também os pais idosos dos dois filhos homens e já não trabalhavam mais.

No Anhumas encontrou-se situação semelhante. Numa mesma propriedade, de 10 alqueires que faz limite com os muros do Alphaville, três irmãos continuam praticando agricultura e o mais novo montou um pesque-pague, com bar, há dez anos. Dos três domicílios de agricultores um é pluriativo, pois a esposa, de 41 anos e com maior escolaridade (cursou até a 7ª série), é aposentada da Singer do Brasil, mas trabalha na escola Vereda, que se localiza nesta região. Todos os filhos em idade escolar freqüentam escolas dos bairros mais próximos. Utilizam ônibus urbano porque os estudantes do Anhumas não são atendidos pelo transporte escolar gratuito da Prefeitura. Os jovens divertem-se nos shopping centers e casas noturnas da cidade, que são levados e trazidos pelos pais, de madrugada, como fazem os pais da cidade.

No Fogueteiro, num sítio de 18 ha, descendentes de suíços permanecem numa mesma propriedade vivendo exclusivamente da agropecuária. Convivem três gerações.

Num domicílio residem o casal de idosos, um dos filhos com a esposa e as crianças, e mais um irmão solteiro do proprietário. E mais dois outros filhos residem com suas famílias em domicílios separados. Outros dois filhos homens do casal de idosos deixaram a propriedade para viver na cidade de Indaiatuba. As duas filhas casaram-se: uma foi para a cidade de Indaiatuba e a outra para Helvetia, e também vive no meio rural.

Na região Norte de Barão Geraldo, na Colônia Tozan, num sítio de 18 há, parte da família permaneceu residindo na propriedade, mas alguns filhos, que moram na cidade, continuam ajudando nos trabalhos agrícolas. Moram neste sítio, numa casa de 14 cômodos, onde o casal criou os seis filhos, o casal de idosos e um filho adulto. É um domicílio pluriativo. O filho de 39 anos, solteiro, ajudado pela mãe de 70 anos, é responsável por um pesque-pague que tem sete tanques. Foram construídos em etapas, em área de brejo, com recursos obtidos pelos filhos, que por um tempo trabalharam no Japão. Todos têm curso universitário. Anexo aos tanques, funciona o restaurante self-service. Em dias de grande movimento chegam a atender cem pessoas que procedem de São Paulo, Campinas e região. O marido, japonês de 78 anos, mantém a produção agrícola, com goiaba e limão. O filho, que tem escritório de advocacia na cidade, nos fins de semana vem para o sítio ajudar o pai.

Nos casos acima relatados verificaram-se arranjos domiciliares onde, sem parcelar a propriedade, alternativas diferentes coexistem. Apenas um deles manteve-se como propriedade exclusivamente agrícola, mas não é uma exceção.

Em todos os arranjos domésticos pluriativos também se observam diferenças. Ora é a mulher que sai da propriedade e trabalha, no próprio meio rural, em atividades

não agrícola. Ora é o homem que busca a cidade para trabalhar na indústria. Às vezes a atividade não agrícola é praticada dentro da propriedade. O ponto comum é que todos são proprietários das terras, residem em moradias bem conservadas e com conforto. Todos têm carro. Os arranjos acima relatados, presentes nas alternativas de não parcelamento da propriedade, foram adotados por descendentes de várias etnias: japoneses, italianos e suíços, e em diferentes etapas de seu ciclo vital.

Grande parte dos entrevistados diz residir no rural porque gosta da vida do campo, porque aí vive desde que nasceu e outros porque se acostumaram. Mas muitos, ao se referirem à aproximação da urbanização através dos bairros residenciais, afirmam que se tiverem que deixar suas terras irão em busca de outra, em lugar mais distante. Fica claro que se puderem escolher, permanecerão no campo.

Muitos arranjos também não se relacionam à questão da propriedade da terra e acontecem nos domicílios de empregados, alguns de propriedades voltadas para a agricultura, mas também entre as não agrícolas. Na APA-Norte, na Indústria Agrícola Tozan, dos 36 funcionários, 9 residem com suas famílias na propriedade. Todos os chefes são homens, empregados da indústria e todas as esposas trabalham apenas em suas próprias casas. A exceção é de um casal jovem, em que a mulher é há 13 anos auxiliar de escritório, mas há 6 anos reside em casa da indústria com o marido. Ele é auxiliar de produção, há 12 anos. Ela é filha de proprietários rurais do núcleo Carlos Gomes e ele veio do Paraná, com a família, para trabalhar em chácara do mesmo núcleo. Ela gosta de morar neste local, ambos tem colegial completo e uma renda mensal de oito salários mínimos e plano de saúde BRADESCO, obtido através da indústria. Os outros 27 funcionários residem ou no núcleo Carlos Gomes ou em

Jaguariúna. Todos são transportados por kombis da empresa. Esta situação ilustra o fluxo intermunicipal de trabalhadores que vem de centros urbanos vizinhos para trabalhar no meio rural de Campinas.

Em Anhumas, encontrou-se um arranjo de domicílio pluriativo que mostra o fluxo inverso. Isto é, do rural de Campinas para o rural do município vizinho: Paulínia. O marido nascido na propriedade tem 40 anos de idade, colegial completo e trabalha junto com o sócio, em Paulínia. Dedicam-se à produção de verduras e leguminosas em estufa. Desloca-se diariamente. A esposa, criada na cidade de Campinas, trabalha com vendas e ajuda a cuidar do pesque-pague, que iniciaram há cinco anos. A filha, de 12 anos, estuda em escola pública do Cambuí, na 6ª série. Moram ainda nesta propriedade os pais da esposa, aposentados, que ela trouxe da cidade. Os pais do marido com mais de sessenta anos, são os proprietários do sítio. Residem em outro domicílio, junto com uma filha adulta que apresenta limitações e não tem vida independente. Neste sítio ainda produzem milho, em parceria com parente agricultor e vizinho. É um dos casos que também demonstra a presença dos laços familiares nas atividades produtivas no rural.

Ainda no Anhumas, no loteamento Mansões Dom Bosco, em propriedades de 2 ha, há casos de arranjos não agrícolas e o sítio é apenas local de residência. Dentre esses, pode-se citar o caso em que o marido e a mulher são profissionais de nível superior e trabalham na cidade. Os filhos, ainda crianças, estudam em escola particular localizada nesta região.

Num sítio localizado na APA, em Joaquim Egídio, um casal jovem, que veio do bairro Taquaral da cidade de Campinas, desde setembro de 2003 montou um

restaurante. Todos os domingos servem café da manhã e aos sábados oferecem “almoço típico caipira”. Em seu folheto de divulgação explicam que o almoço é “inteiramente preparado por uma família que resolveu trocar a loucura da cidade grande por uma vida mais saudável e natural”.

Num outro arranjo não agrícola, identificado na Fazenda Monte D'Este, um casal jovem reside e trabalha no rural. Mas é a mulher que, com seu emprego nesta fazenda, garante a residência de ambos. O esposo trabalha numa padaria, na Colônia Tozan.

Verifica-se assim casos de domicílios não agrícolas diferenciados, onde alguns são proprietários e outros apenas empregados; noutros em todos residem e trabalham no rural; outros que se deslocam diariamente, entre a cidade e o campo, pois a propriedade é apenas local de residência.

Há ainda os casos de domicílios pluriativos em que todos trabalham no rural. Num sítio localizado na APA, em Joaquim Egídio, reside uma família de empregados. Vivem numa casa confortável cedida pelo proprietário e onde o marido, de 52 anos, é empregado para cuidar da propriedade. A mulher, de 47 anos e analfabeta, é empregada doméstica no local conhecido como Santa Maria, onde o filho de 20 anos também trabalha em serviços gerais e é também tratorista. A mãe vai de carona, na moto do filho. A filha mais nova, com doze anos, está na 5ª série, que cursa no centro urbano de Joaquim Egídio. A família obtém uma renda mensal de pouco mais de três salários mínimos.

Numa outra situação pluriativa o casal, com curso superior, reside em sua propriedade, na APA, e vem se dedicando a horticultura orgânica. O marido cuida da atividade agrícola e a mulher é funcionária pública.

Caso bem distinto, dentre os pluriativos, é o de um casal de aposentados, residentes no Pedra Branca. O proprietário, um dos herdeiros da fazenda que deu origem a essa região, há quatro anos voltou para viver no sítio. Cultiva diversas variedades de banana: marmelo, prata, maçã e nanica. Tem ainda uma área menor com limão e olerícolas. Sua esposa, professora aposentada do curso colegial, resolveu iniciar uma agroindústria para produzir bananas desidratadas. Tem procurado apoio junto ao Instituto Tecnológico de Alimentos (ITAL) para orientação técnica e já iniciou, num barracão anexo à sua casa, a agroindústria. O diferenciado nível socioeconômico do casal lhes favorece tanto para contatos de assistência técnica como também para a comercialização de seu produto. Percebe-se também que apesar de estarem fazendo investimentos no empreendimento, não dependem dessa atividade para viver.

Ainda dentre os domicílios pluriativos este caracteriza-se pelo fato do marido e a esposa serem empregados e ela é que se desloca para a cidade. Residem num haras da Colônia Tozan, em domicílio cedido, onde ele é empregado como “tratador de cavalos”. A esposa é empregada doméstica da proprietária do haras, na cidade de Campinas. Desloca-se diariamente, em ônibus de linha regular, que passa na estrada. O casal possui três filhos, entre 9 e 15 anos, que estudam numa escola pública do bairro Village. A filha mais velha também cuida da casa.

Neste outro domicílio pluriativo, localizado na região norte de Barão Geraldo, na Fazenda Monte D’Este, o marido, de 28 anos, é técnico agrícola e empregado da Fazenda há dez anos. Sempre viveu no rural e veio do interior do estado de São Paulo. Sua esposa, de 35 anos e com segundo grau completo, já morou antes na cidade. Veio morar no rural quando casou. Ela é analista de recursos humanos numa indústria

química de Paulínia. Desloca-se diariamente, em carro próprio. O casal tem dois filhos ainda crianças. A renda domiciliar do casal é de oito salários mínimos e não pagam aluguel pela residência.

Em ambos os casos são as mulheres que deixam a propriedade. Mas a primeira faz parte do fluxo intramunicipal rural/urbano. A segunda ao fluxo intermunicipal rural/urbano. Encontrou-se também dois casos de mulheres adultas, que residiam sozinhas; e exerciam cargos importantes nas fazendas onde trabalhavam. Muitos outros casos poderiam ser enumerados, mas o essencial já foi exposto.

Nos três tipos de domicílios rurais, pôde-se verificar as mais variadas formas que estas famílias adotam para acompanhar as transformações do rural contemporâneo para garantir a sua reprodução social. Seja nos casos em que os arranjos acontecem nas propriedades que se estruturaram sem parcelá-las, seja nos casos onde esta questão não se coloca, as situações são as mais variadas. Foi possível também conhecer casos de famílias em diferentes momentos de seu ciclo vital, e com inúmeras opções, em relação à sua condição de trabalho e emprego. Revelou-se também a interdependência do rural/urbano, os diferentes fluxos de seus trabalhadores, bem como a participação das mulheres neste fluxo. Constatou-se ainda que a quase totalidade dos entrevistados está satisfeita com seu local de residência e a escolha de viver no campo.

Resta saber se a capacidade de adaptação dos residentes rurais às mudanças recentes contribuirá para uma nova estruturação da vida rural ou estará sendo apenas uma causa perdida que será anulada por uma inexorável urbanização. Ou olhando de outra forma: “Resta saber se esta abertura dará lugar a laços construtivos e interativos

ou se levará à desagregação do tecido social existente no meio rural” (CAMARANO, 1999, p.19).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, deseja-se ressaltar alguns resultados, seja porque se destacam pelo seu próprio significado e importância, seja porque representam, de algum modo, uma surpresa durante o percurso.

O meio rural contemporâneo do município de Campinas, que já se sabia extenso, revelou-se diverso e heterogêneo. A heterogeneidade destes espaços traz, em si mesmo, um potencial de alternativas para o seu desenvolvimento que o poder público e a sua população não se deram conta.

A agropecuária, produtiva e moderna nos espaços onde é desenvolvida, é secundária, mas não inexpressiva, em sua participação econômica; e tem grande importância social e ambiental. É ela que permite a reprodução social dos pequenos produtores em pelo menos três desses espaços. Praticada através do produtor capitalizado, em áreas maiores, ela não só gera emprego, mas também local de residência para muitos. E a sua prática em extensos espaços urbanos apenas confirma a fragilidade e a insuficiência de perímetro urbano como critério da definição de rural.

As atividades não agrícolas, presentes em todos os espaços, vêm conferindo uma nova fisionomia àquilo que tradicionalmente se entendia por "rural". No entanto, não representam, necessariamente, uma relação de competição excludente à agropecuária. Muitas vezes é uma opção complementar à agricultura, outras uma nova forma de explorar um território. Os conflitos se estabelecem muito mais em função da natureza de algumas atividades, ou porque estas implicam num fluxo de população urbano impróprio às condições do meio rural. O que se faz necessário e urgente é uma regulamentação do uso e ocupação do espaço rural que atenda a essas

transformações. Ao mesmo tempo, tais questões demandam investigações mais aprofundadas para os pesquisadores.

As transformações recentes do meio rural vêm provocando algumas alterações no perfil demográfico da sua população, indicando a possibilidade de uma diluição de certas diferenças deste em relação ao perfil da população urbana.

A população rural mantém ainda hoje, porém, um perfil demográfico com características próprias. E esse perfil abarca uma grande diversidade de situações quanto à condição dessa população em relação à sua atividade. Têm-se pequenos proprietários, voltados, na maioria das vezes, às atividades agrícolas; empregados (permanentes e temporários); arrendatários; parceiros; estudantes; alguns indivíduos que trabalham por “conta-própria” e alguns que estão aposentados. Ao mesmo tempo, a distribuição da população economicamente ativa por setor de atividade é bem menos pulverizada que a população urbana, concentrando-se na agropecuária, nos serviços e na indústria.

No entanto, é surpreendente a variedade de arranjos domiciliares que se estabelecem em função das ocupações de seus membros economicamente ativos. Nas três classificações adotadas para os tipos de domicílios, as combinações são diversas e heterogêneas. E elas ocorrem não apenas entre as famílias pluriativas, proprietárias de terra, mas também entre as famílias não agrícolas e de empregados. A partir desses arranjos, estabelece-se um fluxo rural/rural, rural/urbano, intenso e dinâmico, que revela o estreitamento e a interdependência entre os diversos espaços do município. Isto corrobora a adequação da abordagem adotada neste trabalho, de tratar o meio rural a partir de uma perspectiva não unilateral, mas como parte de um todo integrado, que é o

município. Simultaneamente revelou-se também fluxos entre o rural e outros municípios do estado e da Região Metropolitana de Campinas.

Outro aspecto importante, que se captou através das entrevistas e durante todo o trabalho de campo, é que esta população ali vive para garantir a sua sobrevivência, mas também por opção. Poucos foram os que se declararam apenas acostumados à vida rural. A maioria se diz satisfeita com a vida que leva, apesar de muitas vezes trabalhar arduamente. Alguns chegam a declarar que, se forem expulsos pela urbanização, irão à busca de terras mais afastadas, para continuar a fazer o que sabem e gostam: trabalhar e viver no campo. Suas reclamações são sobre a política agrícola, dificuldades de comercialização, a presença muitas vezes indesejável de certa população urbana, mas não sobre o seu espaço de vida e de trabalho.

Foi possível perceber, entre muitos deles, que têm consciência de sua responsabilidade em cuidar dos recursos naturais, tais como minas de água e remanescentes de matas nativas, preservando-os.

Por outro lado essa população tem um baixo grau de associativismo. Consequentemente quase não tem canais de comunicação junto ao poder público, aos meios de comunicação para defender seus interesses.

Na medida em que estão inseridos numa região de municípios ricos e dinâmicos, a especulação imobiliária é o elemento que vem, ao longo do tempo, infiltrando-se nesses espaços, podendo levar ao desaparecimento do meio rural, ou à sua caracterização enquanto resíduo. O setor imobiliário é que representa a urbanização perversa do campo. Num primeiro momento, o projeto imobiliário no campo oferece ao público urbano a fantasia das maravilhas de uma "vida em contato com a natureza". Em

seguida, os que migram para o meio rural passam a exigir o conforto e os padrões urbanos de vida, abandonando a fantasia que compraram. E assim acaba-se com o espaço rural.

Em Campinas, o embate apresenta-se, mostrando-se longe de ser resolvido. Ainda é um município privilegiado para pensar o seu futuro. Resta saber se perceberá a riqueza que tem disponível para definir a qualidade de vida do conjunto de sua população e se saberá respeitar o direito de todos os seus cidadãos: os do campo e os da cidade.

Para finalizar, não poderia deixar de comentar uma preocupação que segue paralelamente ao maior conhecimento da população rural, a razão deste trabalho.

Campinas ainda traz, sazonalmente, para seu rural, uma população que vem de outras regiões para trabalhar nas colheitas. São membros de famílias de pequenos proprietários, que as estatísticas não captam, e aqui trabalham arduamente, de sol a sol, para garantir uma pequena renda monetária para viver o resto do ano em suas propriedades.

Este é o resultado concreto e inquestionável de um problema fundiário e agrário que este país até hoje não resolveu. Continua-se com um índice de Gini de 0,843 obtido através dos dados das Estatísticas Cadastrais do INCRA, de 1998 – que expressa a distribuição da terra entre os imóveis rurais – e foi calculado por Rodolfo Hoffman.

Portanto, cumpre frisar que as preocupações e a necessidade de se regulamentar o uso e a ocupação dos espaços rurais próximos, associados aos

grandes centros urbanos, e de se conter o processo especulativo do setor imobiliário, não sirvam de modo a ocultar uma questão maior em relação ao meio rural do país: a reforma agrária.

Até quando se continuará mantendo um índice de Gini de 0,8 e migrantes vindo sazonalmente, todo ano, para trabalhar em Campinas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo; SACHS, Ignacy. Habitat: a contribuição do mundo rural. **São em Perspectiva**, v.9, n.3, p.11-16, 1995.

ASSOCIAÇÃO, COMERCIAL E INDUSTRIAL DE AMERICANA – ACIC. **Guia: negócios turismo**. Americana, 1999.

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Campinas, o despontar da modernidade**. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1996. 161p. (Coleção Campiniana, 7).

BAENINGER, Rosana. Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. In: HOGAN, Daniel Joseph et al (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001. p.321-348.

_____. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do Pólo Industrial Paulista**. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1996. (Coleção Campiniana, 5).

BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. Família e imigração internacional no Brasil. **Estudos de História**, v.6, n.2, p.163-191, 1999.

BERNARDO, Rosana Guimarães. São Paulo, 2002. 300f. **Histórico da ocupação do solo no Município de Campinas**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BERQUÓ, Elza; BAENINGER, Rosana. Os idosos no Brasil: considerações demográficas. **Textos NEPO 37**, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2000. 69p.

BOLSA de Mercadoria de São Paulo. **Relatório da Diretoria, contas, documentos e parecer da comissão fiscal**. Brasília: Assembléia Geral Ordinária, 1991.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa et al. Município de Campinas. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coord.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas: Editora da UNICAMP, v.1, 2002. p.95-187.

_____. A economia paulista nos anos noventa. In: HOGAN, Daniel Joseph et al (Org.). **Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000. p.233-272.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Textos para Discussão, n. 621, 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0621.pdf>>. Acesso em: 03 março 2006.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas/Secretaria de Comércio Industria, Serviços, Turismo e Agronegócio. **Área rural do município de Campinas**. Campinas, 2004.

- _____. Prefeitura Municipal de Campinas/Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas**. Campinas, 2000.
- _____. Prefeitura Municipal de Campinas/Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. **Economia Campinas e Região**. Campinas, 1999. (Sumário de Dados).
- _____. Prefeitura Municipal de Campinas/Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. **População Campinas e Região**. Campinas, 1998. (Sumário de Dados).
- _____. Prefeitura Municipal de Campinas/SEPLAMA. **Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental da Região de Sosas e Joaquim Egídio APA Municipal**. Campinas, 1996. 149p.
- _____. Prefeitura Municipal de Campinas/SEPLAMA. **Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo**. Campinas, 1996.
- _____. Prefeitura Municipal de Campinas. **Plano Diretor**. Campinas, 1995.
- _____. Prefeitura Municipal de Campinas. **Programa Municipal de Valorização da Zona Rural de Campinas**. Campinas, s.d.
- CHAMPION, Tony; HUGO, Graeme. **New forms of urbanization: beyond the urban-rural dichotomy**. Itália: IUSSP, 2004.
- CORREIO POPULAR. **Aniversário de Paulínia: 41 anos de progresso**. Campinas, 28 fev. 2005.
- DOWBOR, Ladislau. **Da Globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos espaços. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.9, n.3, 1995.
- FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.18, abr./2002.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra**. 2.ed. Rio de Janeiro, 2002.
- Fundação SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: Fundação SEADE, v.1, n.3, 1989. (Coleção Economia Paulista).
- GASQUES, Vilma; OLIVEIRA, Marcelo de. **RMC tem 4 cidades entre as mais ricas de SP. Correio Popular**, 30 jul. 2004. B1.
- GONÇALVES, Maria Flora. **Mudanças na composição setorial do emprego**. In: Fundação SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de**

São Paulo (1920-1980). São Paulo: Fundação SEADE, v.1, n.3, 1989. (Coleção Economia Paulista).

GRAZIANO DA SILVA, José. Reestruturação produtiva e requisitos para a formação profissional no Estado de São Paulo. In: Fundação SEADE. **Sensor Rural.** São Paulo: Fundação SEADE, 2000.

_____. et al. **O fim do êxodo rural?:** projeto urbano. Campinas: IE/UNICAMP, 2000.

_____. **O novo rural brasileiro.** Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: IE/UNICAMP, 1996. 217p.

HOGAN, Daniel Joseph. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos de População,** São Paulo, v.22, n.2, p.323-338, jul./dez.2005.

KAGEYAMA, Angela. Ocupação e renda nos domicílios rurais e agrícolas do Estado de São Paulo: efeitos da urbanização. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2004. (CD-ROM).

_____. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada,** São Paulo, v.2, n.3, p.515-551, jul./set.1998.

_____. Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002. **Agricultura em São Paulo,** São Paulo, v.5, n.2, p.71-84, jul./dez.2004.

MALUF, Renato S. Plano Diretor Rural, estratégias de desenvolvimento rural e política municipal de segurança alimentar e nutricional em Piracicaba. In: BARRETTO, Alberto G. O. Pereira et al. **O planejamento do município e o território rural.** São Paulo: Instituto Pólis, 2004. p.37-40. (Cadernos Pólis, 8).

MARSDEN, T. Beyond agriculture?: regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies,** Great Britain, v.11, n.3, p.285-296, 1995.

MARTINE, George. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: Fundação SEADE. **História e população: estudos sobre a América Latina.** São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

MIRANDA, Zoraide Amarante Itapura de. **A incorporação de áreas rurais às cidades:** um estudo de caso sobre Campinas. 2002. 300f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

NAKANO, Kazuo. O plano diretor e as zonas rurais. In: BARRETTO, Alberto G. O. Pereira et al. **O planejamento do município e o território rural.** São Paulo: Instituto Pólis, 2004. p.25-36. (Cadernos Pólis, 8).

NEA/IE/Unicamp. Projeto RURBANO. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurubano/rurbanw.htm>>. Acesso em: 17 fevereiro 2006.

OLIVEIRA, Fabiana de. Insatisfeita com prefeitura, região quer trocar de cidade: moradores de bairros do Carlos Gomes já pediram a encampação por Jaguariúna. **Correio Popular**, Campinas, 11 jul. 2005. Cidades, p.6.

PACHECO, Carlos Américo et al. Análise demográfica do Estado de São Paulo. In: _____; PATARRA, Neide (Org.). **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Campinas: IE/UNICAMP, 2000. p.351-444. (Coleção Pesquisas, 4).

SANTORO, Paula; COSTA, Christiane; PINHEIRO, Edie. Introdução. In: BARRETTO, Alberto G. O. Pereira et al. **O planejamento do município e o território rural**. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. p.5-13. (Cadernos Pólis, 8).

SANTOS, Antonio da Costa. **Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. 395p.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Projeto LUPA**. São Paulo, 1995a.

_____. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento Regional. Instituto Geográfico e Cartográfico. **Municípios e Distritos do Estado de São Paulo**. São Paulo: IGC, 1995b. 206p.

SARACENO, Elena. **Il concetto di ruralità: problemi di definizione su scala Europea**. Roma, 30 outubro 1996. (Programa de Seminários INEA sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais, Métodos de Análise e Políticas de Intervenção).

SAULE JR., Nelson. A competência do município para disciplinar o território rural. In: BARRETTO, Alberto G. O. Pereira et al. **O planejamento do município e o território rural**. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. p.41-52. (Cadernos Pólis, 8).

SHIMIZU, Hélio Yassutaka. **A atividade agropecuária na Região Metropolitana de Campinas: subsídios para a elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural**. 1997. 123f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da. **Usina Ester: 100 anos de história 1989-1998**. Cosmópolis: Cia. Alumínis, 1998. 191p.

SPAROVEK, Gerd; VIANA, Gisela Cunha; BARRETTO, Leonelli Alberto G. O. Pereira. A linha imaginária. In: BARRETTO, Alberto G. O. Pereira et al. **O planejamento do município e o território rural**. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. p.14-24. (Cadernos Pólis, 8).

TARTAGLIA, José Carlos; OLIVEIRA, Osvaldo Luiz de. Agricultura paulista e sua dinâmica regional (1920-1980). In: Fundação SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: Fundação SEADE, v.1, n.2, 1988. (Coleção Economia Paulista).

TSUNECHIRO, Alfredo et al. Valor da produção agropecuária do Estado de São Paulo, por escritório e desenvolvimento rural e região administrativa, 1995-2000. **Informações Econômicas**, São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, v.31, n.7, p.17-40, jul./2001.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico**. São Paulo: USP/Departamento Economia & Procam. Disponível em: <<http://www.fez.usp.br/professores/zeeli>>. Acesso em: 22 fevereiro 2006.

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2.ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2003. 304p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "Rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.15, out./2000.

ZIMMERMANN, Gustavo. O município no sistema tributário: os municípios paulistas e o caso de Campinas. In: Fundação SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: Fundação SEADE, v.1, n.3, 1989. (Coleção Economia Paulista).

ANEXO I – Questionários das entrevistas realizadas

FICHA DOMICILIAR – DOMICILIO Nº.: _____

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ Parentesco: _____

Local de residência: _____ Fone: (_____) _____

Endereço ou localização: _____

Data: ____/____/____ Entrevistador: _____

- Número de moradores: _____

				Escolaridade	Salário Mensal
- parentesco: _____	*	● ▲	idade: _____ anos	_____	R\$ _____
- parentesco: _____	*	● ▲	idade: _____ anos	_____	R\$ _____
- parentesco: _____	*	● ▲	idade: _____ anos	_____	R\$ _____
- parentesco: _____	*	● ▲	idade: _____ anos	_____	R\$ _____
- parentesco: _____	*	● ▲	idade: _____ anos	_____	R\$ _____

- Quantos trabalham? _____

- Quem trabalha? (colocar * no parentesco)

- Quem estuda? (colocar ● no parentesco)

Domicílio

- nº de cômodos: _____ nº quartos _____ - banheiro dentro de casa: sim não

- água encanada na casa: sim não - tem geladeira? sim não - tem T.V.? sim
não

- estado conservação: ótimo bom ruim

- Propriedade da família residente Alugado R\$ _____ mensal
Cedido Outra Situação

- Há quanto tempo moram neste domicílio? _____

- Renda domiciliar mensal: R\$ _____ mensal

- Local da escola dos estudantes: _____ no centro urbano na própria região

- Qual o meio de transporte? _____

- Filhos estudantes ajudam na propriedade (colocar ▲ no parentesco)

- Qual o lazer dos jovens? _____

- Qual o lazer dos idosos? _____

- Atividades dos inativos adultos (citar) _____

- Já moraram na cidade? Sim Não

- Por que moram no rural? _____

Observações: _____

FICHA INDIVIDUAL PARA OS QUE TRABALHAM - DOMICILIO Nº.: _____

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ Parentesco: _____

Local de residência: _____ Fone: (_____) _____

Endereço ou localização: _____

Data: ____/____/____

Entrevistador: _____

1- Atividade Principal? _____ Desde quando? _____

2- Local onde exerce a atividade:

2.1- **NO RURAL** - na propriedade onde mora

- outra propriedade? _____

- condição: proprietário parceiro arrendatário (nome) _____
conta própria

empregado: com carteira assinada sem carteira assinada

É temporário? sim não

Origem: _____ rural urbano
(nome município)

- renda mensal da atividade principal? R\$ _____

2.2 - **NA CIDADE:** _____

(nome) _____
- empregado: com carteira assinada sem carteira assinada

- autônomo

- renda mensal da atividade principal? R\$ _____

3- Meio de transporte usado para trabalhar? _____ para passear? _____

4- Escolaridade: último curso ou série concluída _____

Outros cursos: _____

5- Qual o lazer? A diversão? _____

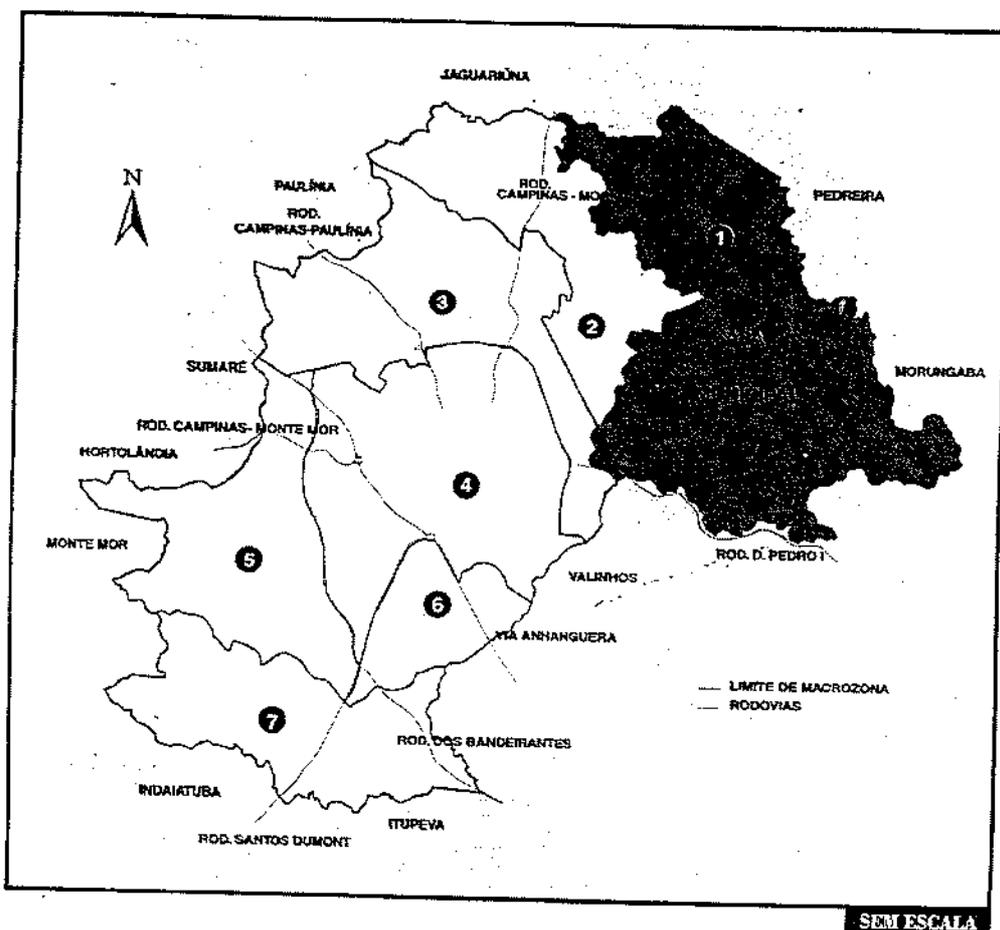
6- Local onde pratica? _____

7- Já morou na cidade? Sim Não

8- Por que mora no rural? _____

Observações: _____

ANEXO II - Localização da APA e macrozoneamento do município de Campinas



MACROZONAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

- ① ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA
- ② ÁREA COM RESTRIÇÃO À URBANIZAÇÃO - ARU
- ③ ÁREA DE URBANIZAÇÃO CONTROLADA NORTE - AUC-N
- ④ ÁREA DE URBANIZAÇÃO CONSOLIDADA - ACON
- ⑤ ÁREA DE RECUPERAÇÃO URBANA - AREC
- ⑥ ÁREA DE URBANIZAÇÃO CONTROLADA SUL - AUC-S
- ⑦ ÁREA IMPRÓPRIA À URBANIZAÇÃO - AIU

Macrozonas	Mz 1	Mz 2	Mz 3	Mz 4	Mz 5	Mz 6	Mz 7
Área Total	217 km ²	102 km ²	121 km ²	125 km ²	92 km ²	33 km ²	103 km ²
% sobre o total*	27%	13%	15%	16%	12%	4%	13%
Área Rural	150 km ²	60 km ²	40 km ²	0	20 km ²	20 km ²	60 km ²
% sobre o total rural**	75%	60%	30%	---	20%	20%	60%

* Dados extraídos do Plano Diretor, 1995

** Estimativas

ANEXO III – Folhetos e Curiosidades

3.1 - Hotel Fazenda Solar das Andorinhas – Histórico e Curiosidades:

Histórico

O Governo Português concedeu Sesmarias* à Portugueses para incentivar o desenvolvimento do Brasil, assim receberam terras em 06 de outubro de 1796, o **Capitão Mor Inácio Ferreira de Sá** e em 20 de outubro de 1798, o **Capitão Mor da Vila de São Carlos Floriano Camargo Penteado**.

O Capitão Mor Inácio teve um filho chamado **Joaquim Ferreira Penteado**, que tornou-se comendador e recebeu o título de **“Barão de Itatiba”**.

O Capitão Mor Floriano, que era tio-avô de Joaquim, teve uma filha chamada **Francisca de Paula Camargo**, conhecida como Dona Francisca.

O Barão de Itatiba casou-se com sua prima Dona Francisca, em 15 de maio de 1830, unindo assim parte das sesmarias e fundando a ***Fazenda Duas Pontes***.

O décimo terceiro filho do casal, **Sr. Inácio de Ferreira Camargo Andrade** casou-se com **Dona Brandina Emilia Leite Penteado** e foi o herdeiro da Fazenda Duas Pontes. Porém, em uma das viagens para a Europa, o Sr. Inácio contraiu uma doença e faleceu ainda jovem. O casal não teve filhos e D. Brandina, ainda moça, ficou viúva e muito rica.

D. Brandina casou-se com **Artur Furtado Albuquerque Cavalcanti**, que possuía a título de **“Desembargador Furtado”**. Passando o mesmo a ser o novo proprietário da Fazenda.

Artur Furtado procurou beneficiar a Fazenda com melhoramentos e muitas obras suntuosas, ainda hoje existentes, tais como a Roda D'Água, a Serraria e o Moinho de Fubá. Ele fazia questão de colocar as iniciais de seu nome "AF" em suas obras, inclusive nos tijolos. Feito este que ainda hoje podemos observar. Para tantas obras, Artur Furtado gastou desordenadamente, contraindo enormes dívidas e acabou sendo executado por credores.

A Fazenda foi levada à leilão e arrematada pelo Coronel Cristiano Osório de Oliveira por aproximadamente 600 contos de réis.

Admirável administrador transformou a Fazenda numa das principais propriedades agrícolas de Campinas, com magníficas lavouras, criações de animais de raça e belas instalações. Chegou a produzir cerca de 100.000 sacas de café por ano, escoando a produção pela estação de trem de nome Tanquinho e pela Estação de Carlos Gomes, pertencentes à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, cujos trilhos correm até hoje nas proximidades do Hotel.

Com a morte do Coronel, a Fazenda ficou para seus herdeiros, que decidiram dividir as terras e vender a área de aproximadamente dez alqueires onde se localiza a Casa Grande.

A Fazenda ficou abandonada por dez anos.

Finalmente em 1971, o Engenheiro Dr. Roberto Ceccarelli, empresário de extraordinária visão, e sua esposa Sra. Lúcia Fanele Ceccarelli, compram a Fazenda Duas Pontes e juntos a transformam em Hotel Fazenda, batizado como "**Hotel Fazenda Solar das Andorinhas**" que hoje é o mais completo do Brasil, preservando seu estilo

colonial e sua história com base no “Projeto Solar das Andorinhas Preservando a História (PAPH)”.

Dados Históricos

- Capitão Mor Inácio Ferreira de Sá – Falecido em Campinas em 05 de fevereiro de 1841.
- Capitão Mor da Vila de São Carlos Floriano Camargo Penteado – Falecido em Campinas em 12 de fevereiro de 1838.
- Barão de Itatiba: Joaquim Ferreira Penteado – Nascido em São Roque em 1812 e falecido em Campinas em 1884.
- Dona Francisca de Paula Camargo
- Inácio de Ferreira Camargo Andrade – Nascido em Campinas em 11 de junho de 1852, falecido em Paris em 03 de outubro de 1894 e sepultado em Campinas.
- Dona Brandina Emilia Leite Penteado - filha do Dr. João Carlos Leite e Dona Maria Higinia de Almeida Lima.
- Desembargador Furtado: Artur Furtado Albuquerque Cavalcanti
- Coronel Cristiano Osório de Oliveira
- Engenheiro Dr. Roberto Ceccarelli, falecido em 1983.

Glossário

Sesmaria: lote de terra inculto ou abandonado que os Reis de Portugal cediam à sesmeiros que se dispusessem a cultivá-lo.

Sesmeiros: Aquele à quem se concedia uma sesmaria para cultivar.

Curiosidades

- Em 1928, para facilitar o escoamento da produção, foram realizados trabalhos de retificação da estrada de ferro, construindo uma nova estação (ainda existente) em frente à Fazenda, denominada Artur Furtado. Esta linha ferroviária mantinha trens até Brasília ainda em meados de 1970. Hoje é estação de parada da Maria Fumaça, passeio turístico mantido nos dias de hoje pela Associação Brasileira de Preservação da Ferrovia (ABPF).

Remanescentes dos tempos do Barão de Itatiba e do Sr. Artur Furtado, os seguintes locais históricos podem ser observados e visitados:

- As Ruínas da Senzala;
- A Casa Grande, com suas paredes de 80cm de largura, cômodos com a pintura original restaurada, capela e escultura de Cristo datada de 1806, entre outras atrações;
- A Roda D'Água;
- A Casa de Máquinas, hoje transformada em museu;
- O Jardim de Entrada, com palmeiras imperiais;
- Parte do calçamento das antigas estrebarias
- As Ruínas da Serraria e do Moinho de Fubá;
- O Caramanchão (Namoradeira) do Jardim;
- Folhas dos Livros de Contabilidade, que são conservados até hoje;

- Segundo consta, a região da Fazenda Duas Pontes já recebia escravos vindos do Rio de Janeiro desde meados de 1747, ou seja, antes da fundação de Campinas. Os escravos eram divididos em duas categorias: Os Escravos de Dentro e Os Escravos de Fora. Os Escravos de Dentro serviam dentro da Casa Grande, dizem que chegou à quantidade de 70 escravos para servir exclusivamente ao Barão e à sua família. Eram escolhidos os escravos e as escravas com melhor aparência e alguns sabiam até ler e escrever um pouco. Esta exigência na escolha dos escravos de dentro era necessária, pois o Barão recebia muitas visitas ilustres. Os escravos de fora trabalhavam na lida, colheita, plantio e outros trabalhos braçais, eles não podiam ter contato com os Escravos de Dentro, pois o Barão acreditava que eles eram mais propícios à doenças e poderiam contaminar os Escravos de Dentro. Para a aquisição de escravos, o Barão era informado de que estava chegando um Navio Negreiro no porto de Santos, ele ia até lá ou enviava alguém de sua confiança para comprar escravos. Se quisesse escravos para trabalhar na lavoura, teria que ter canela fina e corpo não avantajado, se o escravo fosse para reprodução teria que ter o corpo muito bem definido; era observado os dentes, que deveria estar perfeito, pois acreditavam que bons dentes significava boa saúde.

Locais Históricos

- **CASA GRANDE**: Construída à aproximadamente 240 anos, toda ela de barro e taipa de pilão (pau-a-pique), que consiste em madeira amarrada com cipó e barro socado. Interessante observar a altura do pé direito (teto em relação ao chão) que era feito para

que o cômodo ficasse mais arejado, o tamanho das janelas, para que entrasse maior quantidade de luz dentro do cômodo, janelas abrem para dentro, assim os vidros (que demonstravam riqueza, pois eram muito caros) ficavam expostos para os visitantes. Podemos observar em grandes casas antigas, os vidros das janelas no lado de fora.

- **CAPELA**: Cômodo situado dentro da casa grande, com seu altar original. Interessante citar que em todas as casas de Barões existia uma capela.
- **NAMORADEIRA**: Lugar charmoso no jardim da Casa Grande, utilizado quando a Sinhazinha estava de casamento marcado. Do lado direito ficava a mãe e o pai do noivo, do lado esquerdo ficava a Baronesa com a Dama de Companhia e no Alpendre o Barão com um capataz vigiando o namoro. O noivo ficava de costas para o Barão e a noiva de frente para o noivo. Se o rapaz pegasse na mão da noiva, significava abuso e desrespeito à moça e à sua família. Existe uma lenda: Passando três vezes pela namoradeira, quem for casado, noivo ou que tenha um relacionamento amoroso fortalecerá o relacionamento e quem for solteiro ou viúvo arrumará um novo amor.
- **ALCOVA**: Pequeno quarto de dormir, situado no interior da casa, sem aberturas para o exterior, situado dentro da casa grande, que era utilizado por homens que vinham visitar a fazenda.
- **COZINHA DOS ESCRAVOS**: Espaço utilizado hoje para servir o café e chás após as refeições, também após as 22:30hs é servido o chá com bolachas. Inicialmente o local foi utilizado para cozinhar para os escravos, em seguida, após a libertação dos mesmos, os tachos de ferro eram utilizados no preparo do sabão. Vale à pena observar o “fogão” de quatro bocas, a lenha e também a estrutura do local que possui a telha

feita nas cochas. A idéia de servir o café neste local foi da D. Iracema, que mora nesta fazenda ainda antes de ser Hotel.

- **MURO DE BARRO**: Atrás da casa grande podemos visitar ruínas de um grande muro, construído pelos escravos.
- **SALA DE VISITAÇÃO**: Nesta sala pode-se ver como era a construção da época, quadros com folhas de controles da fazenda datados de 1912 e 1917 e piso trazido do terreiro de café.
- **CAMINHO DOS AMORES**: Bambuzal plantado para evitar erosão em canais de água, era utilizado pelos escravos para seus namoros, pois não havia liberdade para os casais dentro das senzalas.
- **DUCHA DE NASCENTE**: Na década de 70, foi observado a quantidade de água que “brotava” dentro do Caminho dos Amores e, então, motivado pelo fato do campo de futebol estar ao lado, foi construída a ducha de nascente e utilizada muitas vezes pelos primeiros hóspedes.
- **PRISÃO DOS ESCRAVOS**: Situada nas imediações do Hotel, atrás do pesqueiro, tendo como curiosidade o fato de que ela era uma construção com três cômodos, de um lado ficavam as escravas, de outro lado os escravos e os capatazes no centro, lá eles ficavam até morrer. Era propositalmente longe da casa grande para que os gritos não pudessem ser ouvidos.
- **PAU D'ALHO**: Árvore com grande poder de cicatrização, era utilizada pelos escravos, juntamente com outras ervas, para fazer uma pasta para passar nos ferimentos, e este era o único remédio que eles possuíam para amenizar as dores.

- **PAU VIOLA**: Árvore nativa brasileira conhecida também como orelha de nego, acredita-se que é uma árvore de desejos, se colocar a mão direita e fizer o pedido com muita fé ele será realizado. Temos testemunhos de muitos hóspedes que conseguiram seus desejos.
- **TERREIRO**: Este era o nome dado para o espaço utilizado pelos Barões para a secagem do café. Os grãos de café eram trazidos da plantação para o terreiro através de dutos de água. O nome terreiro surgiu por ser um grande espaço de terra e até hoje, as Fazendas de café utilizam este nome, porém não são mais de terra e sim de asfalto, que absorve mais calor e diminui o tempo de secagem do grão. Importante saber que com a vinda dos imigrantes para substituir os escravos, eles trouxeram a alvenaria (tijolos e telhas), transformando o terreiro de terra em terreiro de tijolos.
- **LAGO SÃO FRANCISCO**: Foi feita uma gruta para São Francisco de Assis no meio do lago à pedido da Fundadora do Solar das Andorinhas, Sra. Lúcia Fanele Ceccarelli, que é devota do Santo padroeiro dos animais.
- **TELHA**: “FEITO DAS COCHAS”, ditado popular que significa “feito de qualquer jeito”. Na verdade não é bem assim, o Barão colocava os escravos que não mais aguentavam trabalhar na lida, geralmente escravas grávidas ou idosas, para fazer telhas, pegando folhas de bananeira e colocando-as nas cochas juntamente com barro que ficava até secar. Ao chegar o final do dia, os escravos estavam com suas cochas em carne viva. As telhas que estão na cozinha dos escravos foram feitas desta forma.
- **MUSEU**: Era um espaço reservado para a casa das máquinas da fazenda, onde através da energia gerada pela Roda D'Água, eram feitos os Beneficiamentos de arroz e de café. As peças do Museu foram encontradas na própria fazenda ou doadas por

amigos, proprietários de outras fazendas e pela ABPF (Associação Brasileira de Preservação da Ferrovia). Algumas se destacam como por exemplo: O livro de lançamentos contábeis dos imigrantes para com o fazendeiro, Imagens sacras, uma capa de bebê, um baú (mala de viagem feita de madeira), uma armadilha para animais de grande porte, vinda da Europa e que também era usada para pegar escravos fujões.

- **AQUEDUTO:** Canal feito dentro da fazenda onde, o aproveitando o curso e a força da água do Rio Atibaia, para que as máquinas funcionassem, uma vez que não se tinha ainda a energia elétrica. Com o aqueduto, a serraria, o moinho e fubá, a cãs de máquinas, o monjolinho, puderam entrar em operação trazendo assim progresso para a fazenda.

3.2 - Fazenda Santa Maria



Eventos

A Fazenda Santa Maria abre suas portas para:

- chás da tarde
- day camp
- confraternizações
- workshops
- degustações de vinho
- eventos culturais
- hospedagem.

Reservas e informações:

(19) 3298-6423 / (19) 9115-9759
sbulow@terra.com.br - www.fazendastamaria.hpg.com.br

Fazenda Santa Maria

Estrada Lydia Abdalla, Km 8,5 - Joaquim Egídio - Campinas - SP
Cx. Postal 2137 - Sousas - CEP: 13106-970

3.3 - Loteamento

O melhor investimento!

Seja um dos primeiros a conhecer a *Reserva da Floresta* e escolha o lote que mais tem a ver com o seu jeito de ser.

- Local nobre em Sousas
- A 15 minutos do centro de Campinas
- Reserva de alto padrão com lotes a partir de 20.000m²
- Paisagismo, lotes com lago e lotes com fundo para a mata
- Segurança e tranquilidade
- Projeto de energia elétrica subterrânea
- Pagamento facilitado em até 36 meses

Pronto para construir!
Venha passear em Sousas e agende uma visita.

Telefones para contato:
Sábado: (19) 3258-5875
Plantão no Local
Cel: (19) 8177-2637 e 8135-9385
Eliano Martins e Atiane Campaner

3.5 - Sítio Vila Bela

*Venha conhecer
o Primeiro
Café da
Manhã
Rural
de Campinas*

Sítio Vila Bela
Joaquim Egídio
desde 2003
AMANDA ROGERIO

Iniciado em setembro de 2003, o café da manhã do Sítio Vila Bela é inteiramente preparado por uma família que resolveu trocar a loucura da cidade grande por uma vida mais saudável e natural.

Todos os Domingos pela manhã você pode curtir momentos agradáveis em nossa casa, ao som de música típica, e se deliciar com pães doces e salgados com e sem recheio: bolos, bolachas, tortas, frutas, leite, café do sítio, sucos naturais, arroz doce, canjica, entre outras delícias, tudo fresquinho e preparado por nós mesmos e no fogão a lenha.

*Mas muita atenção!!
Aqui é nossa casa e você será tratado como um amigo.*

Los Sabados ofrecemos um Almoço Típico Campira. Faça seu evento, reunião, encontro, confraternização ou aniversário aqui em nossa casa. Todos serão bem-vindos como nossos amigos.

ATENDEMOS SOMENTE COM RESERVAS

(19) 3256-3993
www.sitiovilabela.com.br

*Come and
Enjoy
Campina's
First
Rural
Breakfast*

Sítio Vila Bela
Joaquim Egídio
since 2003

Inaugurated in September 2003, the Sítio Vila Bela breakfast is entirely prepared by a family that decided to exchange the crazy life in a big city for a healthier and more natural life.

Every Sunday morning, you can spend enjoyable moments in our home, to the sound of typical music, and delight in sweet and savory breads, with or without fillings, cakes, cookies, tarts, fruit, milk, fresh farm milk, natural juices, sweet rice pudding, canjica (a dessert made from corn) and other delicious dishes, all freshly prepared by us on an old fashioned wood stove.

But, attention please!! This is our home and you will be treated as a friend.

On Saturdays we offer a typical country style lunch. Hold your event, meeting, gathering, celebration or birthday party here in our home. Everyone will be welcome as our friends. Phone, schedule a visit and

WE ONLY SERVE WHEN A RESERVATION HAS BEEN MADE

(19) 3256-3993
www.sitiovilabela.com.br

3.6 – Restaurante La Campagna

METRÓPOLE VISITOU



Antes do prato principal, delicie-se com os 30 tipos de antepastos



Maccheroni informati al Tegamino di Sicilia (para uma pessoa)

70g de rigatoni de grano duro
5 colheres (sopa) de molho ao sugo
3 colheres (sopa) de ervilhas frescas
3 colheres (sopa) de berinjela em cubos
3 colheres (sopa) de filé mignon cortado em cubos de 2cm
1 fatia de presunto cortado em tiras pequenas
2 fatias de mussarela cortada em tiras pequenas
2 colheres (sopa) de parmesão ralado
1 colher (sopa) de queijo pecorino ralado
Sal a gosto

Corte a berinjela em cubos, frite e reserve. Cozinhe a ervilha com cebolinha e água por cerca de 20 minutos, acrescentando água aos poucos, à medida que for secando. Reserve. Cozinhe o filé mignon com o molho ao sugo. Em seguida, misture numa travessa a berinjela, a ervilha, o filé mignon com o molho e o rigatoni já cozido um pouco menos que *al dente*. Numa cumбуca de barro, coloque a massa, intercalando com camadas de mussarela, presunto, parmesão e pecorino. Polvilhe com queijo parmesão e pecorino e leve ao forno para gratinar.

Viagem à Sicília

O La Campagna está de cardápio novo, mas com a mesma hospitalidade que marca seus 11 anos de boa mesa

Renata Freitas
rfreitas@rac.com.br

No coração de Joaquim Egidio, o restaurante La Campagna é um verdadeiro pedacinho da Sicília em Campinas. A casa, fundada há 11 anos, traz o que há de melhor na rica culinária da ilha italiana.

A marca do restaurante é a paixão de seus proprietários pela Sicília, com seus aromas, sabores e toda sua tradição gastronômica. A família Lodato trabalha unida e prima pela hospitalidade tipicamente italiana e, claro, pela boa comida que faz questão de servir. O La Campagna lançou seu novo cardápio no início do mês. Completamente repaginado, o menu traz muitas novidades como o gnocchi de Partinico com ossobuco de cabrito baby ao molho especial de tomate. O robalo cozido na caçarola ao molho de tomate, vinho branco seco, alcaparras, azeitonas e temperos da casa é outra atração.

As novidades são resultado de pesquisas feitas por Davide Lodato e

por sua mãe, Carmela Ursino, chef de cozinha da casa. Anualmente, um dos dois viaja à Sicília em busca de novas receitas para o cardápio, renovado duas vezes por ano.

O novo menu, repleto de imagens e informações históricas sobre a Sicília, também mantém pratos como a perna de cabrito, carro-chefe da casa; o ravioli verdi al funghi freschi, o mais pedido atualmente; e o penne ao molho especial de ova de atum siciliano defumado. As ovas são consideradas a segunda iguaria mais importante da Itália, segundo Lodato.

A carta de vinhos é composta por 70 rótulos, todos procedentes da Itália. Destacam-se os sicilianos, alguns raros, como o Ulysse Etna Rosso, Duca di Castelmonte, elaborado com uvas nerello mascalese e nerello cappuccio, cultivadas ao redor do vulcão Etna. E não deixa o restaurante sem experimentar uma das delicadas sobremesas sicilianas, como a torta gelada de creme de pistache moído com vinho Passito di Pantelleria, ou o cannolo siciliano, uma massa crocante recheada com chocolate meio amargo

ou com ricota e frutas secas.

Para acompanhar os doces, uma taça do Passito de Pantelleria, um dos mais nobres vinhos de sobremesa italianos, também conhecido como vinho da meditação. E para encerrar a refeição com chave de ouro, um limoncello, licor de limão siciliano preparado por Carmela.

O La Campagna funciona de quinta a domingo para almoço, a partir das 11h30. Jantar de quinta a sábado, a partir das 19h30.

La Campagna Ristorante - Estrada das Cabras, SP-81, km 5,5, Joaquim Egidio. Telefone: 3298-6572.

ANEXO IV – Tabelas

4.1 - Brasil - População Rural

	Total da População	Participação da População Rural no Total da População (%)	Taxa de Crescimento (%)
1950	38.291.775	63,8	0,12
1960	38.767.423	54,6	0,57
1970	41.054.053	44,1	-0,64
1980	38.509.893	32,4	-0,81
1991	35.213.268	24,5	-0,77
1996	33.879.211	22,0	

Fonte: IBGE (vários censos demográficos)

4.2 - Razão de Sexo por faixa etária (%)
Município de Campinas - Rural
1980 - 1991 - 2000

	1980	1991	2000
0 a 4	103,98	112,23	109,68
5 a 9	103,12	108,08	108,32
10 a 14	100,12	106,05	108,53
15 a 19	99,73	106,21	114,08
20 a 24	99,39	119,29	119,59
25 a 29	103,97	110,02	119,72
30 a 34	121,75	116,34	107,53
35 a 39	121,41	105,66	103,82
40 a 44	120,27	119,52	105,23
45 a 49	114,99	118,03	113,83
50 a 54	111,13	130,37	131,10
55 a 59	113,50	123,66	114,78
60 a 64	100,36	116,10	116,38
65 a 69	119,71	138,00	114,66
70 ou mais	100,83	93,00	92,34
Total	106,05	111,73	111,02

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

4.3 - Razão de Sexo por faixa etária (%)
Município de Campinas – Urbano
1980 - 1991 - 2000

	1980	1991	2000
0 a 4	103,70	104,59	103,63
5 a 9	103,41	103,16	103,58
10 a 14	101,51	103,12	101,44
15 a 19	96,63	99,17	99,16
20 a 24	97,00	98,73	99,52
25 a 29	98,99	94,87	98,40
30 a 34	98,52	93,47	96,59
35 a 39	99,47	95,07	92,36
40 a 44	100,78	95,84	91,19
45 a 49	96,90	94,78	90,81
50 a 54	95,41	94,48	91,21
55 a 59	87,30	88,66	89,32
60 a 64	84,84	85,12	86,03
65 a 69	77,74	79,17	79,77
70 ou mais	74,21	67,79	64,98
Total	97,67	96,08	93,30

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

**4.4 - Distribuição da População Urbana e Rural por grupos etários
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000**

Grupos de Idade (anos)	2000						1991						1980					
	Município de Campinas		Urbana		Rural		Município de Campinas		Urbana		Rural		Município de Campinas		Urbana		Rural	
	Total População	%	Total Urbana	%	Total Rural	%	Total População	%	Total Urbana	%	Total Rural	%	Total População	%	Total Urbana	%	Total Rural	%
0 a 4	75.060	7,7	73.435	7,7	1.625	10,0	77.187	9,1	74.532	9,0	2.655	11,7	78.606	11,8	67.591	11,4	11.015	15,1
5 a 9	75.460	7,8	73.858	7,8	1.602	9,9	82.705	9,8	80.002	9,7	2.703	11,9	67.088	10,1	57.125	9,7	9.963	13,6
10 a 14	82.089	8,5	80.402	8,4	1.687	10,4	83.862	9,9	81.274	9,9	2.588	11,4	65.924	9,9	57.309	9,7	8.615	11,8
15 a 19	90.413	9,3	88.664	9,3	1.749	10,8	76.106	9,0	73.716	8,9	2.390	10,5	69.618	10,5	62.152	10,5	7.466	10,2
20 a 24	94.478	9,8	92.853	9,7	1.625	10,0	80.350	54,0	78.054	9,5	2.296	10,1	73.677	11,1	66.098	11,2	7.579	10,4
25 a 29	85.952	8,9	84.548	8,9	1.404	8,7	81.903	9,7	79.849	9,7	2.054	9,1	64.521	9,7	57.631	9,7	6.890	9,4
30 a 34	81.871	8,5	80.576	8,5	1.295	9,0	76.240	9,0	74.501	9,0	1.748	7,7	51.133	7,7	45.709	7,7	5.424	7,4
35 a 39	78.379	8,1	77.152	8,1	1.227	7,6	66.214	7,8	64.725	7,9	1.489	6,6	40.237	6,1	36.194	6,1	4.043	5,5
40 a 44	71.281	7,4	70.261	7,4	1.020	6,3	53.062	6,3	51.971	6,3	1.091	4,8	35.301	5,3	32.074	5,4	3.227	4,4
45 a 49	59.602	6,2	58.798	6,2	804	5,0	40.431	4,8	39.500	4,8	931	4,1	29.874	4,5	27.393	4,6	2.481	3,4
50 a 54	47.201	4,9	46.614	4,9	587	3,6	33.872	4,0	33.068	4,0	804	3,6	26.724	4,0	24.733	4,2	1.991	2,7
55 a 59	35.054	3,6	34.560	3,6	494	3,1	28.107	3,3	27.521	3,3	586	2,6	19.220	2,9	17.670	3,0	1.550	2,1
60 a 64	29.188	3,0	28.805	3,0	383	2,4	23.761	2,8	23.251	2,8	510	2,3	14.967	2,3	13.843	2,3	1.124	1,5
65 a 69	22.990	2,4	22.741	2,4	249	1,5	17.256	2,0	16.889	2,1	357	1,6	11.835	1,8	11.066	1,9	5	1,1
70 a 74	17.877	1,8	17.686	1,9	191	1,2	11.607	1,4	11.398	1,4	209	0,9	7.534	1,1	7.030	1,2	504	0,7
75 a 79	11.305	1,2	11.189	1,2	116	0,7	7.955	0,9	7.810	1,0	145	0,6	4.778	0,7	4.507	0,8	271	0,4
80 ou mais	11.196	1,2	11.076	1,2	120	0,7	100	0,8	6.863	0,8	115	0,5	3.332	0,5	3.137	0,5	195	0,3
Total Campinas	969.396	100,0	953.218	100,0	16.178	100,0	847.595	100,0	82.924	100,0	2.671	100,0	664.566	100,0	591.415	100,0	73.151	100,0
%	100,0		98,3		1,7		100,0		97,33		2,7		100,0		88,9		11,0	
Total Estado SP	37.032.403	100,0	34.592.851	100,0	2.439.552	100,0	3.131.588.925	100,0	29.314.861	100,0	2.274.064	100,0	25.042.074	100,0	22.196.896	100,0	2.845.178	100,0
%	100,0		93,4		6,6		100,0		92,8		7,2		100,0		88,6		11,4	

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

**4.5 - Análise Comparativa de área e valor da produção
Município de Campinas
1980 - 1991 - 2000**

Exploração	Área h a	Percentual	Valor R\$	Percentual	Média R\$/h a
Pastagem	20.281	50,5	14.677.004,00	19,6	724,00
Eucalipto	4.016	10,0	934.080,00	1,2	233,00
Milho	2.429	6,1	2.122.325,00	2,8	874,00
Cana-de-açúcar	2.250	5,6	4.053.375,00	5,4	1.802,00
Café	1.758	4,4	5.170.320,00	6,9	2.941,00
Outras Culturas	501	1,2	968.305,00	1,3	1.933,00
Olericultura	823	2,1	21.418.611,00	28,6	26.025,00
Fruticultura	997	2,5	18.697.899,00	24,9	18.754,00
sub-total	33.055	82,4	68.041.919,00	90,7	0,00
Aves/suínos	0	0,0	6.933.258,00	9,2	0,00
Vegetação Natural	2.004	5,0	0,00	0	0,00
Inproveitada	2.056	5,1	0,00	0	0,00
Inproveitável	654	1,6	0,00	0	0,00
Complementar	2.355	5,9	0,00	0	0,00
Total Geral	40.124	100,0	74.975.177,00	100,0	1.869,00

Fonte: CATI/2002-2003